



COPEL
Companhia Paranaense de Energia



Companhia Paranaense de Energia

CNPJ Nº 76.483.817/0001-20

Inscrição Estadual 10146326-50

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR

CEP 80420-170

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

ITR

Junho/2020

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.....	3
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados – Movimento do Segundo Trimestre	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes – Movimento do Segundo Trimestre	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.....	13
1 Contexto Operacional	13
2 Concessões e Autorizações	21
3 Base de Preparação	25
4 Principais Políticas Contábeis	26
5 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	27
6 Títulos e Valores Mobiliários	27
7 Clientes.....	28
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná.....	30
9 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos	31
10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	33
11 Ativos de contrato	34
12 Outros Créditos.....	36
13 Tributos.....	37
14 Despesas Antecipadas	41
15 Partes Relacionadas	42
16 Depósitos Judiciais	43
17 Investimentos.....	43
18 Imobilizado.....	46
19 Intangível	49
20 Obrigações Sociais e Trabalhistas	51
21 Fornecedores.....	51
22 Empréstimos e Financiamentos	52
23 Debêntures	56
24 Benefícios Pós-emprego	58
25 Encargos Setoriais a Recolher	60
26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	60
27 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	61
28 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	61
29 Outras Contas a Pagar	63
30 Provisões para Litígios e Passivo Contingente.....	63
31 Patrimônio Líquido	70
32 Receita Operacional Líquida	71
33 Custos e Despesas Operacionais	75
34 Resultado Financeiro	80
35 Segmentos Operacionais.....	81
36 Instrumentos Financeiros	85
37 Transações com Partes Relacionadas	100
38 Compromissos.....	103
39 Seguros.....	104
40 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	104
41 Eventos subsequentes.....	105
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO	106
1 Linhas de Distribuição.....	106
2 Mercado de Energia.....	107
3 Administração	110
4 Relações com o Mercado.....	110
5 Tarifas.....	111
6 Resultado Econômico-Financeiro.....	112
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....	115
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	116
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	118
DECLARAÇÃO	119

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Balanços Patrimoniais

em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.799	25.304	2.902.007	2.941.727
Títulos e valores mobiliários	6	90	90	1.455	3.112
Cauções e depósitos vinculados		-	-	154	147
Clientes	7	-	-	2.877.803	3.120.168
Dividendos a receber		746.089	760.719	58.439	70.092
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	231.631	219.236	231.631	219.236
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	536.359	355.570
Contas a receber vinculadas à concessão	10	-	-	141.914	58.842
Ativos de contrato	11	-	-	106.830	107.443
Outros créditos	12	1.197	1.068	458.046	426.865
Estoques		-	-	150.869	130.442
Imposto de renda e contribuição social		9.436	5.876	269.017	236.929
Outros tributos a recuperar	13.2	-	-	925.191	205.060
Despesas antecipadas	14	450	95	24.754	33.563
Partes relacionadas	15	31.587	6.039	-	-
		1.070.279	1.018.427	8.684.469	7.909.196
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	287.659	278.969
Outros investimentos temporários		24.746	27.734	24.746	27.734
Cauções e depósitos vinculados	22.1	-	-	139.754	98.433
Clientes	7	-	-	51.202	62.399
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	1.067.624	1.131.449	1.067.624	1.131.449
Depósitos judiciais	16	125.458	124.219	506.796	504.190
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	222.530	118.419
Contas a receber vinculadas à concessão	10	-	-	2.489.994	2.558.796
Ativos de contrato	11	-	-	4.306.513	3.943.941
Outros créditos	12	7.444	7.444	810.979	661.759
Imposto de renda e contribuição social		120.623	123.951	139.380	142.532
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	158.110	154.364	1.014.028	1.011.866
Outros tributos a recuperar	13.2	88.073	87.597	5.181.559	322.011
Despesas antecipadas	14	-	-	132	132
Partes relacionadas	15	147.210	108.983	-	-
		1.739.288	1.765.741	16.242.896	10.862.630
Investimentos	17	19.078.319	17.286.220	2.583.362	2.523.179
Imobilizado	18	1.149	1.143	10.272.120	10.592.103
Intangível	19	1.208	1.321	6.429.981	6.332.611
Direito de uso de ativos	28	194	271	129.127	92.831
		20.820.158	19.054.696	35.657.486	30.403.354
TOTAL DO ATIVO		21.890.437	20.073.123	44.341.955	38.312.550

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Balanços Patrimoniais

em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019 (continuação)
 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	20	11.899	8.437	382.025	337.044
Partes relacionadas	15	280.715	696	-	-
Fornecedores	21	10.628	3.956	1.471.402	1.685.280
Imposto de renda e contribuição social		6.241	1.811	779.103	60.132
Outras obrigações fiscais	13.2	135	120	572.434	501.068
Empréstimos e financiamentos	22	256.262	39.628	461.797	255.521
Debêntures	23	303.548	315.008	778.350	1.164.301
Dividendos a pagar		295.817	588.563	373.560	616.356
Benefícios pós-emprego	24	214	378	67.326	66.004
Encargos setoriais a recolher	25	-	-	12.670	28.508
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	-	-	358.021	375.395
Contas a pagar vinculadas à concessão	27	-	-	76.265	73.032
Passivos financeiros setoriais	9	-	-	393.187	-
Passivo de arrendamentos	28	105	158	37.786	33.573
Outras contas a pagar	29	632	116	172.961	149.407
PIS e Cofins a restituir para consumidores	13.2.1	-	-	120.648	-
		1.166.196	958.871	6.057.535	5.345.621
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	15	-	145	-	-
Fornecedores	21	-	-	191.215	187.913
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	-	-	360.031	293.666
Outras obrigações fiscais	13.2	2.910	2.817	650.987	662.114
Empréstimos e financiamentos	22	528.686	746.075	2.570.593	2.886.862
Debêntures	23	498.551	797.713	6.953.173	7.265.409
Benefícios pós-emprego	24	8.874	8.658	1.140.979	1.128.932
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	-	-	318.761	282.776
Contas a pagar vinculadas à concessão	27	-	-	558.163	539.555
Passivos financeiros setoriais	9	-	-	-	102.284
Passivo de arrendamentos	28	101	125	96.349	63.031
Outras contas a pagar	29	1.355	1.434	421.738	349.462
PIS e Cofins a restituir para consumidores	13.2.1	-	-	3.783.134	-
Provisões para litígios	30	310.990	304.871	1.589.538	1.606.713
		1.351.467	1.861.838	18.634.661	15.368.717
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social	31.1	10.800.000	10.800.000	10.800.000	10.800.000
Ajustes de avaliação patrimonial	31.2	561.102	591.927	561.102	591.927
Reserva legal	31.3	1.014.248	1.014.248	1.014.248	1.014.248
Reserva de retenção de lucros	31.3	4.846.239	4.846.239	4.846.239	4.846.239
Lucros acumulados		2.151.185	-	2.151.185	-
		19.372.774	17.252.414	19.372.774	17.252.414
Atribuível aos acionistas não controladores	17.2.2	-	-	276.985	345.798
		19.372.774	17.252.414	19.649.759	17.598.212
TOTAL DO PASSIVO		21.890.437	20.073.123	44.341.955	38.312.550

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações de Resultados
 dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32	-	-	8.821.265	7.561.721
Custos Operacionais	33	-	-	(5.846.225)	(5.396.757)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	2.975.040	2.164.964
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	33	-	-	(128.073)	(108.163)
Despesas gerais e administrativas	33	(41.246)	(21.878)	(374.132)	(344.917)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(10.649)	(3.112)	(119.128)	(163.809)
Resultado da equivalência patrimonial	17	2.114.239	842.649	27.377	7.695
		2.062.344	817.659	(593.956)	(609.194)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		2.062.344	817.659	2.381.084	1.555.770
Resultado Financeiro	34				
Receitas financeiras		99.937	117.784	1.325.100	387.951
Despesas financeiras		(34.775)	(85.819)	(515.446)	(613.907)
		65.162	31.965	809.654	(225.956)
LUCRO OPERACIONAL		2.127.506	849.624	3.190.738	1.329.814
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.3				
Imposto de renda e contribuição social		(10.892)	(5.907)	(1.020.679)	(450.099)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.746	3.602	(64.203)	(26.812)
		(7.146)	(2.305)	(1.084.882)	(476.911)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.120.360	847.319	2.105.856	852.903
Atribuído aos acionistas da empresa controladora		-	-	2.120.360	847.319
Atribuído aos acionistas não controladores	17.2.2	-	-	(14.504)	5.584
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	31.3				
Ações ordinárias		7,40045	2,95730		
Ações preferenciais classe "A"		8,14049	3,25303		
Ações preferenciais classe "B"		8,14049	3,25303		

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações de Resultados – Movimento do Segundo Trimestre

para os trimestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		1º.04.2020 a 30.06.2020	Reapresentado 1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2020 a 30.06.2020	Reapresentado 1º.04.2019 a 30.06.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32	-	-	4.667.324	3.665.715
Custos Operacionais	33	-	-	(2.848.834)	(2.666.022)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	1.818.490	999.693
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	33	-	-	(73.160)	(61.483)
Despesas gerais e administrativas	33	(21.965)	(11.666)	(200.249)	(171.635)
Outras receitas (despesas), líquidas	33	(2.503)	(2.233)	(36.287)	(71.487)
Resultado da equivalência patrimonial		1.600.785	349.638	4.505	(8.690)
		1.576.317	335.739	(305.191)	(313.295)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		1.576.317	335.739	1.513.299	686.398
Resultado Financeiro	34				
Receitas financeiras		54.098	55.199	1.109.242	181.307
Despesas financeiras		(14.488)	(41.917)	(205.002)	(309.050)
		39.610	13.282	904.240	(127.743)
LUCRO OPERACIONAL		1.615.927	349.021	2.417.539	558.655
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.3				
Imposto de renda e contribuição social		(7.418)	444	(753.700)	(160.283)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(419)	(137)	(68.899)	(51.431)
		(7.837)	307	(822.599)	(211.714)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.608.090	349.328	1.594.940	346.941
Atribuído aos acionistas da empresa controladora		-	-	1.608.090	349.328
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(13.150)	(2.387)
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	31.3				
Ações ordinárias		5,61253	1,21922		
Ações preferenciais classe "A"		6,17378	1,34114		
Ações preferenciais classe "B"		6,17378	1,34114		

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.120.360	847.319	2.105.856	852.903
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		2.120.360	847.319	2.105.856	852.903
Atribuível aos acionistas da empresa Controladora				2.120.360	847.319
Atribuível aos acionistas não controladores				(14.504)	5.584

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações de Resultados Abrangentes – Movimento do Segundo Trimestre

para os trimestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2020 a 30.06.2020	Reapresentado 1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2020 a 30.06.2020	Reapresentado 1º.04.2019 a 30.06.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.608.090	349.328	1.594.940	346.941
Outros resultados abrangentes				
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.608.090	349.328	1.594.940	346.941
Atribuído aos acionistas da empresa Controladora			1.608.090	349.328
Atribuído aos acionistas não controladores			(13.150)	(2.387)

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019
 em milhares de reais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora						Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados			
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2020		10.800.000	739.994	(148.067)	1.014.248	4.846.239	-	17.252.414	345.798	17.598.212
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-	-	-	-	2.120.360	2.120.360	(14.504)	2.105.856
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	2.120.360	2.120.360	(14.504)	2.105.856
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	31.2	-	(30.825)	-	-	-	30.825	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto	17.2.2	-	-	-	-	-	-	-	(51.799)	(51.799)
Dividendos	17.2.2	-	-	-	-	-	-	-	(2.510)	(2.510)
Saldo em 30 de junho de 2020		10.800.000	709.169	(148.067)	1.014.248	4.846.239	2.151.185	19.372.774	276.985	19.649.759

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora						Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados			
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2019		7.910.000	806.220	(20.610)	914.751	6.422.564	-	16.032.925	303.289	16.336.214
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	847.319	847.319	5.584	852.903
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	847.319	847.319	5.584	852.903
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos		-	(32.816)	-	-	-	32.816	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	(3.335)	(3.335)
Aumento de capital		2.890.000	-	-	-	(2.890.000)	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(4.091)	(4.091)
Saldo em 30 de junho de 2019		10.800.000	773.404	(20.610)	914.751	3.532.564	880.135	16.880.244	301.447	17.181.691

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		2.120.360	847.319	2.105.856	852.903
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período					
geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		(23.881)	(20.781)	304.290	412.994
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	10.3	-	-	(33.555)	(46.105)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	10.4 e 11.3	-	-	(291.548)	(224.772)
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	13.2.1	-	-	(1.838.853)	
Imposto de renda e contribuição social	13.3	10.892	5.907	1.020.679	450.099
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.3	(3.746)	(3.602)	64.203	26.812
Resultado da equivalência patrimonial	17.1	(2.114.239)	(842.649)	(27.377)	(7.695)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	24.4	384	304	47.174	49.794
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	24.4	1.956	2.544	59.850	64.970
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.2	-	-	65.666	61.536
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	32	-	-	(4.348)	(20.987)
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	32	-	-	(24.061)	90.610
Depreciação e amortização	33	880	1.082	565.564	483.387
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	33.4	4.323	5.727	245.204	203.068
Valor justo nas operações de compra e venda de energia	32.1	-	-	(34.734)	(20.208)
Valor justo nas operações com derivativos	34	-	-	(21.066)	-
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	10.1 e 10.2	-	-	51	20
Baixas de ativos de contrato	11.1	-	-	2.231	4.622
Resultado das baixas de imobilizado	18.2	-	3	28.594	46.356
Resultado das baixas de intangíveis	19.1 e 19.4	-	-	14.406	18.114
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	28.1 e 28.2	-	-	44	-
		(3.071)	(4.146)	2.248.270	2.445.518
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	413.680	226.603
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		341.816	427.138	23.182	19.541
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8.1	150.012	139.293	150.012	139.293
Depósitos judiciais		225	11.521	4.611	31.190
Ativos financeiros setoriais	9.2	-	-	45.512	14.328
Outros créditos		(129)	4.654	(15.575)	(20.679)
Estoques		-	-	(20.396)	(3.131)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(232)	(1.514)	(28.936)	10.298
Outros tributos a recuperar		(482)	(767)	50.210	(325)
Despesas antecipadas		(355)	(244)	8.809	10.165
Partes relacionadas		(38.661)	4.095	-	(469)
		452.194	584.176	631.109	426.814
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		3.462	(237)	44.981	59.322
Partes relacionadas		(148)	568	-	-
Fornecedores		6.672	(509)	(306.875)	(30.294)
Outras obrigações fiscais		130	341	183.828	(65.816)
Benefícios pós-emprego	24.4	(2.288)	(2.602)	(93.655)	(95.013)
Encargos setoriais a recolher		-	-	(15.838)	(8.112)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.2	-	-	(54.998)	(45.652)
Contas a pagar vinculadas à concessão	27.1	-	-	(36.830)	(34.954)
Outras contas a pagar		437	(1.729)	(18.224)	(72.693)
Provisões para litígios quitadas	30.1.1	-	-	(82.276)	(123.116)
		8.265	(4.168)	(379.887)	(416.328)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		457.388	575.862	2.499.492	2.456.004
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.462)	(5.907)	(301.708)	(496.031)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	22.4	(18.401)	(31.781)	(96.745)	(191.854)
Encargos de debêntures pagos	23.2	(28.941)	(125.999)	(253.256)	(377.966)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	28.2.1	(12)	(17)	(4.350)	(4.815)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		403.572	412.158	1.843.433	1.385.338

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 (continuação)
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		2.988	120.589	(45.373)	42.777
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(25.000)	(24.410)	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	24.512	-	-
Aquisições de ativos de contrato		-	-	(516.921)	(458.758)
Participação financeira do consumidor - ativos de contrato		-	-	43.387	49.469
Aquisições de controladas - efeito no caixa		-	-	-	(123.794)
Aportes em investimentos	17.1	(5.835)	(50.217)	(52.710)	(43.143)
Redução de capital em investidas	17.1	228	-	228	35.035
Aquisições de imobilizado		(87)	(79)	(176.099)	(272.388)
Aquisições de intangível	19.4	(48)	(21)	(4.247)	(2.774)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(27.754)	70.374	(751.735)	(773.576)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	22.4	-	-	-	742.333
Ingressos de debêntures emitidas	23.2	-	500.000	-	1.070.282
Ingressos de mútuos obtidos com partes relacionadas		280.000	48.000	-	-
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	22.4	(38.500)	(115.500)	(147.431)	(871.248)
Amortizações de principal de debêntures	23.2	(300.000)	(853.400)	(668.096)	(1.206.856)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	28.2.1	(77)	(68)	(18.786)	(14.925)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(292.746)	(350.291)	(297.105)	(373.045)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(351.323)	(771.259)	(1.131.418)	(653.459)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		24.495	(288.727)	(39.720)	(41.697)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	25.304	315.003	2.941.727	1.948.409
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	49.799	26.276	2.902.007	1.906.712
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		24.495	(288.727)	(39.720)	(41.697)

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações do Valor Adicionado
 dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019
 em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	-	-	11.422.846	11.457.205
Receita de construção	-	-	638.742	792.430
Valor justo do ativo indenizável da concessão	-	-	4.348	20.987
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	24.061	(90.610)
Outras receitas	649	3.009	1.252	34.011
Perdas de crédito esperadas	-	-	(104.320)	(76.581)
	649	3.009	11.986.929	12.137.442
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	3.245.979	2.878.899
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	-	-	684.517	640.613
Material, insumos e serviços de terceiros	18.749	7.067	490.118	338.555
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	231.778	368.176
Custo de construção	-	-	562.876	691.327
Perda de valores ativos	5	3	42.376	74.573
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>	-	-	79.655	19.344
Outros insumos	16.566	10.510	142.009	174.178
	35.320	17.580	5.479.308	5.185.665
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	(34.671)	(14.571)	6.507.621	6.951.777
(-) Depreciação e amortização	880	1.082	565.564	483.387
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(35.551)	(15.653)	5.942.057	6.468.390
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	2.114.239	842.649	27.377	7.695
Receitas financeiras	99.937	117.784	1.325.100	387.951
Outras receitas	1	168	83.842	69.427
	2.214.177	960.601	1.436.319	465.073
	2.178.626	944.948	7.378.376	6.933.463

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado
 dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 (continuação)
 em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	30.06.2020	%	30.06.2019	%	30.06.2020	%	30.06.2019	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	6.164		5.338		393.689		413.788	
Planos previdenciário e assistencial	1.146		1.148		114.128		118.240	
Auxílio alimentação e educação	711		572		54.014		56.416	
Encargos sociais - FGTS	160		400		25.985		28.570	
Provisões por desempenho e participação nos lucros	2.844		523		121.727		56.152	
	11.025	0,5	7.981	0,8	709.543	9,6	673.166	9,7
Governo								
Federal								
Tributos	8.124		4.596		927.905		1.295.543	
Encargos setoriais	-		-		912.792		1.214.195	
Estadual	24		17		2.197.676		2.289.656	
Municipal	6		30		3.616		4.312	
	8.154	0,4	4.643	0,5	4.041.989	54,8	4.803.706	69,3
Terceiros								
Juros	34.699		84.694		507.942		595.366	
Arrendamentos e aluguéis	127		311		7.572		5.610	
Doações, subvenções e contribuições	4.261		-		5.474		2.712	
	39.087	1,8	85.005	9,0	520.988	7,1	603.688	8,7
Acionistas								
Lucros retidos	2.120.360		847.319		2.120.360		847.319	
Participações de acionistas não controladores	-		-		(14.504)		5.584	
	2.120.360	97,3	847.319	89,7	2.105.856	28,5	852.903	12,3
	2.178.626	100,0	944.948	100,0	7.378.376	100,0	6.933.463	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, é sociedade por ações, de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e também negociadas nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri, no segmento latino-americano (Latibex).

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios, em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades, principalmente nas áreas de energia, telecomunicações e gás natural.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Coronavírus é uma família de vírus descoberto em 2019, após casos registrados na China, que provoca a doença chamada Covid-19. Em 26.02.2020 o primeiro caso de infecção foi identificado no Brasil, no município de São Paulo e no dia 11.03.2020, a OMS atribuiu o status de pandemia ao coronavírus, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo. No Brasil, os governos federais, estaduais e municipais implementaram diversas medidas para lidar com a emergência na saúde pública. No estado do Paraná as medidas incluíram isolamento social e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus.

A partir de março de 2020, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é

possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, telecomunicações e de gás canalizado, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos equipamentos de proteção individual.

Da mesma forma, a Copel adotou diversas ações em prol de seus clientes, mantendo a confiabilidade e disponibilidade de suas usinas, dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica e gás e de telecomunicações, para que os mesmos possam se manter conectados e usufruindo dos serviços da Companhia neste momento crítico de pandemia e distanciamento social. A Copel e seus empregados não medem esforços em garantir que os clientes da Copel e seus familiares permaneçam saudáveis e seguros em suas residências, mantendo todos os serviços que contribuem para prover conforto e conectividade a todos.

Efeitos do coronavírus (Covid-19) nas demonstrações financeiras

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira, com efeitos nas operações da Copel, principalmente pela redução na demanda por energia elétrica, expondo os níveis de energia já contratados no mercado livre e também afetando os limites regulatórios de contratação no mercado regulado.

Em 08.04.2020, foi emitida a Medida Provisória nº 950, pelo Governo Federal, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública, estabelecendo isenção nas tarifas de energia, custeada pelo encargo do setor elétrico denominado Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para os consumidores de baixa renda até o consumo de 220 kWh/mês, por um período de três meses, e prevendo recursos por meio de operação de crédito destinada a prover alívio financeiro às distribuidoras de energia elétrica. Nesta mesma data, a Aneel publicou Despacho nº 986, autorizando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a repassar aos agentes do setor, com características de consumo, os recursos financeiros excedentes disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, com o objetivo de reforçar a liquidez do setor em meio a pandemia.

Em 08.04.2020 e 13.05.2020, a Companhia obteve acesso a recursos financeiros nos montantes de R\$ 84.881 e R\$ 8.666, respectivamente, que foram registrados como passivo financeiro setorial. O referido despacho autoriza a CCEE a efetuar novos repasses ao longo de 2020.

Em 18.05.2020, foi emitido o Decreto nº 10.350 que dispôs sobre a criação da Conta-covid, destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020, e que regulamentou a Medida Provisória nº 950. Em 23.06.2020, a Aneel emitiu a Resolução nº 885 que dispõe sobre a Conta-covid, as operações financeiras, a utilização da CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes.

Estas medidas têm o objetivo de equilibrar o caixa das empresas de distribuição de energia elétrica e evitar que os efeitos da inadimplência e da redução no consumo de energia elétrica durante a pandemia do coronavírus afete todo o setor, bem como amenizar a pressão tarifária sobre os consumidores, em 2020, decorrente de custos extraordinários inseridos no contexto da pandemia da Covid-19.

A Copel protocolou o Termo de Aceitação às Disposições do Decreto nº 10.350/2020. O valor total requerido foi de R\$ 869.516, sendo que, em 25.06.2020, a Copel DIS já havia se pronunciado sobre a antecipação de R\$ 536.359 referentes à CVA constituída, o qual fez parte de seu reajuste tarifário anual. O total requerido foi integralmente recebido em 31.07.2020.

Ressalta-se que a medida provisória não alcança os contratos de energia celebrados no mercado livre. Para reduzir o impacto na arrecadação proveniente deste mercado e evitar futuras discussões judiciais, a Copel está renegociando os contratos com seus clientes, propondo parcelamentos e a postergação do vencimento das faturas.

Em relação ao mercado cativo de distribuição, a Copel já vem registrando redução da receita, principalmente nas classes comercial e industrial, reflexo da queda da atividade econômica durante a pandemia. Por outro lado, pode-se verificar um aumento de receita na classe residencial, em função das medidas de isolamento social, e na classe rural, refletindo o bom desempenho do agronegócio no Paraná. No que diz respeito a arrecadação, a Companhia vem mantendo contato com seus principais clientes e flexibilizando a política de cobrança no período da pandemia, de modo que já podemos verificar aumento nos parcelamentos efetuados.

Devido as medidas aplicadas pela Aneel no contexto da Covid-19, a Companhia não realizou suspensão de fornecimento de energia para clientes residenciais, além de serviços e atividades essenciais até 31.07.2020. Neste sentido, houve aumento de R\$ 35.800 na estimativa de perdas de crédito esperada registrada na Copel DIS devido ao aumento na inadimplência dos consumidores, somada à queda na arrecadação e à paralisação de diversas atividades comerciais e industriais decorrentes das medidas de isolamento social, reduzindo, portanto, os resultados financeiros e econômicos da Copel DIS. Com a queda no consumo de energia e, conseqüentemente, a diminuição de receita da distribuidora, devido ao cenário da pandemia, a Companhia poderá ficar em uma posição acima do limite regulatório permitido de sobrecontratação de energia elétrica. No entanto, conforme disposto na NE nº 36.2.9, a Companhia entende que esta sobrecontratação será considerada como involuntária.

A Copel tem acompanhado as projeções da carga emitidas pelos órgãos oficiais do setor elétrico, que demonstram sinais de retração em 2020, fortemente impactados pela queda de consumo nos segmentos comercial e industrial. Essa queda tem provocado notificações por parte dos compradores de energia, sob a perspectiva e alegação de caso fortuito e força maior gerados pela pandemia da Covid-19, requerendo redução dos montantes dos contratos de energia e/ou parcelamento das faturas vincendas.

Forçadas pela retração da carga, as projeções de PLD e GSF para o restante do ano de 2020 já demonstram queda em relação às projeções anteriores à instauração do estado de calamidade pública provocada pela pandemia da Covid-19.

Outro ponto de atenção são os eventuais impactos no cronograma de implantação de projetos de geração e transmissão, ou até mesmo na disponibilidade dos ativos existentes decorrentes de ações locais que impeçam o acesso às instalações ou de problemas com os fornecedores do setor, também afetados pela crise. A Administração, de forma diligente, tem acompanhado os prazos das obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo.

Com o objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Copel vem monitorado constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica.

Neste cenário, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias referentes ao trimestre findo em 30.06.2020, a Administração avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia, conforme segue:

a.1) Perdas de crédito esperadas

Um risco potencialmente relevante na emergência da Covid-19 está relacionado à inadimplência de clientes. Neste cenário, a Companhia mantém um contato regular com seus principais clientes, flexibilizando a política de cobrança no período da pandemia e o incremento do nível de digitalização no relacionamento com a Copel.

A posição de contas a receber da Companhia em 30.06.2020 bem como as estimativas de perdas de créditos esperadas refletem de maneira tempestiva a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e recuperabilidade desse ativo financeiro.

Ainda que não tenha piorado significativamente o indicador de perdas, a Companhia poderá enfrentar uma pressão nesse indicador ao longo do ano.

No primeiro semestre de 2020 houve um aumento na estimativa das perdas de créditos esperadas na Copel, no valor de R\$ 42.326, decorrente principalmente da aplicação de projeções macroeconômicas na elaboração das estimativas devido ao agravamento do contexto econômico.

a.2) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*

As premissas dos ativos não financeiros relevantes da Companhia foram avaliadas individualmente e a Administração conclui pela necessidade de complementar o valor do *impairment*, conforme demonstrado na NE nº 18.

O ajuste mais significativo ocorreu na UEG Araucária, tendo em vista que seus fluxos de caixa vem sendo afetados pela diminuição da demanda de energia no país, o que faz com que a usina não seja despachada.

Para os demais empreendimentos, exceto a UEG Araucária, não houve movimentação relevante. As principais premissas aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram impacto significativo no curto prazo tendo em vista que a maior parte de energia já está contratada e o montante da energia exposta à liquidação ao PLD não é relevante. No médio prazo, houve impacto nos preços negociados no mercado livre sobre a parte da energia não contratada, mas sem impacto relevante na Companhia. Por fim, no longo prazo, as principais premissas utilizadas para o cálculo do *impairment* (preços futuros da energia e níveis de GSF) não sofreram alteração significativa, evidenciando-se, portanto, a recuperabilidade dos ativos.

a.3) Recuperação dos tributos diferidos ativos

A Companhia possui saldo de R\$ 1.014.028 referente aos tributos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal/base negativa e diferenças temporárias contabilizados em 30.06.2020. A Companhia avaliou suas estimativas de expectativa de lucro tributável futuro e não identificou necessidade de provisão para perda dos mesmos.

a.4) Valor justo das operações de compra e venda de energia futuras

Os efeitos da pandemia na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia elétrica ocorreram principalmente na variação dos preços futuros de curto prazo devido a uma hidrologia mais favorável e redução da carga. No longo prazo os preços futuros da energia elétrica não tiveram variação significativa. Portanto, neste momento, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo das operações de compra e venda de energia futuras da Companhia.

a.5) Valor justo de outros ativos e passivos

No momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia, principalmente nos ativos originários de contratos de concessão que são realizados a longo prazo e possuem garantia contratual de recebimento de seu saldo residual ao final da concessão e/ou direito incondicional de receber caixa durante a concessão. Neste sentido, tendo em vista que não houve alterações nas estimativas e premissas de longo prazo, e que os ativos da Companhia são essenciais e apontam para a continuidade das operações e dos fluxos de caixa no médio e longo prazo, até o momento, apesar dos efeitos da pandemia continuarem incertos, seus efeitos não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia.

a.6) Benefícios Pós-emprego

A Administração da Companhia tem efetuado monitoramento constante em relação ao valor justo do ativo atuarial dos planos de benefícios pós emprego em decorrência da instabilidade da taxa de juros, que é determinada com base nos dados de mercado. Por conta da instabilidade econômica neste período de pandemia o valor justo dos ativos dos planos teve retração em 30.06.2020 em relação ao valor justo de 31.12.2019. Contudo, os planos de benefícios não geraram obrigações adicionais devido a existência de

superávit do plano previdenciário e ao fato de o passivo atuarial do plano assistencial estar reconhecido em montante suficiente, frente a atual avaliação.

a.7) Liquidez

A Companhia apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para seus requisitos atuais. No entanto, existe a expectativa de impactos econômicos causados pela redução das atividades empresariais decorrentes das restrições impostas durante a pandemia da Covid-19, com efeitos subsequentes nas operações da Copel que podem afetar os resultados financeiros da Companhia.

Em 30.06.2020, o capital circulante líquido consolidado da Companhia totaliza R\$ 2.626.934 (R\$ 2.563.575, em 31.12.2019) com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 2.902.007, frente ao saldo de R\$ 2.941.727 em 31.12.2019.

A Companhia vem monitorando sua liquidez financeira, considerando a possibilidade de captação de recursos e a perspectiva de retenção de caixa usando o auxílio de medidas do governo federal e demais instituições setoriais, já implementadas e em elaboração, e tomando ações necessárias em nossas operações como a redução de custos e postergação de investimentos com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras em dia.

a.8) Outros ativos

A Companhia não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem *impairment* de outros ativos. Salienta-se que a Companhia registra as variações dos ativos e passivos financeiros setoriais, atualizados até a data do reajuste/revisão tarifária quando, então, o Poder Concedente homologa o repasse na base tarifária e a Companhia repassa ao consumidor durante o próximo ciclo anual, que na Copel ocorre a partir de 24 de junho de cada exercício. Com as medidas emergenciais destinadas ao setor elétrico dispostas na Medida Provisória nº 950 de 08.04.2020 e no Decreto nº 10.350 de 18.05.2020, a Administração entende que a realização dos ativos financeiros setoriais registrados em 30.06.2020 é sustentada. Conforme NE nº 41.1, em 31.07.2020 a Copel DIS já teve acesso ao total de montante requerido de recursos da Conta-covid.

Diante de tudo que foi exposto acima, ressalta-se que não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas informações trimestrais em 30.06.2020 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Copel está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

1.1 Participações societárias da Copel

A Copel participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4).

1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Distribuição S.A. (Copel DIS)	Curitiba/PR	Distribuição de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Telecomunicações S.A. (Copel TEL)	Curitiba/PR	Telecomunicações e comunicações	100,0	Copel
Copel Renováveis S.A. (Copel REN) (a)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel
Copel Comercialização S.A. (Copel Energia)	Curitiba/PR	Comercialização de energia	100,0	Copel
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,0	Copel
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,0	Copel
UEG Araucária Ltda. (UEGA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	20,3	Copel
			60,9	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (NE nº 1.2.1)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A. (c)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A. (c)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A. (c)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A. (c)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia

(a) Está em estudo a possível incorporação das atividades operacionais e versão do patrimônio da Copel REN para a acionista ou a mudança de atividade principal.

(b) Fase pré-operacional.

(c) SPEs constituídas com 99,9% de participação da Copel GeT e 0,1% da Cutia. A transferência da totalidade das ações para a Copel GeT depende da assinatura dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.	São Paulo/SP	Participação em sociedades	49,0	Copel
Solar Paraná GD Participações S.A. (b)	Curitiba/PR	Participação em sociedades	49,0	Copel
Paraná Gás Exploração e Produção S.A. (a)	Curitiba/PR	Extração de petróleo e gás natural	30,0	Copel
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (c)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

(a) Projeto com suas atividades paralisadas devido a uma Ação Civil Pública, que aguarda decisão no TRF-4. Foi instaurado procedimento arbitral institucional para discutir a liberação das obrigações contratuais sem ônus para as licitantes, com a consequente devolução dos bônus de assinatura, reembolso dos custos com garantia incorridos e liberação das garantias apresentadas.

(b) Em maio de 2020 a Copel adquiriu 49% da participação da Solar Paraná GD Participações S.A., que é uma Holding de 6 SPEs que atuam no ramo de geração distribuída.

(c) Empreendimento parcialmente em operação.

1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	
			%	Investidora
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Geração de energia elétrica	23,0303	Copel
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	49,0	Copel
Copel Amec S/C Ltda. - em liquidação	Curitiba/PR	Serviços	48,0	Copel
Sercomtel S.A. Telecomunicações (a)	Londrina/PR	Telecomunicações	45,0	Copel
Dominó Holdings Ltda.	Curitiba/PR	Participação em sociedade	49,0	Copel Energia
Estação Osasco Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	São Paulo/SP	Incorporação de empreendimentos imobiliários	18,78	UEG

(a) Investimento reduzido a zero em virtude dos testes de recuperação de ativos.

(b) Fase pré-operacional.

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

Empreendimento	Participação % Copel GeT	Demais consorciados
Usina Hidrelétrica Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá (NE nº 18.4)	51,0	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (49,0%)
Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (NE nº 18.4)	30,0	Geração Céu Azul S.A (controlada da Neoenergia S.A. (70,0%))

2 Concessões e Autorizações

2.1 Contratos de Concessão/Autorização das participações da Copel

Copel		Participação %	Vencimento
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
Copel DIS	Contrato de concessão nº 046/1999, prorrogado pelo 5º Termo Aditivo	100	07.07.2045
Copel TEL	Termo de autorização nº 54/2003 - Anatel/SPV/PVST	100	Indeterminado
	Termo de autorização nº 305/2012 - Anatel/SPV/PVST	100	Indeterminado
Elejor	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão e UHE Santa Clara	70	28.05.2037
	Autorização - Resoluções nºs 753 e 757/2002 - PCHs Fundão I e Santa Clara I	70	19.12.2032
Dona Francisca Energética	Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	23	28.08.2033
UEG Araucária	Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (60,9% da Copel GeT)	20,3	23.12.2029
Compagás (2.1.1)	Contrato de concessão de distribuição de gás	51	20.01.2019
Paraná Gás (1.1.2 - a)	PART-T-300_R12 Nº 4861-0000.99/2014-00 - ANP	30	15.05.2045
Usina de Energia Eólica São João S.A. (a)	Portaria MME nº 173 /2012 - EOL São João	49	26.03.2047
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. (a)	Portaria MME nº 204 /2012 - EOL Carnaúbas	49	09.04.2047
Usina de Energia Eólica Reduto S.A. (a)	Portaria MME nº 230 /2012 - EOL Reduto	49	16.04.2047
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. (a)	Portaria MME nº 233 /2012 - EOL Santo Cristo	49	18.04.2047

(a) Subsidiária integral da Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Usina Hidrelétrica - UHE
 Pequena Central Hidrelétrica - PCH
 Usina Termelétrica - UTE
 Usina Eolielétrica - EOL

2.1.1 Compagás

A Compagás tem contrato de concessão firmado com o Poder Concedente, o Estado do Paraná, que determina vigência de 30 anos a partir de 06.07.1994.

Em 07.12.2017, o Estado do Paraná publicou a Lei Complementar nº 205, trazendo nova interpretação quanto ao término de vencimento da concessão, entendendo que o mesmo ocorria em 20.01.2019. A Administração da Compagás, sua Controladora e demais acionistas questionam os efeitos da referida lei por entenderem estar conflitante com os termos observados no atual contrato de concessão. A Compagás ajuizou ação judicial questionando o vencimento antecipado da concessão e em 30.10.2018 foi concedida a tutela provisória favorável ao entendimento da Companhia sobre os termos do contrato de concessão e à continuidade das suas operações até julho de 2024. A Companhia aguarda o julgamento do mérito da ação.

Considerando que até esta data não ocorreu a prorrogação/licitação da concessão, a lei prevê que a concessionária poderá, após o vencimento do prazo, permanecer responsável por sua prestação até a assunção do novo concessionário, observadas as condições estabelecidas.

Considerando que a discussão não foi encerrada e a citada lei continua vigente, tornou-se necessário considerar tais efeitos nestas informações trimestrais. Os impactos registrados estão apresentados a seguir:

30.06.2020	Término da concessão em 2024	Efeitos	Término da concessão em 2019
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo não circulante			
Contas a receber vinculadas à concessão	156.308	168.033	324.341
Intangível	116.205	(116.205)	-
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita Operacional Líquida			
Valor justo do ativo indenizável da concessão	6.669	(3.466)	3.203
Custos Operacionais			
Amortização	(14.688)	3.149	(11.539)

A Administração continuará envidando seus melhores esforços para proteger os interesses da Companhia, buscando equacionar da melhor forma os impactos da nova interpretação dada pelo Poder Concedente, bem como, buscando alternativas necessárias para a manutenção da concessão de forma sustentável.

2.2 Contratos de Concessão/Autorização da Copel GeT e das suas participações societárias

Copel GeT	Participação %	Vencimento	
CONCESSÕES ONEROSAS PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP			
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)	51	02.07.2042	
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder	100	17.01.2046	
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	28.02.2046	
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu	30	30.10.2049	
Contrato de Concessão nº 007/2013			
UHE Apucarantina	100	12.10.2025	
UHE Chaminé	100	16.08.2026	
UHE Derivação do Rio Jordão	100	15.11.2029	
UHE Cavernoso	100	07.01.2031	
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO			
Contrato de Concessão nº 045/1999			
UTE Figueira (NE nº 36.2.6)	100	27.03.2019	
UHE São Jorge (NE nº 36.2.6)	100	05.12.2024	
UHE Guaricana	100	16.08.2026	
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	16.11.2029	
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	05.05.2030	
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas	100	29.09.2029	
Despacho nº 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contrato de Concessão nº 003/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	100	05.01.2046	
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02	100	-	
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
UEG Araucária	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20,3% da Copel)	60,9	23.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	25.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	31.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	31.05.2046
Nova Eurús IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurús IV	100	27.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	08.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	09.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	09.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	28.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	20.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	01.06.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	19.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100	05.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100	05.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100	04.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100	04.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100	04.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I	100	04.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II	100	04.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III	100	04.08.2050
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77	24.04.2030
PCH Bela Vista (a)	Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100	02.01.2041
F.D.A. Geração de Energia Elétrica	Contrato de Concessão de Geração nº 002/2020	100	17.09.2023
Jandaíra I Energias Renováveis (a)	Portaria nº 140/2020 - EOL Jandaíra I	100	02.04.2055
Jandaíra II Energias Renováveis (a)	Portaria nº 141/2020 - EOL Jandaíra II	100	02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis (a)	Portaria nº 142/2020 - EOL Jandaíra III	100	02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis (a)	Portaria nº 139/2020 - EOL Jandaíra IV	100	02.04.2055

(a) Empreendimento em construção.

Copel GeT		Participação %	Vencimento
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE			
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs)	100	01.01.2043	
Contrato nº 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva	100	17.08.2031	
Contrato nº 006/2008 - LT 230 kV Bateias - Pilarzinho	100	17.03.2038	
Contrato nº 027/2009 - LT 525 kV Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	100	19.11.2039	
Contrato nº 010/2010 - LT 500 kV Araraquara II - Taubaté	100	06.10.2040	
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilho III 230/138 kV	100	06.10.2040	
Contrato nº 022/2012 - LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório	100	27.08.2042	
Contrato nº 002/2013 - LT 230 kV Assis - Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV	100	25.02.2043	
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV	100	29.01.2044	
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim - Realeza e SE Realeza 230/138 kV	100	05.09.2044	
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Assis - Londrina	100	05.09.2044	
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau (a)	100	07.04.2046	
LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza			
LT 230 kV Curitiba Centro - Uberaba			
SE Medianeira 230/138 kV			
SE Curitiba Centro 230/138 kV			
SE Andirá Leste 230/138 kV			
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
Costa Oeste Transmissora	Contrato nº 001/2012:	100	12.01.2042
	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama		
	SE Umuarama 230/138 kV		
Caiuá Transmissora	Contrato nº 007/2012:	49	10.05.2042
	LT 230 kV Umuarama - Guaíra		
	LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte		
	SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV		
	SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV		
Marumbi Transmissora	Contrato nº 008/2012:	100	10.05.2042
	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste		
	SE Curitiba Leste 525/230 kV		
Integração Maranhense	Contrato nº 011/2012: LT 500 Kv Açailândia - Miranda II	49	10.05.2042
Matrinchã Transmissora	Contrato nº 012/2012:	49	10.05.2042
	LT 500 kV Paranaíba - Cláudia		
	LT 500 kV Cláudia - Paranatinga		
	LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho		
	SE Paranaíba 500 kV		
	SE Cláudia 500 kV		
	SE Paranatinga 500 kV		
Guaraciaba Transmissora	Contrato nº 013/2012:	49	10.05.2042
	LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte		
	LT 500 kV Rio Verde Norte - Marimbondo II		
	SE Marimbondo II 500 kV		
Paranaíba Transmissora	Contrato nº 007/2013:	24,5	02.05.2043
	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas		
	LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia		
	LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2		
Mata de Santa Genebra (a)	Contrato nº 001/2014:	50,1	14.05.2044
	LT 500 kV Itatiba - Bateias		
	LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba		
	LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias		
	SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV		
	SE Itatiba 500 kV		
	SE Fernão Dias 500/440 kV (a)		
Cantareira Transmissora	Contrato nº 019/2014: LT Estreito - Fernão Dias	49	05.09.2044
Uirapuru Transmissora	Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã - Londrina	100	04.03.2035

(a) Empreendimento em construção.

Durante o ano de 2019, três importantes empreendimentos iniciaram suas operações comerciais:

- **UHE Colíder:** em março, maio e dezembro de 2019, entraram em operação comercial, respectivamente, as três unidades geradoras da usina, totalizando 300 MW de potência instalada.
- **UHE Baixo Iguaçu:** Em fevereiro de 2019 iniciou-se a operação comercial das unidades 1 e 2 e em abril de 2019, da unidade 3, com total de 350,2 MW de potência instalada.
- **Complexos Eólicos Cutia e Bento Miguel:** A partir da última quinzena de dezembro de 2018 até março de 2019, todos os parques eólicos entraram em operação comercial, totalizando 312,9 MW de capacidade total instalada.

3 Base de Preparação

3.1 Declarações de conformidade

As informações trimestrais individuais da Controladora e as informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas informações trimestrais individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração em 13.08.2020.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais são as mesmas divulgadas na NE nº 3.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2019.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

4 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2019.

4.1 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2020

A partir de 1º.01.2020 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia:

- (i) CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro (*Conceptual framework*);
- (ii) Revisão anual do CPC nº 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8).
- (iii) Revisão anual do CPC nº 15/2020: alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da “reforma da taxa de juros de referência”;

- (iv) Revisão anual do CPC nº 16/2020: alterações no Pronunciamento Técnico 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Caixa e bancos conta movimento	151	196	184.134	263.188
Aplicações financeiras de liquidez imediata	49.648	25.108	2.717.873	2.678.539
	49.799	25.304	2.902.007	2.941.727

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 78,0% e 101% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 8 a 57 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	90	90	226.286	225.804
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	90% a 101% do CDI	-	-	62.083	50.216
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	-	-	745	733
Operação Compromissada	96,5% do CDI	-	-	-	3.632
Letras do Tesouro Nacional - LTN	CDI	-	-	-	1.696
		90	90	289.114	282.081
	Circulante	90	90	1.455	3.112
	Não circulante	-	-	287.659	278.969

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic

(a) Tratam-se, em sua maioria, de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.06.2020	Saldo 31.12.2019
Consumidores					
Residencial	326.758	234.397	63.013	624.168	579.715
Industrial	192.406	38.811	94.082	325.299	298.719
Comercial	201.989	69.821	45.789	317.599	363.986
Rural	65.271	29.410	8.361	103.042	103.271
Poder público	26.441	3.873	3.735	34.049	55.847
Iluminação pública	35.307	63	8	35.378	38.523
Serviço público	40.713	2.354	404	43.471	44.983
Fornecimento não faturado - cativos	409.298	-	-	409.298	516.203
Parcelamento de débitos - cativos (7.1)	136.315	20.373	77.156	233.844	204.192
Subsídio baixa renda - Eletrobras	15.360	-	-	15.360	12.174
Consumidores livres	134.769	3.274	3.531	141.574	132.756
Outros créditos	39.977	23.106	82.911	145.994	148.375
	1.624.604	425.482	378.990	2.429.076	2.498.744
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
Contratos bilaterais	155.431	1.824	7.416	164.671	191.463
Contratos regulados	153.477	224	6.851	160.552	159.492
CCEE (7.2)	110.180	-	119.665	229.845	315.712
Suprimento de energia elétrica	419.088	2.048	133.932	555.068	666.667
Encargos de uso da rede elétrica	231.745	558	3.057	235.360	215.582
Telecomunicações	43.794	10.017	14.537	68.348	67.304
Distribuição de gás	56.493	6.215	15.153	77.861	111.026
(-) Perdas de créditos esperadas (7.3)	(28.939)	(16.297)	(391.472)	(436.708)	(376.756)
	2.346.785	428.023	154.197	2.929.005	3.182.567
Circulante				2.877.803	3.120.168
Não circulante				51.202	62.399

7.1 Parcelamento de débitos

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 30.06.2020, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto, que varia de 0,29% a 2,80% a.m.

7.2 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa para a controlada.

Adicionalmente, em decorrência de caso fortuito e força maior, a UHE Colíder atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia contratada pela usina, no período em atraso, seja postergada.

A Copel GeT protocolou pedido administrativo do excludente de responsabilidade na Aneel, que foi negado, e subsequentemente, em 18.12.2017, impetrou ação ordinária com pedido de tutela antecipada junto ao Poder Judiciário, solicitando a reversão da decisão da agência. Em 06.04.2018, o Tribunal Federal da 1ª Região deferiu a antecipação de tutela recursal requerida no Agravo de Instrumento para conceder a liminar para suspender a exigência de quaisquer ônus ou imputação de penalidade à Copel em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais do cronograma original do Contrato de Concessão, até o julgamento definitivo. A ação principal está aguardando o julgamento do mérito da ação.

A energia contratada da usina é de 125 MW médios. Para os períodos em atraso o contrato foi cumprido conforme descrito a seguir:

- de janeiro de 2015 a maio de 2016, entrega da energia suspensa em decorrência da obtenção de liminar judicial;
- em junho de 2016, com redução parcial por meio de acordo bilateral e saldo remanescente suspenso em decorrência da liminar judicial;
- de julho de 2016 a dezembro de 2018, com redução da totalidade dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, por meio de acordo bilateral e com participação no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSD-EN; e
- de janeiro a março de 2019, os contratos firmados em ambiente regulado passaram a estar vigentes novamente, no entanto a entrega de energia continuou suspensa, tendo em vista a liminar judicial obtida. A partir de 09.03.2019 a usina iniciou a produção comercial de sua primeira unidade geradora.

Em virtude do não julgamento do mérito da ação, no período em atraso da usina a Companhia reconheceu no resultado dos exercícios a receita se limitando as cláusulas econômicas do contrato e as regras regulatórias, bem como o custo da energia para cobertura do lastro contratual.

Do montante apurado pela CCEE, para a parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder, há constituição de perdas de crédito esperadas no valor de R\$ 119.665 (NE nº 7.3).

7.3 Perdas de créditos esperadas

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 30.06.2020
Consumidores				
Residencial	41.824	40.474	(22.914)	59.384
Industrial	97.954	15.781	(2.162)	111.573
Comercial	70.925	26.856	(8.049)	89.732
Rural	3.389	2.600	(1.350)	4.639
Poder público	4.890	304	(25)	5.169
Iluminação pública	3	197	-	200
Serviço público	265	(34)	(15)	216
Não faturado - cativos	1.180	113	-	1.293
Ajuste a valor presente	(1.441)	1.225	-	(216)
	218.989	87.516	(34.515)	271.990
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras				
CCEE (7.2)	119.665	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	20.425	2.274	-	22.699
	140.090	2.274	-	142.364
Telecomunicações	5.149	7.911	(3.615)	9.445
Distribuição de gás	12.528	1.156	(775)	12.909
	376.756	98.857	(38.905)	436.708

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

A Administração da Companhia e o Estado do Paraná formalizaram, em 31.10.2017, o quinto termo aditivo do contrato de negociação da Conta de Resultados a Compensar - CRC. O Estado do Paraná cumpriu os termos acordados e efetuou os pagamentos das parcelas mensais de juros previstas até dezembro de 2017. Encerrado o período de carência, o Estado do Paraná vem cumprido os pagamentos nas condições contratadas, restando 58 parcelas mensais. O saldo do contrato é atualizado pela variação do IGP-DI e juros de 6,65% a.a.

8.1 Mutação do CRC

	Saldo em 1º.01.2020	Juros	Varição monetária	Recebimentos	Saldo em 30.06.2020
	1.350.685	42.159	56.423	(150.012)	1.299.255
Circulante	219.236				231.631
Não circulante	1.131.449				1.067.624

8.2 Vencimento das parcelas de longo prazo

2021	129.240
2022	260.688
2023	278.025
2024	296.515
Após 2024	103.156
	1.067.624

9 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos

9.1 Composição dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais líquidos por ciclo tarifário

Consolidado	30.06.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Conta-covid				
Conta-covid - CVA (a)	536.359	-	-	-
	536.359	-	-	-
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2019				
Parcela A				
Energia elétrica para revenda - CVA Energ	-	-	235.192	-
Energia elétrica para revenda - Itaipu	-	-	342.647	-
Transporte de energia pela rede básica	-	-	(47.214)	-
Transporte de energia de Itaipu	-	-	9.937	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	-	(160.277)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	98.722	-
Proinfa	-	-	8.528	-
Outros componentes financeiros				
Neutralidade	-	-	29.690	-
Sobrecontratação	-	-	(116.673)	-
Risco hidrológico	-	-	(119.416)	-
Devoluções tarifárias	-	-	(43.538)	-
Outros	-	-	(448)	-
	-	-	237.150	-
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2020				
Parcela A				
Energia elétrica para revenda - CVA Energ	-	-	15.298	15.298
Energia elétrica para revenda - Itaipu	-	-	225.340	225.340
Transporte de energia pela rede básica	-	-	30.126	30.126
Transporte de energia de Itaipu	-	-	7.227	7.227
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	-	(52.336)	(52.336)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	27.103	27.103
Proinfa	-	-	(30)	(30)
Outros componentes financeiros				
Neutralidade	-	-	9.408	9.408
Compensação acordos bilaterais CCEAR	-	-	20.096	20.096
Sobrecontratação	-	-	(25.725)	(25.725)
Risco hidrológico	-	-	(113.872)	(113.872)
Devoluções tarifárias	-	-	(24.215)	(24.216)
	-	-	118.420	118.419
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2021				
Parcela A				
Energia elétrica para revenda - CVA Energ	-	(68.629)	-	-
Energia elétrica para revenda - Itaipu	-	301.887	-	-
Transporte de energia pela rede básica	-	7.960	-	-
Transporte de energia de Itaipu	-	3.709	-	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	(5.689)	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(5.042)	-	-
Outros componentes financeiros				
Neutralidade	-	27.443	-	-
Compensação acordos bilaterais CCEAR	-	6.036	-	-
Sobrecontratação	-	105.041	-	-
Risco hidrológico	-	(40.721)	-	-
Devoluções tarifárias	-	(109.548)	-	-
Outros	-	83	-	-
	-	222.530	-	-
	536.359	222.530	355.570	118.419

(a) O saldo da Conta-covid será baixado quando ocorrer o repasse dos recursos recebidos da CCEE, conforme Resolução Normativa Aneel nº 885 de 23.06.2020, nos termos do parágrafo 5º do artigo 6º.

Consolidado	30.06.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Passivos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2020				
Parcela A				
Energia elétrica comprada para revenda - CVA Energ	(26.565)	-	-	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	(256.696)	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	116.647	-	-	-
Proinfa	(21.971)	-	-	-
Energia elétrica para revenda - Itaipu	594.321	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	116.155	-	-	-
Transporte de energia de Itaipu	20.646	-	-	-
Conta-covid	(536.359)	-	-	-
Outros componentes financeiros				
Compensação acordos bilaterais CCEAR	74.353	-	-	-
Risco hidrológico	(383.234)	-	-	-
Devoluções tarifárias	(84.436)	-	-	-
Sobrecontratação	(55.083)	-	-	-
Neutralidade	43.705	-	-	-
Outros	5.330	-	-	-
	(393.187)	-	-	-
Passivos financeiros setoriais - revisão tarifária 2021				
Componentes financeiros				
Devoluções tarifárias	-	-	-	(102.284)
	-	-	-	(102.284)
	(393.187)	-	-	(102.284)

9.2 Mutação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Saldo em 30.06.2020
		Constituição	Amortização	Atualização		
Parcela A						
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	793.327	437.270	(354.300)	19.911	-	896.208
Energia elétrica comprada p/ revenda - CVA Energ	265.788	(84.974)	(243.415)	3.400	(35.993)	(95.194)
Transporte de energia pela rede básica	13.038	62.178	48.780	119	-	124.115
Transporte de energia comprada de Itaipu	24.391	9.706	(10.280)	538	-	24.355
ESS	(264.949)	(156.501)	165.859	(6.794)	-	(262.385)
CDE	152.928	56.608	(102.095)	4.164	-	111.605
Proinfa	8.468	(21.615)	(8.821)	(3)	-	(21.971)
Outros componentes financeiros						
Neutralidade	48.506	53.836	(30.558)	(636)	-	71.148
Compensação acordos bilaterais CCEAR	40.192	41.810	(1.563)	(50)	-	80.389
Risco hidrológico	(347.160)	(200.483)	127.015	(3.327)	-	(423.955)
Devoluções tarifárias	(194.253)	(43.088)	45.213	(1.856)	-	(193.984)
Sobrecontratação	(168.123)	110.602	117.766	(768)	(9.519)	49.958
Outros	(448)	4.769	342	750	-	5.413
	371.705	270.118	(246.057)	15.448	(45.512)	365.702
Ativo circulante	355.570					536.359
Ativo não circulante	118.419					222.530
Passivo circulante	-					(393.187)
Passivo não circulante	(102.284)					

10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Consolidado	30.06.2020	31.12.2019
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (10.1)	868.571	836.818
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (10.2)	324.341	324.385
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (10.3)	646.371	647.984
Remensuração do ativo financeiro RBSE (10.4)	721.465	739.269
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (10.5)	71.160	69.182
	2.631.908	2.617.638
	Circulante	141.914
	Não circulante	2.489.994
		58.842
		2.558.796

10.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 1º.01.2020	836.818
Transferências de ativos de contrato (NE nº 11.1)	30.630
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(1)
Reconhecimento do valor justo	1.145
Baixas	(21)
Em 30.06.2020	868.571

O saldo do contrato de concessão da distribuidora é mensurado a valor justo e seu recebimento é assegurado pelo Poder Concedente por meio de indenização quando da reversão desses ativos ao término da concessão.

10.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2020	324.385
Transferências de ativos de contrato (NE nº 11.2)	8.322
Transferência para o ativo intangível (NE nº 19.3)	(11.539)
Reconhecimento do valor justo	3.203
Baixas	(30)
Em 30.06.2020	324.341

10.3 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2020	647.984
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(35.168)
Juros efetivos (NE nº 32.1)	33.555
Em 30.06.2020	646.371

10.4 Remensuração do ativo financeiro RBSE

Em 1º.01.2020	739.269
Remuneração	35.841
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(53.645)
Em 30.06.2020	721.465

Refere-se ao direito da Copel GeT reconhecido pelo Poder Concedente decorrente da Receita Anual Permitida - RAP do Contrato de Concessão nº 060/2001 não recebida tempestivamente no período de janeiro de 2013 a junho de 2017. O saldo é acrescido de atualização monetária e juros remuneratórios e será recebido em oito anos a partir de julho de 2017 até junho de 2025.

Em 27.06.2017 a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.258, na qual estabeleceu a RAP para o ciclo tarifário 2017-2018 do período de oito ciclos, aplicando decisão judicial de 11.04.2017, relativa à ação movida por associações empresariais, que determina, em caráter provisório, a exclusão da parcela de "remuneração" prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013. A mesma decisão foi aplicada provisoriamente pela Aneel para o segundo e terceiro ciclos tarifários encerrado em junho de 2020.

Em 30.06.2020 a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.715, na qual homologou o resultado da revisão periódica da RAP do contrato nº 060/2001, fixando o reposicionamento tarifário e incluindo a "remuneração" na parcela da RAP, que outrora havia sido excluída provisoriamente por força de decisão judicial ora cassada. Tais valores serão recebidos a partir do quarto ciclo tarifário iniciado em julho de 2020 até junho de 2025, inclusive com a adição dos montantes não recebidos tempestivamente devido os efeitos provisórios da liminar judicial, o qual será acrescido nos próximos três ciclos de RAP que se iniciarão em julho de 2020 até junho de 2023.

10.5 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2020	69.182
Remuneração pela remensuração do fluxo de caixa	249
Reversão de <i>impairment</i> (NE nº 33.4)	1.729
Em 30.06.2020	71.160

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel GeT depreciou as usinas até a data de vencimento das concessões e o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica contas a receber vinculadas à concessão.

11 Ativos de contrato

Consolidado	30.06.2020	31.12.2019
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (11.1)	1.020.300	844.284
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (11.2)	26.563	26.734
Contratos de concessão de transmissão (11.3)	3.366.480	3.180.366
	4.413.343	4.051.384
Circulante	106.830	107.443
Não circulante	4.306.513	3.943.941

11.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Consolidado	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2020	875.354	(31.070)	844.284
Aquisições	548.348	-	548.348
Participação financeira do consumidor	-	(43.387)	(43.387)
Provisão para litígios adicionada ao custo das obras	1.144	-	1.144
Transferências de/para o intangível (NE nº 19.1)	(336.613)	39.385	(297.228)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.1)	(33.562)	2.932	(30.630)
Baixas	(2.231)	-	(2.231)
Em 30.06.2020	1.052.440	(32.140)	1.020.300

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no primeiro semestre de 2020 totalizaram R\$ 4.168, à taxa média de 0,17% a.a. (R\$ 3.228, à taxa média de 0,17% a.a., durante o primeiro semestre de 2019).

11.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2020	26.734
Aquisições	8.151
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.2)	(8.322)
Em 30.06.2020	26.563

11.3 Contratos de concessão de transmissão

Em 1º.01.2020	3.180.366
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	361
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(170.162)
Transferências para o imobilizado	(534)
Transferência de litígios	94
Remuneração	252.775
Receita de construção	100.648
Margem de construção	2.932
Em 30.06.2020	3.366.480

Em 30.06.2020 a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.715, na qual homologou o resultado da revisão periódica da RAP do contrato nº 060/2001 e em 14.07.2020 emitiu a Resolução Homologatória nº 2.725, que estabelece a RAP pela disponibilização das instalações sob responsabilidade da Companhia. No processo da primeira revisão tarifária do contrato nº 060/2001, referente aos ciclos tarifários de 2018/2023 e que se realiza a cada cinco anos, foram reavaliados os custos operacionais, o custo de capital (WACC) e a base de remuneração, o que resultou em um índice de reposicionamento da RAP da Companhia de 10,16% em relação ao ciclo anterior.

12 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 36.2.12)	-	-	610.626	460.635
Serviços em curso (a)	7.444	7.444	252.716	228.593
Créditos nas operações de aquisição de gás (12.1)	-	-	132.267	142.941
Repasse CDE (12.2)	-	-	64.393	61.898
Adiantamento a empregados	801	463	32.498	20.427
Adiantamento a fornecedores (b)	3	282	27.844	24.073
Alienações e desativações em curso	-	-	24.300	21.238
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (NE nº 36.2.3 - b)	-	-	19.863	-
Adiantamento para indenizações imobiliárias	-	-	12.658	15.597
Bandeira tarifária - CCRBT	-	-	7.905	19.545
Entidades seguradoras	-	-	-	24.574
Outros créditos	393	323	83.955	69.103
	8.641	8.512	1.269.025	1.088.624
Circulante	1.197	1.068	458.046	426.865
Não circulante	7.444	7.444	810.979	661.759

CCRBT - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

(b) Adiantamento previsto em cláusula contratual.

12.1 Créditos nas operações de aquisição de gás - Compagás

Refere-se à aquisição de volumes de gás contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, para os quais os contratos preveem a compensação futura. A Compagás tem o direito de utilizar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até 2023. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, decorrentes da revisão dos projetos e cenários para os próximos anos, a Compagás estima compensar integralmente os volumes contratados no curso de sua operação. Os contratos com a Petrobras preveem o direito de cessão deste ativo. O vencimento da concessão está em discussão com o poder concedente, conforme descrito na NE nº 2.1.1.

12.2 Repasse CDE

O saldo em 30.06.2020 se refere a valores da CDE a serem repassados à Companhia para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. O valor repassado à Copel DIS referente ao período de junho de 2019 a maio de 2020, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.559/2019, foi de R\$ 51.200 mensais. Esse valor foi alterado para R\$ 47.005 mensais a partir de junho de 2020, pela Resolução Homologatória nº 2.704, de 23.06.2020, a qual homologou o resultado do último Reajuste Tarifário Anual.

13 Tributos

13.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora			
	Saldo em 1º.01.2020	Reconhecido no resultado	Saldo em 30.06.2020
Ativo não circulante			
Provisões para litígios	104.438	2.081	106.519
Perdas de créditos esperadas	49.443	-	49.443
Amortização do direito de concessão	20.444	191	20.635
Provisão Finam	3.455	-	3.455
Benefícios pós-emprego	2.995	95	3.090
Outros	2.774	289	3.063
	183.549	2.656	186.205
(-) Passivo não circulante			
Atualização de depósitos judiciais	20.861	497	21.358
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	3.000	(824)	2.176
Instrumentos financeiros	5.324	(763)	4.561
	29.185	(1.090)	28.095
Líquido	154.364	3.746	158.110

Consolidado			
	Saldo em 1º.01.2020	Reconhecido no resultado	Saldo em 30.06.2020
Ativo não circulante			
Provisões para litígios	517.370	(8.018)	509.352
Benefícios pós-emprego	405.414	4.731	410.145
<i>Impairment</i>	385.467	(11.703)	373.764
Provisão para P&D e PEE	165.331	(558)	164.773
Perdas de créditos esperadas	131.821	22.155	153.976
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	98.242	(8.552)	89.690
INSS - liminar sobre depósito judicial	71.200	2.002	73.202
Provisão para participação nos lucros	52.115	(21.076)	31.039
Amortização do direito de concessão	58.344	2.611	60.955
Contratos de concessão	22.353	(646)	21.707
Provisão para compra de energia	18.039	-	18.039
Outros	143.259	8.958	152.217
	2.068.955	(10.096)	2.058.859
(-) Passivo não circulante			
Contratos de concessão	712.449	53.087	765.536
Custo atribuído ao imobilizado	381.209	(15.880)	365.329
Instrumentos financeiros derivativos	70.945	11.810	82.755
Atualização de depósitos judiciais	61.145	1.494	62.639
Depreciação acelerada	50.322	-	50.322
Custo de transação - empréstimos e debêntures	32.108	(4.268)	27.840
Outros	42.577	7.864	50.441
	1.350.755	54.107	1.404.862
Líquido	718.200	(64.203)	653.997
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	1.011.866		1.014.028
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(293.666)		(360.031)

13.1.1 Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2020	1.262	(535)	157.653	(48.281)
2021	1.276	(1.195)	323.270	(88.654)
2022	309	(445)	172.708	(94.342)
2023	309	-	113.740	(113.486)
2024	309	-	94.074	(87.244)
2025 a 2027	927	-	209.896	(228.386)
2028 a 2029	181.813	(25.920)	987.518	(744.469)
	186.205	(28.095)	2.058.859	(1.404.862)

13.1.2 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 30.06.2020, a UEG Araucária não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 128.738 (R\$ 83.273 em 31.12.2019) por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

13.2 **Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	108.445	103.977
PIS/Pasep e Cofins a compensar (13.2.1)	-	-	814.078	98.942
Outros tributos a compensar	-	-	2.668	2.141
	-	-	925.191	205.060
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	79.042	74.568
PIS/Pasep e Cofins a compensar (13.2.1)	88.059	87.583	5.068.841	213.667
Outros tributos a compensar	14	14	33.676	33.776
	88.073	87.597	5.181.559	322.011
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	156.283	179.662
PIS/Pasep e Cofins a recolher (a)	-	-	353.200	125.197
IRRF sobre JSCP	-	-	-	117.807
Programa Especial de Regularização Tributária	-	-	50.124	49.310
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	-	-	-	18.063
Outros tributos	135	120	12.827	11.029
	135	120	572.434	501.068
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	2.910	2.817	215.642	209.747
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	-	-	430.231	447.897
PIS e Cofins com exigibilidade suspensa (13.2.2)	-	-	566	-
Outros tributos	-	-	4.548	4.470
	2.910	2.817	650.987	662.114

(a) O Governo Federal postergou o vencimento do PIS/Pasep e Cofins para o período de agosto a novembro de 2020, originalmente previsto para recolhimento de abril a junho de 2020, como uma das medidas tributárias para minimizar os impactos da pandemia do coronavírus nas empresas. O saldo ainda não recolhido foi remensurado com os efeitos da decisão judicial e reclassificado para Pis e Cofins a restituir para os consumidores (NE 13.2.1).

13.2.1 Crédito de Pis e Cofins sobre ICMS

Em 12.08.2009, a Copel DIS impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como para autorizá-la a proceder a compensação administrativa dos valores recolhidos a maior de tais contribuições sociais, dos últimos cinco anos.

Em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Copel DIS de excluir da base de cálculo do PIS e COFINS o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída. O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos à partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança.

Considerando a decisão favorável, a Copel DIS reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que deverá ser recuperado utilizando dos seguintes expedientes: pela compensação com tributos a recolher dentro do prazo prescricional de 5 anos, e, se necessário, com recebimento de precatórios do Governo Federal.

Adicionalmente, com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia registrou o passivo a restituir para os consumidores dos últimos 10 anos do crédito, a contar da data do trânsito em julgado, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

O quadro a seguir apresenta os impactos destes registros no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Copel:

	30.06.2020
Crédito tributário - principal	3.618.216
Crédito tributário - atualização monetária	2.003.771
Efeito no ativo	5.621.987
PIS/Pasep e Cofins a restituir para consumidores	(3.783.134)
Obrigações fiscais - Pis/Pasep e Cofins a recolher sobre receita financeira	(93.175)
Imposto de renda e contribuição social	(593.530)
Efeito no passivo	(4.469.839)
EFEITO NO BALANÇO PATRIMONIAL	1.152.148
Receita operacional líquida	809.154
Receita financeira, líquida de pis e cofins	936.524
Imposto de renda e contribuição social	(593.530)
EFEITO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	1.152.148

Os valores de Pis e Cofins da Copel DIS dos meses de março a junho de 2020, que ainda não foram pagos, foram remensurados com os efeitos da decisão judicial e reclassificados para a conta de passivo a restituir para os consumidores de modo que o saldo total a devolver aos consumidores em 30.06.2020 é de R\$ 3.903.782.

PIS/Pasep e Cofins a restituir para consumidores

	30.06.2020
Valores apurados e pagos	3.783.134
Apuração de março a junho de 2020	120.648
	3.903.782
	Circulante 120.648
	Não circulante 3.783.134

13.2.2 PIS e Cofins com exigibilidade suspensa

A Copel Telecomunicações S.A. obteve, em 15.05.2020, em decisão liminar, a tutela antecipada favorável a Companhia, suspendendo a exigibilidade de parcela do Pis e Cofins, reconhecendo que o ICMS não deve ser incluído na base de cálculo dessas contribuições. Dessa forma, a Companhia vem suspendendo o pagamento desse valor complementar e provisionando os valores até a decisão final do mérito da ação.

13.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.127.506	849.624	3.190.738	1.329.814
IRPJ e CSLL (34%)	(723.352)	(288.872)	(1.084.851)	(452.137)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	718.841	286.501	9.308	2.616
Dividendos	-	57	-	57
Despesas indedutíveis	(2.789)	(87)	(8.620)	(8.378)
Incentivos fiscais	142	84	8.154	7.045
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	(49.415)	(17.306)
Constituição e/ou compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	-	(3.348)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	36.801	(5.426)
Outros	12	12	3.741	(34)
IRPJ e CSLL correntes	(10.892)	(5.907)	(1.020.679)	(450.099)
IRPJ e CSLL diferidos	3.746	3.602	(64.203)	(26.812)
Alíquota efetiva - %	0,3%	0,3%	34,0%	35,9%

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.615.927	349.021	2.417.539	558.655
IRPJ e CSLL (34%)	(549.415)	(118.667)	(821.963)	(189.943)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	544.267	118.877	1.532	(2.954)
Dividendos	-	57	-	57
Despesas indedutíveis	(2.778)	(7)	(4.850)	(3.284)
Incentivos fiscais	83	40	4.513	2.748
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	(32.981)	(10.366)
Constituição e/ou compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	214	(6.011)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	28.387	(1.520)
Outros	6	7	2.549	(440)
IRPJ e CSLL correntes	(7.418)	444	(753.700)	(160.283)
IRPJ e CSLL diferidos	(419)	(137)	(68.899)	(51.431)
Alíquota efetiva - %	0,5%	-0,1%	34,0%	37,9%

14 Despesas Antecipadas

Consolidado	30.06.2020	31.12.2019
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa	18.447	18.504
Prêmios de seguros	6.237	11.693
Prêmio de risco - Repactuação do Risco Hidrológico (GSF) (14.1)	-	3.180
Outros	202	318
	24.886	33.695
Circulante	24.754	33.563
Não circulante	132	132

14.1 Repactuação do Risco Hidrológico (GSF)

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Amortização	Saldo em 30.06.2020
Prêmio de risco - ativo circulante	3.180	(3.180)	-
Intangível	31.667	(3.520)	28.147
	34.847	(6.700)	28.147
Prêmio de risco a amortizar - despesa antecipada	3.180	-	-
Extensão de prazo da outorga - intangível	31.667	-	28.147

15 Partes Relacionadas

	Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019
Ativo circulante		
Controladas		
UEG Araucária - mútuo (15.2)	25.114	-
Compartilhamento de estrutura	6.473	6.039
Ativo não circulante		
Controladas		
Copel DIS (15.1)	147.210	108.983
Passivo circulante		
Controladas		
Copel CTE - mútuo (15.3)	280.022	-
Compartilhamento de estrutura	693	696
Passivo não circulante		
Controladas		
Adiantamento - Elejor	-	145

15.1 Copel DIS - Financiamento repassado - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

O saldo com a Copel DIS refere-se ao financiamento da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, repassado com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia (NE nº 22) e apresentado como obrigações por empréstimos e financiamentos na Copel DIS.

15.2 UEGA - Contrato de Mútuo

Em 20.02.2020, foi assinado contrato de mútuo entre a Companhia Paranaense de Energia - Copel e a Copel Geração e Transmissão S.A. (mutuantes) e UEG Araucária Ltda - UEGA (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 31.12.2020. Do valor limite aprovado, de R\$ 40.000, foram utilizados R\$ 25.000. O valor da receita financeira no primeiro semestre foi de R\$ 108.

15.3 Copel Telecomunicações - Contrato de Mútuo

Em 19.06.2020, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel Telecomunicações S.A. (mutuante) e Companhia Paranaense de Energia - Copel (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 120% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 30.06.2021. O valor da receita financeira no primeiro semestre foi de R\$ 28.

16 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Fiscais	124.886	122.422	359.115	351.402
Trabalhistas	215	175	75.436	85.187
Cíveis				
Cíveis	-	-	58.499	53.260
Servidões de passagem	-	-	3.451	5.076
Consumidores	-	-	4.059	1.897
	-	-	66.009	60.233
Outros	357	1.622	6.236	7.368
	125.458	124.219	506.796	504.190

17 Investimentos

17.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2020	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Saldo em 30.06.2020
Controladas							
Copel GeT	9.749.705	594.899	-	-	-	(175.383)	10.169.221
Copel DIS	6.012.246	1.497.688	-	-	-	(86.793)	7.423.141
Copel TEL	710.128	5.979	-	-	-	-	716.107
Copel REN	29.175	202	-	-	-	-	29.377
Copel Energia	243.123	29.697	3.500	-	-	-	276.320
UEG Araucária (17.2)	64.094	(27.392)	-	-	-	-	36.702
Compagás (17.2)	284.747	10.607	-	-	-	(53.912)	241.442
Elejor (17.2)	30.002	1.568	-	-	-	(5.851)	25.719
Elejor - direito de concessão	12.254	-	-	-	(377)	-	11.877
	17.135.474	2.113.248	3.500	-	(377)	(321.939)	18.929.906
Empreendimentos controlados em conjunto							
Voltaia São Miguel do Gostoso I (17.3)	110.099	(3.712)	-	-	-	-	106.387
Voltaia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	10.038	-	-	-	(184)	-	9.854
Solar Paraná	-	(72)	2.335	-	-	-	2.263
	120.137	(3.784)	2.335	-	(184)	-	118.504
Coligadas							
Dona Francisca Energética (17.4)	28.423	4.780	-	-	-	(5.247)	27.956
Outras	2.186	(5)	-	(228)	-	-	1.953
	30.609	4.775	-	(228)	-	(5.247)	29.909
	17.286.220	2.114.239	5.835	(228)	(561)	(327.186)	19.078.319

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Outros (a)	Saldo em 30.06.2020
Empreendimentos controlados em conjunto (17.3)								
Voltalia São Miguel do Gostoso I	110.099	(3.712)	-	-	-	-	-	106.387
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	10.038	-	-	-	(184)	-	-	9.854
Caiuá	78.312	(11.565)	25.024	-	-	-	-	91.771
Integração Maranhense	138.716	3.333	-	-	-	-	-	142.049
Matrinchã	711.527	8.289	-	-	-	1.141	-	720.957
Guaraciaba	337.077	16.079	-	-	-	(1.328)	-	351.828
Paranaíba	173.973	4.087	-	-	-	-	-	178.060
Mata de Santa Genebra	573.357	8.364	25.351	-	-	-	-	607.072
Cantareira	338.268	(8.216)	-	-	-	-	-	330.052
Solar Paraná	-	(72)	2.335	-	-	-	-	2.263
	2.471.367	16.587	52.710	-	(184)	(187)	-	2.540.293
Coligadas								
Dona Francisca Energética (17.4)	28.423	4.780	-	-	-	(5.247)	-	27.956
Foz do Chopim Energética (17.4)	12.175	6.083	-	-	-	(6.095)	-	12.163
Dominó Holdings	246	(68)	-	-	-	-	-	178
Outras	10.155	(5)	-	(228)	-	-	(7.969)	1.953
	50.999	10.790	-	(228)	-	(11.342)	(7.969)	42.250
Propriedades para investimento	813	-	-	-	(2)	-	8	819
	2.523.179	27.377	52.710	(228)	(186)	(11.529)	(7.961)	2.583.362

(a) R\$ 7.969 de impairment da Estação Osasco Desenvolvimento Imobiliário S.A., coligada da UEG Araucária.

17.2 Controladas com participação de não controladores

17.2.1 Informações financeiras resumidas

	Compagás	Elejor	UEG Araucária
	30.06.2020	30.06.2020	30.06.2020
ATIVO	837.509	631.169	260.298
Ativo circulante	271.373	100.634	66.084
Ativo não circulante	566.136	530.535	194.214
PASSIVO	837.509	631.169	260.298
Passivo circulante	281.705	82.001	73.330
Passivo não circulante	82.388	512.427	6.164
Patrimônio líquido	473.416	36.741	180.804
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	263.553	85.709	156.897
Custos e despesas operacionais	(227.922)	(30.581)	(286.755)
Resultado financeiro	(2.816)	(51.748)	294
Equivalência patrimonial	-	-	-
Tributos	(12.017)	(1.138)	(5.372)
Lucro (prejuízo) do período	20.798	2.242	(134.936)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do período	20.798	2.242	(134.936)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	58.163	4.670	8.397
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(8.058)	(231)	1.366
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(23.252)	(8.151)	24.924
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.853	(3.712)	34.687
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	141.696	37.878	7.119
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	168.549	34.166	41.806
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.853	(3.712)	34.687

17.2.2 Muta  o do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participa��o no capital social	Compagás: 49%	Elejor: 30%	UEG Araucária: 18,80%	Consolidado
Em 1��.01.2020	273.580	12.858	59.360	345.798
Lucro líquido (prejuízo) do período	10.191	673	(25.368)	(14.504)
Delibera��o do dividendo adicional proposto	(51.799)	-	-	(51.799)
Dividendos	-	(2.510)	-	(2.510)
Em 30.06.2020	231.972	11.021	33.992	276.985

17.3 Saldos integrais dos grupos de ativo, passivo e resultado e participa  o nos compromissos e passivos contingentes dos principais empreendimentos controlados em conjunto

	Volt��lia	Caiuá	Integra��o Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
Saldos em 30.06.2020								
ATIVO	219.332	305.691	482.328	2.307.290	1.313.951	1.625.711	2.577.853	1.504.756
Ativo circulante	3.647	66.454	64.119	275.930	158.251	188.929	271.416	196.237
Caixa e equivalentes de caixa	1.453	39.398	9.511	67.299	53.267	30.223	19.753	56.273
Outros ativos circulantes	2.194	27.056	54.608	208.631	104.984	158.706	251.663	139.964
Ativo não circulante	215.685	239.237	418.209	2.031.360	1.155.700	1.436.782	2.306.437	1.308.519
PASSIVO	219.332	305.691	482.328	2.307.290	1.313.951	1.625.711	2.577.853	1.504.756
Passivo circulante	2.216	58.229	70.014	165.305	90.622	103.979	131.401	62.288
Passivos financeiros	-	7.541	13.402	71.806	36.456	61.131	60.326	47.167
Outros passivos circulantes	2.216	50.688	56.612	93.499	54.166	42.848	71.075	15.121
Passivo não circulante	-	60.178	122.420	670.642	505.310	794.951	1.234.731	768.892
Passivos financeiros	-	46.351	71.898	618.375	446.885	562.064	1.234.731	495.932
Outros passivos não circulantes	-	13.827	50.522	52.267	58.425	232.887	-	272.960
Patrimônio líquido	217.116	187.284	289.894	1.471.343	718.019	726.781	1.211.721	673.576
DEMONSTRA��O DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	-	9.315	14.192	133.270	33.793	56.048	166.007	45.782
Custos e despesas operacionais	(40)	(31.368)	(1.966)	(81.726)	2.552	(9.583)	(94.593)	(53.965)
Resultado financeiro	14	(1.730)	(2.664)	(24.040)	(17.441)	(22.765)	(46.016)	(19.797)
Equivalência patrimonial	(7.549)	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	-	180	(2.762)	3.113	2.507	(7.016)	(8.703)	11.214
Lucro (prejuízo) do período	(7.575)	(23.603)	6.800	30.617	21.411	16.684	16.695	(16.766)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(7.575)	(23.603)	6.800	30.617	21.411	16.684	16.695	(16.766)
Participa��o no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	106.387	91.771	142.049	720.957	351.828	178.060	607.072	330.052

Em 30.06.2020, a participa  o da Copel nos compromissos assumidos dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R\$ 4.593 (R\$ 5.936 em 31.12.2019) e nos passivos contingentes equivale a R\$ 90.055 (R\$ 89.688 em 31.12.2019).

Os prejuízos apurados na Caiuá e na Cantareira devem-se principalmente aos registros de provisão para litígios, nos valores de R\$ 28.891 e R\$ 51.511, respectivamente, decorrente de processo arbitral em que se discute valor controverso de reequilíbrio econômico-financeiro de contrato de constru  o.

17.4 Saldos integrais dos grupos de ativo, passivo e resultado e participação nos passivos contingentes das principais coligadas

	Dona Francisca	Foz do Chopim
	30.06.2020	30.06.2020
ATIVO	129.013	62.455
Ativo circulante	13.396	32.594
Ativo não circulante	115.617	29.861
PASSIVO	129.013	62.455
Passivo circulante	4.327	1.958
Passivo não circulante	3.287	26.490
Patrimônio líquido	121.399	34.007
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	35.261	27.145
Custos e despesas operacionais	(13.463)	(8.381)
Resultado financeiro	138	(722)
Provisão para IR e CSLL	(1.178)	(1.035)
Lucro líquido do período	20.758	17.007
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	20.758	17.007
Participação na coligada - %	23,0303	35,77
Valor contábil do investimento	27.956	12.163

Em 30.06.2020, a participação da Copel nos passivos contingentes das suas coligadas equivale a R\$ 108.433 (R\$ 78.793 em 31.12.2019).

18 Imobilizado

18.1 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	30.06.2020	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2019
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	8.081.980	(4.503.261)	3.578.719	8.082.238	(4.405.546)	3.676.692
Máquinas e equipamentos	8.874.983	(3.073.183)	5.801.800	8.875.458	(2.871.568)	6.003.890
Edificações	1.962.446	(1.076.763)	885.683	1.962.033	(1.054.009)	908.024
Terrenos	490.149	(32.960)	457.189	490.071	(27.651)	462.420
Veículos e aeronaves	45.888	(43.353)	2.535	47.960	(44.876)	3.084
Móveis e utensílios	22.251	(14.964)	7.287	22.415	(14.466)	7.949
(-) Impairment (18.5)	(1.059.456)	-	(1.059.456)	(961.177)	-	(961.177)
(-) Impairment (18.6)	(60.380)	-	(60.380)	(81.322)	-	(81.322)
(-) Obrigações especiais	(332)	55	(277)	(78)	35	(43)
	18.357.529	(8.744.429)	9.613.100	18.437.598	(8.418.081)	10.019.517
Em curso						
Custo	790.684	-	790.684	700.172	-	700.172
(-) Impairment (18.5)	(128.269)	-	(128.269)	(122.261)	-	(122.261)
(-) Impairment (18.6)	(3.395)	-	(3.395)	(5.325)	-	(5.325)
	659.020	-	659.020	572.586	-	572.586
	19.016.549	(8.744.429)	10.272.120	19.010.184	(8.418.081)	10.592.103

18.2 Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 30.06.2020
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.676.692	-	(97.726)	-	(247)	3.578.719
Máquinas e equipamentos	6.003.890	-	(216.661)	(23.221)	37.792	5.801.800
Edificações	908.024	-	(22.753)	-	412	885.683
Terrenos	462.420	-	(5.309)	-	78	457.189
Veículos e aeronaves	3.084	-	(622)	(29)	102	2.535
Móveis e utensílios	7.949	-	(787)	(127)	252	7.287
(-) Impairment (18.5)	(961.177)	(98.279)	-	-	-	(1.059.456)
(-) Impairment (18.6)	(81.322)	20.942	-	-	-	(60.380)
(-) Obrigações especiais	(43)	(254)	20	-	-	(277)
	10.019.517	(77.591)	(343.838)	(23.377)	38.389	9.613.100
Em curso						
Custo	700.172	136.462	-	(5.217)	(40.733)	790.684
(-) Impairment (18.5)	(122.261)	(6.008)	-	-	-	(128.269)
(-) Impairment (18.6)	(5.325)	1.930	-	-	-	(3.395)
	572.586	132.384	-	(5.217)	(40.733)	659.020
	10.592.103	54.793	(343.838)	(28.594)	(2.344)	10.272.120

18.3 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados durante o primeiro semestre de 2020 totalizaram R\$ 712, à taxa média de 0,02% a.a. (R\$ 2.393, à taxa média de 0,06% a.a. durante o primeiro semestre de 2019).

18.4 Operações em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado, referentes às participações da Copel GeT em consórcios estão demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participação (%) Copel GeT	Taxa média anual de depreciação (%)	30.06.2020	31.12.2019
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	51,0			
Em serviço			859.917	859.917
(-) Depreciação Acumulada		3,43	(220.727)	(206.000)
Em curso			24.150	16.789
			663.340	670.706
UHE Baixo Iguaçu	30,0			
Em serviço			692.593	692.593
(-) Depreciação Acumulada		3,30	(30.449)	(19.038)
Em curso			47.291	49.240
			709.435	722.795
			1.372.775	1.393.501

18.5 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos do segmento de geração

Em 30.06.2020, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

Consolidado	Imobilizado			Valor em uso
	Custo	Depreciação	Impairment	
UHE Colíder	2.474.220	(121.678)	(759.616)	1.592.926
Complexo Eólico Cutia	1.246.479	(90.579)	(56.232)	1.099.668
UEGA	702.005	(430.032)	(111.947)	160.026
Consórcio Tapajós (a)	14.464	-	(14.464)	-
Usinas no Paraná	1.013.148	(87.731)	(245.466)	679.951
	5.450.316	(730.020)	(1.187.725)	3.532.571

(a) Projeto em desenvolvimento

No primeiro semestre de 2020 o saldo de *impairment* sofreu as seguintes movimentações:

Consolidado	1º.01.2020	Impairment	Saldo em 30.06.2020
Em serviço			
UHE Colíder	(777.294)	17.678	(759.616)
Complexo Eólico Cutia	(54.104)	(2.128)	(56.232)
UEGA	-	(111.947)	(111.947)
Usinas no Paraná	(129.779)	(1.882)	(131.661)
	(961.177)	(98.279)	(1.059.456)
Em curso			
Consórcio Tapajós	(14.464)	-	(14.464)
Usinas no Paraná	(107.797)	(6.008)	(113.805)
	(122.261)	(6.008)	(128.269)
	(1.083.438)	(104.287)	(1.187.725)

18.6 Imobilizado da Copel Telecomunicações

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócio do segmento de telecomunicações com especial atenção à alguns fatores como o aumento de competitividade do setor, o alto grau de investimento necessário para preservação da carteira de clientes e o retorno esperado deste segmento. Os valores registrados de perdas estimadas por redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment* e de baixas dos valores decorrentes da desativação de ativos estão demonstrados nas NES 33.4 e 33.6. A reversão de *impairment* no período ocorreu pela realização por depreciação, efetivação das baixas e recuperação de equipamentos provisionados, referente aos ativos com registro de perdas estimadas.

18.7 Empreendimentos em construção

18.7.1 PCH Bela Vista

Com um investimento estimado em R\$ 220.000, o empreendimento, que tem 29,4 MW de capacidade instalada e garantia física de 16,6 MW médios, será construída no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná.

A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA.

As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019, sendo que a entrada em operação das três unidades geradoras está prevista para o primeiro semestre de 2021.

18.7.2 Complexo eólico Jandaíra

Com um investimento estimado em R\$ 411.610, o empreendimento, que tem 90,1 MW de capacidade instalada e garantia física de 47,6 MW médios, será construído nos municípios de Pedra Preta e Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte.

A participação no leilão de geração de energia nova A-6, realizado em 18.10.2019 vendeu 14,4 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 98,00/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2025, prazo de 20 anos e reajuste anual pelo IPCA.

As obras têm previsão de início em dezembro de 2020, sendo que a entrada em operação do empreendimento está prevista entre maio de 2022 a julho de 2022 de forma escalonada por aerogerador.

19 Intangível

Consolidado	30.06.2020	31.12.2019
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (19.1)	5.811.485	5.703.686
Contratos de concessão/autorização de geração (19.2)	570.156	582.671
Outros intangíveis (19.4)	48.340	46.254
	6.429.981	6.332.611

19.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Consolidado	Ativo intangível em serviço	Obrigações especiais em serviço	Total
Em 1º.01.2020	8.487.265	(2.783.579)	5.703.686
Transferências de ativos de contrato (NE nº 11.1)	336.613	(39.385)	297.228
Transferências para outros créditos	(72)	-	(72)
Quotas de amortização - concessão (a)	(238.367)	68.751	(169.616)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(5.338)	-	(5.338)
Baixas	(14.403)	-	(14.403)
Em 30.06.2020	8.565.698	(2.754.213)	5.811.485

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor.

19.2 Contratos de concessão de geração

Consolidado	Contrato de concessão (a)		Direito de concessão e autorização	Total
	em serviço	em curso		
Em 1º.01.2020	209.467	-	373.204	582.671
Outorga Aneel - uso do bem público	-	3.682	-	3.682
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(8.703)	-	(7.494)	(16.197)
Capitalizações para intangível em serviço	3.682	(3.682)	-	-
Em 30.06.2020	204.446	-	365.710	570.156

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

19.3 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Consolidado	Total
Em 1º.01.2020	-
Transferências do contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.2)	11.539
Quotas de amortização - concessão	(11.539)
Em 30.06.2020	-

19.4 Outros intangíveis

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2020	31.620	14.634	46.254
Aquisições	128	4.119	4.247
Transferências do imobilizado	71	3.019	3.090
Capitalizações para intangível em serviço	4.754	(4.754)	-
Quotas de amortização (a)	(5.242)	-	(5.242)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(6)	-	(6)
Baixas	-	(3)	(3)
Em 30.06.2020	31.325	17.015	48.340

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

20 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais (a)	3.455	1.939	99.329	47.022
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	1.058	607	36.328	29.182
	4.513	2.546	135.657	76.204
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	-	1.945	48	3.330
Férias e 13º salário	3.389	2.149	118.626	98.648
Provisões por desempenho e participação nos lucros	3.997	1.430	127.126	156.040
Programa de desligamentos voluntários	-	367	558	2.820
Outros	-	-	10	2
	7.386	5.891	246.368	260.840
	11.899	8.437	382.025	337.044

(a) O Governo Federal postergou o vencimento da contribuição previdenciária patronal bem como o recolhimento do FGTS para pagamento no segundo semestre de 2020, originalmente previsto para recolhimento no primeiro semestre 2020, como uma das medidas tributárias para minimizar os impactos da pandemia do coronavírus nas empresas.

21 Fornecedores

Consolidado	30.06.2020	31.12.2019
Energia elétrica	932.073	1.085.777
Materiais e serviços	482.398	520.647
Gás para revenda	64.113	79.174
Encargos de uso da rede elétrica	184.033	187.595
	1.662.617	1.873.193
	Circulante	1.471.402
	Não circulante	191.215
		1.685.280
		187.913

22 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2020	31.12.2019
MOEDA ESTRANGEIRA												
Secretaria do Tesouro Nacional - STN												
Par Bond	Copel	Reestruturação da dívida.	Garantias depositadas (22.1).	20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	6,0% + 0,20%	6,0% + 0,20%	17.315	86.942	64.325
Discount Bond				20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	3,5% + 0,20%	3,5% + 0,20%	12.082	60.268	44.658
Total moeda estrangeira											147.210	108.983
MOEDA NACIONAL												
Banco do Brasil												
CCB 306.401.381	Copel HOL	Capital de giro.	Cessão de créditos	19.12.2019	5	25.03.2022	Trimestral	120,00% do DI	126,99% do DI	640.005	640.200	640.530
NCI 306.401.445	Copel HOL			24.02.2017	2	15.02.2020	Semestral	124,5% do DI	136,15% do DI	77.000	-	39.446
											640.200	679.976
Eletrobras												
983/95				22.12.1994	80	15.11.2020	Trimestral	8,0%	8,0%	11	-	26
984/95		Programa Nacional de Irrigação - Proni.		22.12.1994	80	15.11.2020	Trimestral	8,0%	8,0%	14	-	11
985/95	Copel DIS		Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	22.12.1994	80	15.08.2021	Trimestral	8,0%	8,0%	61	-	11
206/07		Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.		03.03.2008	120	30.08.2020	Mensal	5,0%+ 1,0%	5,05%	109.642	1.488	5.953
273/09				18.02.2010	120	30.12.2022	Mensal	5,0%+ 1,0%	5,0%+ 1,0%	63.944	4.111	4.933
											5.599	10.934
Caixa Econômica Federal												
415.855-22/14		Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	6,0%	16.984	12.452	13.410
3153-352	Copel DIS	Aquisição de máquinas, equipamentos, bens de informática e automação.	Cessão fiduciária de duplicatas.	01.11.2016	36	15.12.2021	Mensal	5,5 % acima da TJLP	5,5 % acima da TJLP	1.156	248	331
											12.700	13.741
Finep												
21120105-00		Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (Ultra Wide Band - UWB).	Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação.	17.07.2012	81	15.10.2020	Mensal	4,0%	4,39%	35.095	1.050	2.626
21120105-00	Copel Tel			17.07.2012	81	15.10.2020	Mensal	3,5% + TR	3,88% + TR	17.103	887	2.219
											1.937	4.845
Banco do Brasil - Repasse BNDES												
21/02000-0	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	16.04.2009	179	15.01.2028	Mensal	2,13% acima da TJLP	2,13% acima da TJLP	169.500	89.859	95.807
											89.859	95.807

(continua)

Consolidado	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2020	31.12.2019	
BNDES													
820989.1	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	17.03.2009	179	15.01.2028	Mensal	1,63% acima da TJLP	1,63% acima da TJLP	169.500	89.859	95.807	
1120952.1		Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; receita proveniente da prestação de serviços de transmissão.	16.12.2011	168	15.04.2026	Mensal	1,82% e 1,42% acima da TJLP	1,82% e 1,42% acima da TJLP	44.723	19.420	21.090	
1220768.1		Implantação da PCH Cavernoso II.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	28.09.2012	192	15.07.2029	Mensal	1,36% acima da TJLP	1,36% acima da TJLP	73.122	43.817	46.240	
13211061		Implantação da UHE Colíder.	Cessão fiduciária de direitos creditórios.	04.12.2013	192	15.10.2031	Mensal	0% e 1,49% acima da TJLP	6,43% e 7,68%	1.041.155	782.602	817.329	
13210331		Implantação da subestação Cerquilho III.		03.12.2013	168	15.08.2028	Mensal	1,49% e 1,89% acima da TJLP	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	10.725	11.385	
15206041		Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.		28.12.2015	168	15.06.2030	Mensal	2,42% acima da TJLP	9,04%	34.265	21.346	22.419	
15205921		Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim.		28.12.2015	168	15.12.2029	Mensal	2,32% acima da TJLP	8,93%	21.584	12.846	13.526	
18205101		Implantação da UHE Baixo Iguaçu		22.11.2018	192	15.06.2035	Mensal	1,94% acima da TJLP	8,50%	194.000	190.430	196.827	
14205611-A	Copel DIS	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE)	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	72	15.01.2021	Mensal	2,09% acima da TJLP	8,37%	41.583	4.097	7.611	
14205611-B				15.12.2014	6	15.02.2021	Anual	2,09 acima da TR BNDES	2,09 acima da TR BNDES	17.821	4.012	8.288	
14205611-C				15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	6,0%	78.921	31.348	35.267	
14205611-D				15.12.2014	57	15.02.2021	Mensal	TJLP	TJLP	750	6	11	
14.2.1271.1	Santa Maria	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas	Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	71.676	43.618	45.582	
14.2.1272.1	Santa Helena			01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	82.973	47.327	49.458	
11211521	GE Farol		Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	54.100	39.424	41.388	
11211531	GE Boa Vista			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	40.050	29.145	30.598	
11211541	GE S.B. do Norte			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	90.900	66.099	69.394	
11211551	GE Olho D'Água			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	97.000	70.594	74.112	
18204611	Cutia		Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.	25.10.2018	192	15.07.2035	Mensal	2,04% acima da TJLP	8,37%	619.405	600.111	611.457	
13212221 - A	Costa Oeste	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% + TJLP	1,95% + TJLP	27.634	18.122	19.203	
13212221 - B				03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,5%	3,5%	9.086	2.593	2.992	
14205851 - A	Marumbi	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.		08.07.2014	168	30.06.2029	Mensal	2,00% + TJLP	2,00% + TJLP	33.460	23.324	24.627	
14205851 - B				08.07.2014	106	30.04.2024	Mensal	6,0%	6,0%	21.577	8.681	9.813	
Total moeda nacional											2.159.546	2.254.424	
											2.909.841	3.059.727	
										Dívida bruta	3.057.051	3.168.710	
										(-) Custo de transação	(24.661)	(26.327)	
										Dívida líquida	3.032.390	3.142.383	
										Circulante	461.797	255.521	
										Não Circulante	2.570.593	2.886.862	

DI - Depósito interbancário

IPCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

TR - Taxa referencial

22.1 Cauções e depósitos vinculados – STN

Constituição de garantias, sob a forma de caução em dinheiro, *Par Bond*, no valor de R\$ 82.424 (R\$ 57.968 em 31.12.2019), e *Discount Bond*, no valor de R\$ 57.331 (R\$ 40.465 em 31.12.2019), destinadas a amortizar os valores de principal, correspondentes aos contratos da STN, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024. Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento de 1992.

22.2 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Consolidado		30.06.2020	%	31.12.2019	%
Moeda estrangeira - variação da moeda no período (%)					
Dólar norte-americano	35,16	147.210	4,85	108.983	3,47
		147.210	4,85	108.983	3,47
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)					
TJLP	4,94	2.180.836	71,94	2.271.187	72,30
CDI	2,15	637.738	21,03	676.720	21,54
TR	0,00	881	0,03	2.202	0,07
IPCA	0,10	4.012	0,13	8.288	0,26
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	61.713	2,02	75.003	2,36
		2.885.180	95,15	3.033.400	96,53
		3.032.390	100,00	3.142.383	100,00

22.3 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Controladora				Consolidado		
30.06.2020	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2021	256.002	(717)	255.285	351.375	(1.531)	349.844
2022	128.001	(324)	127.677	319.875	(1.941)	317.934
2023	-	-	-	191.852	(1.619)	190.233
2024	145.724	-	145.724	333.512	(1.625)	331.887
2025	-	-	-	185.209	(1.622)	183.587
Após 2025	-	-	-	1.210.351	(13.243)	1.197.108
	529.727	(1.041)	528.686	2.592.174	(21.581)	2.570.593

22.4 Mutação de empréstimos e financiamentos

Controladora	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2020	108.983	676.720	785.703
Encargos	3.671	14.567	18.238
Variação monetária e cambial	37.908	-	37.908
Amortização - principal	-	(38.500)	(38.500)
Pagamento - encargos	(3.352)	(15.049)	(18.401)
Em 30.06.2020	147.210	637.738	784.948

Consolidado	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2020	108.983	3.033.400	3.142.383
Encargos	3.671	92.540	96.211
Variação monetária e cambial	37.908	64	37.972
Amortização - principal	-	(147.431)	(147.431)
Pagamento - encargos	(3.352)	(93.393)	(96.745)
Em 30.06.2020	147.210	2.885.180	3.032.390

22.5 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2019, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.06.2020, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá	Ebitda / Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
Copel DIS	BNDES Finem nº 14205611	Endividamento Financeiro / Ebitda ajustado	≤ 4,0
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D'Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

23 Debêntures

Empresa	Emissão	Características	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2020	31.12.2019
Copel	7ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	19.01.2018	2	19.01.2021	Semestral	119,0% da taxa DI	125,18% do DI	600.000	305.496	617.378
	8ª		Pagamento da 6ª emissão de debêntures e reforço da estrutura de capital.		14.06.2019	1	14.06.2022	Semestral	106,0% da taxa DI	110,93% do DI	500.000	500.539	500.906
Copel GeT	1ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	15.05.2015	3	15.05.2020	Anual	113,0% da taxa DI	114,29% da taxa DI	1.000.000	-	346.906
	3ª				20.10.2017	3	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	131,21% da taxa DI	1.000.000	1.006.992	1.011.691
	4ª		Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		23.07.2018	3	23.07.2023	Semestral	126,0% da taxa DI	133,77% da taxa DI	1.000.000	1.018.751	1.030.054
	5ª	(b)	Reembolso de gastos da construção das Linhas de Transmissão Araraquara II - Taubaté, Assis - Londrina e Foz do Chopim.		25.09.2018	5	15.09.2025	Semestral	IPCA + 7,6475%	IPCA+ 8,3295%	290.000	310.121	308.464
	6ª (série 1)	(c)	Resgate antecipado total da 5ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 2ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		15.07.2019	2	15.07.2024	Semestral	109,0% da taxa DI	111,25% da taxa DI	800.000	813.870	818.406
	6ª (série 2)		Reembolso de gastos com os projetos UHE Colider e UHE Baixo Iguaçu		15.07.2019	1	15.07.2025	Semestral	IPCA + 3,90%	IPCA+ 4,46%	200.000	207.249	205.677
Copel DIS	3ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	20.10.2017	2	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	130,85% da taxa DI	500.000	503.496	505.846
	4ª		Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		27.09.2018	3	27.09.2023	Semestral	DI + spread 2,70%	CDI + 3,96%	1.000.000	1.014.428	1.019.626
	5ª (série 1)	(c)	Investimento para expansão, renovação ou melhoria e reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da ANEEL.		15.11.2019	3	15.11.2027	Semestral	IPCA + 4,20%	IPCA+ 4,61%	500.000	509.863	506.180
	5ª (série 2)		Reforço do capital de giro e recomposição de caixa pela amortização final da 2ª emissão de debêntures.		15.11.2019	2	15.11.2022	Semestral	DI + spread 1,45%	CDI + 1,65%	350.000	351.774	351.914
Copel CTE	1ª	(a)	Implantação, ampliação e modernização de rede de telecomunicações.	Fidejussória	15.10.2015	5	15.10.2024	Semestral	IPCA + 7,9633%	IPCA+ 8,1073%	160.000	196.474	195.429
	2ª				15.07.2017	1	15.07.2022	Semestral	IPCA + 5,4329%	IPCA+ 6,1036%	220.000	247.512	246.355
	3ª		Realização de investimentos da emissora.		15.05.2019	3	15.05.2024	Semestral	117,0% da taxa DI	119,58% da taxa DI	210.000	210.809	211.348
Brisa Potiguar	2ª (série 1)	(d)	Implantação de centrais geradoras eólicas.	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	TJLP + 2,02%	TJLP + 2,02%	147.575	114.408	119.171
	2ª (série 2)				24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	IPCA + 9,87%	IPCA+ 10,92%	153.258	131.092	135.657
Cutia	1ª	(b)	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Fidejussória	20.03.2019	26	15.12.2031	Semestral	IPCA + 5,8813%	IPCA+ 6,83%	360.000	347.617	352.829
Compagás	2ª	(e)	Financiar plano de investimentos da emissora.	Flutuante	15.04.2016	54	15.12.2021	Trimestral	TJLP+2,17%	TJLP+2,17%	33.620	4.500	6.001
	3ª	(f)	Financiar plano de investimentos da emissora.	Real	17.12.2019	18	28.06.2021	Mensal	SELIC+2,17%	SELIC+2,17%	4.334	5.782	
											Dívida bruta	7.828.475	8.540.366
											(-) Custo de transação	(96.952)	(110.656)
											Dívida líquida	7.731.523	8.429.710
											Circulante	778.350	1.164.301
											Não Circulante	6.953.173	7.265.409

- (a) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
- (b) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
- (c) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
- (d) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, emissão privada. Empresas: Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus e Ventos de Santo Uriel. Interviente garantidora: Copel. Não possui agente fiduciário.
- (e) Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR. Garantidora: Compagás. Agente fiduciário: BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.
- (f) Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com distribuição pública de esforços restritos. Garantidora: Compagás. Agente fiduciário: Simplific Pavarini DTVM Ltda.

23.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.06.2020	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2021	-	(765)	(765)	1.527.360	(11.398)	1.515.962
2022	500.000	(684)	499.316	2.398.311	(20.246)	2.378.065
2023	-	-	-	1.294.579	(12.565)	1.282.014
2024	-	-	-	626.088	(7.277)	618.811
2025	-	-	-	481.461	(5.298)	476.163
Após 2025	-	-	-	698.327	(16.169)	682.158
	500.000	(1.449)	498.551	7.026.126	(72.953)	6.953.173

23.2 Mutação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2020	1.112.721	8.429.710
Encargos e variação monetária	18.319	223.165
Amortização - principal	(300.000)	(668.096)
Pagamento - encargos	(28.941)	(253.256)
Em 30.06.2020	802.099	7.731.523

23.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Copel e suas controladas emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores.

Em 31.12.2019, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.06.2020, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel	7ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida	≤ 3,5 ≥ 1,5
	8ª Emissão de Debêntures		
	3ª Emissão de Debêntures		
	4ª Emissão de Debêntures		
	5ª Emissão de Debêntures		
Copel DIS	6ª Emissão de Debêntures		
	3ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida / Ebitda Endividamento Geral Dívida líquida / Ebitda	≤ 3,5 ≤ 0,7 ≤ 3,5
	4ª Emissão de Debêntures		
	5ª Emissão de Debêntures		
Copel TEL	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
	2ª Emissão de Debêntures		
	3ª Emissão de Debêntures		
Compagás	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
	3ª Emissão de Debêntures		
Nova Asa Branca I	2ª Emissão de Debêntures		
Nova Asa Branca II			
Nova Asa Branca III			
Nova Eurus IV			
Ventos de Santo Uriel			
Cutia	1ª Emissão de Debêntures		

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

24 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Controladora.

Outras informações estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2019.

24.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

24.2 Plano Assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

24.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Planos previdenciários	2	228	969	1.537
Planos assistenciais	9.086	8.808	1.207.336	1.193.399
	9.088	9.036	1.208.305	1.194.936
Circulante	214	378	67.326	66.004
Não circulante	8.874	8.658	1.140.979	1.128.932

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Empregados				
Planos previdenciários	284	263	32.595	35.687
Plano assistencial - pós-emprego	384	304	47.174	49.794
Plano assistencial - funcionários ativos	464	427	42.290	43.130
(-) Transferências para imobilizado e ativos de contrato	-	-	(8.211)	(10.881)
	1.132	994	113.848	117.730
Administradores				
Planos previdenciários	(15)	147	212	476
Plano assistencial	29	7	68	34
	14	154	280	510
	1.146	1.148	114.128	118.240

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2020	1º.04.2019	1º.04.2020	1º.04.2019
	a 30.06.2020	a 30.06.2019	a 30.06.2020	a 30.06.2019
Empregados				
Plano previdenciário (CV)	138	134	15.319	17.443
Plano assistencial - pós-emprego	192	152	23.585	24.896
Plano assistencial - funcionários ativos	250	201	20.520	21.365
(-) Transferências para imobilizado e ativos de contrato	-	-	(2.944)	(5.252)
	580	487	56.480	58.452
Administradores				
Plano previdenciário	(114)	80	(56)	254
Plano assistencial	19	13	40	25
	(95)	93	(16)	279
	485	580	56.464	58.731

24.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2020	9.036	1.194.936
Apropriação do cálculo atuarial	384	47.174
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	1.956	59.850
Amortizações	(2.288)	(93.655)
Em 30.06.2020	9.088	1.208.305

25 Encargos Setoriais a Recolher

Consolidado	30.06.2020	31.12.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE	3.638	4.104
Reserva global de reversão - RGR	9.032	12.068
Bandeira tarifária	-	12.336
	12.670	28.508

26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

26.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.06.2020	Saldo em 31.12.2019
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	5.105	-	5.105	4.046
MME	-	2.578	-	2.578	2.023
P&D	194.151	-	147.340	341.491	341.658
	194.151	7.683	147.340	349.174	347.727
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	-	21.737	-	21.737	16.410
PEE	46.979	-	258.892	305.871	294.034
	46.979	21.737	258.892	327.608	310.444
	241.130	29.420	406.232	676.782	658.171
			Circulante	358.021	375.395
			Não circulante	318.761	282.776

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT
 Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel

26.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Procel	PEE	Total
Em 1º.01.2020	4.046	2.023	341.658	16.410	294.034	658.171
Constituições	16.572	8.311	16.299	4.534	18.135	63.851
Contrato de desempenho	-	-	-	-	1.815	1.815
Juros (NE nº 34)	-	-	2.875	793	4.275	7.943
Recolhimentos	(15.513)	(7.756)	-	-	-	(23.269)
Conclusões	-	-	(19.341)	-	(12.388)	(31.729)
Em 30.06.2020	5.105	2.578	341.491	21.737	305.871	676.782

27 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Consolidado	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	30.06.2020	31.12.2019
UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	5,65% a.a.	IPCA	16.864	16.890
UHE Colíder	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	24.437	24.353
UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	7.628	7.588
UHE Guaricana	Copel GeT	03.03.2020	03.03.2020	03.2025	7,74% a.a.	IPCA	3.507	-
UHEs Fundão e Santa Clara	Elejor	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	11,00% a.a.	IGPM	581.992	563.756
							634.428	612.587
							Circulante	76.265
							Não circulante	558.163
								73.032
								539.555

Taxa de desconto no cálculo do valor presente

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido, conforme definido no contrato de concessão.

27.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão

Em 1º.01.2020	612.587
Adição	3.682
Ajuste a valor presente	94
Variação monetária	54.895
Pagamentos	(36.830)
Em 30.06.2020	634.428

28 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

28.1 Direito de uso de ativos

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Adições	Ajuste por remensuração	Amortização	Baixas	Saldo em 30.06.2020
Imóveis	40.155	1.631	69	(8.879)	(918)	32.058
Veículos	46.400	55.360	-	(10.101)	-	91.659
Equipamentos	6.276	-	-	(866)	-	5.410
	92.831	56.991	69	(19.846)	(918)	129.127

28.2 Passivo de arrendamentos

28.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2020	283	96.604
Adições	-	56.991
Ajuste por remensuração	1	69
Encargos	11	4.481
Pagamento - principal	(77)	(18.786)
Pagamento - encargos	(12)	(4.350)
Baixas	-	(874)
Em 30.06.2020	206	134.135

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros praticada na última captação de debêntures, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. A última taxa de desconto aplicada aos contratos iniciados a partir de junho de 2020 foi de 3,60%a.a.

28.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2021	17.993
2022	34.575
2023	19.889
2024	15.873
2025	8.742
Após 2025	1.069
Valores não descontados	98.141
Juros embutidos	(1.792)
Saldo do passivo de arrendamento	96.349

28.2.3 Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	154.603	134.135
Pis/Cofins potencial	12.135	10.803

28.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	134.135	148.318	10,57%
Direito de uso de ativos	129.127	140.175	8,56%
Despesa Financeira	4.481	4.996	11,49%
Despesa de amortização	19.846	20.984	5,73%

28.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 33.6). O saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	30.06.2020
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	6.453	29.914	155.295	191.662

29 Outras Contas a Pagar

Consolidado	30.06.2020	31.12.2019
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 36.2.12)	367.230	251.973
Consumidores	38.779	43.024
Taxa de iluminação pública arrecadada	34.660	38.805
Obrigações junto a clientes nas operações de venda de gás (a)	29.362	39.665
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	27.494	26.008
Cauções em garantia	13.605	9.257
Aquisição de investimentos	13.597	13.294
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	4.196	12.535
Devolução ao consumidor	4.806	4.887
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (NE nº 36.2.3 - b)	-	1.203
Outras obrigações	60.970	58.218
	594.699	498.869
	Circulante	172.961
	Não circulante	421.738
		149.407
		349.462

(a) Refere-se aos valores pagos pela aquisição de volumes de gás contratados e ainda não retirados pelos clientes.

30 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 4.11 das demonstrações financeiras de 31.12.2019 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de

eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das informações trimestrais, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

30.1 Provisões para litígios

30.1.1 Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

Consolidado	Resultado				Adições no ativo	Quitações	Transfe- rências/ Outros	Saldo em 30.06.2020
	Saldo em 1º.01.2020	Provisões para litígios		Custo de construção				
		Adições	Reversões	Adições				
Fiscais								
Cofins (a)	104.284	1.922	-	-	-	-	-	106.206
Outras (b)	71.506	2.397	(2.916)	-	-	(198)	(1.112)	69.677
	175.790	4.319	(2.916)	-	-	(198)	(1.112)	175.883
Trabalhistas (c)	673.062	57.028	(912)	-	-	(65.504)	-	663.674
Benefícios a empregados (d)	86.297	11.248	(11.415)	-	-	(543)	-	85.587
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo (e)	336.962	19.580	(14.534)	-	-	(13.741)	-	328.267
Servidões de passagem (f)	127.010	249	-	1.563	840	(1.217)	-	128.445
Desapropriações e patrimoniais (g)	118.757	171	(752)	2.491	484	(41)	-	121.110
Consumidores (h)	4.956	149	(1.092)	-	-	(1)	-	4.012
Ambientais (i)	4.071	64	(5)	-	-	-	-	4.130
	591.756	20.213	(16.383)	4.054	1.324	(15.000)	-	585.964
Regulatórias (j)	79.808	644	(991)	-	-	(1.031)	-	78.430
	1.606.713	93.452	(32.617)	4.054	1.324	(82.276)	(1.112)	1.589.538

Controladora	Saldo em	Resultado	Saldo em
	1º.01.2020	Adições	30.06.2020
Fiscais			
Cofins (a)	104.284	1.922	106.206
Outras (b)	30.744	226	30.970
	135.028	2.148	137.176
Trabalhistas (c)	1.957	87	2.044
Cíveis (e)	150.529	3.884	154.413
Regulatórias (j)	17.357	-	17.357
	304.871	6.119	310.990

30.1.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

Autor: Receita Federal

Exigência de Cofins e respectivos juros e multa, relativo ao período de agosto de 1995 a dezembro de 1996, lançados em decorrência de rescisão de acórdão judicial que havia reconhecido a imunidade da Companhia ao tributo.

Situação atual: aguardando julgamento de recursos judiciais.

b) Outras provisões fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.

c) Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados da Copel e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

d) Benefícios a empregados

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Copel e de suas controladas contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

e) Cíveis e direito administrativo

Ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.

No saldo está contido, ainda, valor relativo a discussão em arbitragem protegida por sigilo e confidencialidade, em fase de instrução probatória, sem decisão proferida.

A principal ação está descrita a seguir:

Autor: Fumicultores

Valor estimado: R\$ 44.313

Ações impetradas por Fumicultores que tem como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.

f) Servidões de passagem

As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras).

Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

g) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula etc.).

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros nas áreas de propriedade da Companhia. Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.

As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Proprietário de imóvel

Valor estimado: R\$ 30.174

Ação de desapropriação para construção de subestação de energia elétrica que se discute o valor da indenização.

Situação atual: ação pendente de julgamento em 2º grau de jurisdição.

Autor: Proprietário de imóvel

Valor estimado: R\$ 11.185

Ação de desapropriação de área utilizada para o reservatório da Usina Mauá proposta pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, do qual a Copel GeT participa com o percentual de 51%, em que se discute o valor da indenização do imóvel que está em parte submerso.

Situação atual: Os embargos de declaração foram julgados e foi interposto recurso especial, denegado seguimento, foi interposto recurso de agravo estando o mesmo pendente de julgamento no STJ.

h) Consumidores

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, máquinas industriais e comerciais, indenizações por dano moral decorrente da prestação de serviço (suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais, questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado, e pleiteando restituição de valores envolvidos.

i) Ambientais

Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.

j) Regulatórias

A Companhia discute, nas esferas administrativa e judicial, notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. A principal ação está descrita a seguir:

Autores: Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.

Valor estimado: R\$ 57.000

A Copel, a Copel GeT e a Copel DIS estão discutindo ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002, envolvendo as empresas citadas.

Situação atual: aguardando julgamento.

30.2 Passivo contingente

30.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A seguir, informações sobre a natureza e as potenciais perdas dos passivos contingentes da Companhia e de suas controladas:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Fiscais (a)	179.406	175.632	627.217	628.546
Trabalhistas (30.1.2 - c)	1.726	1.655	416.667	419.917
Benefícios a empregados (30.1.2 - d)	-	-	17.566	21.338
Cíveis (b)	496.336	489.612	3.053.175	1.273.928
Regulatórias (c)	-	-	949.564	1.141.420
	677.468	666.899	5.064.189	3.485.149

30.2.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute sua incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento. As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Valor estimado: R\$ 120.095

Exigências fiscais relativas à contribuição previdenciária.

Situação atual: aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF ou judicial.

Autor: Secretaria de Estado da Fazenda

Valor estimado: R\$ 92.129

O Estado do Paraná lavrou o auto de infração nº 6.587.156-4 em face da Copel Distribuição, por suposta ausência de recolhimento do ICMS sobre a rubrica "demanda medida" destacada nas faturas de energia elétrica emitidas em face de grande consumidor, no período de maio de 2011 a dezembro de 2013.

A Companhia sustenta a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da presente autuação fiscal, pois não tendo figurado no processo judicial, não pode sofrer os efeitos da decisão judicial nele proferida, o que implicaria na sua ilegitimidade para figurar no polo passivo do auto de infração citado.

A Companhia ingressou com mandado de segurança em 16.07.2019, tendo obtido liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário. Em 03.07.2020 foi publicado sentença favorável à Copel no Mandato de Segurança, para declarar a inexistência do débito constante no Auto de Infração, confirmando a liminar inicial.

Situação atual: A sentença está sujeita a recurso pelo Estado do Paraná.

Autor: Prefeituras Municipais

Valor Estimado: R\$ 92.007

Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica. O processo aguarda julgamento em primeira instância.

Autor(es): Prefeituras Municipais

Valor estimado: R\$ 68.948

Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

Situação atual: aguardando julgamento de defesas em âmbito administrativo ou judicial.

Autor: Receita Federal do Brasil

Valor estimado: R\$ 89.528

Exigências e questionamentos administrativos referentes aos tributos federais.

Situação atual: aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF ou judicial.

b) Cíveis

O saldo contempla estimativa de eventuais discussões de possível direito do consumidor sobre crédito tributário, ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica, acidentes com veículos, servidões de passagem, desapropriações, causas patrimoniais e ambientais.

No saldo está contido, ainda, valor relativo a discussão em arbitragem protegida por sigilo e confidencialidade, em fase de instrução probatória, sem decisão proferida.

Adicionalmente, o saldo também contempla o montante de R\$ 1.745.678 referente a estimativa de contingência passiva, conforme julgamento da administração e opinião de seus assessores legais, relativa a eventual propositura de demanda pelos consumidores sobre o crédito tributário reconhecido, conforme detalhado na NE nº 13.2.1, referente ao período que exacerbe a regra de neutralidade tributária, compreendido entre o 11º e o 16º ano, de um total de 16 anos considerados na ação.

As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Departamento de Estradas e Rodagens - DER

Valor Estimado: R\$ 89.528

O DER lavrou auto de infração fiscal à Copel Distribuição que, por sua vez, impetrou ação com objeto de impugnar a cobrança da Taxa de Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias, uma vez que a Companhia entende que esta taxa é inconstitucional por possuir caráter confiscatório.

Situação atual: aguardando julgamento.

Autor: Fumicultores

Valor estimado: R\$ 35.305

Ações impetradas por fumicultores que tem como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.

Situação atual: aguardando julgamento.

c) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativas e judiciais notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. A principal ação está descrita a seguir:

Autor: Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR

Valor estimado: R\$ 841.072

A ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região.

A consequência prática da decisão foi, ao tempo em que isentou a ESBR, expor as distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD no período, onde se inclui a Copel DIS. Isso se deu porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual.

Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis para a Copel, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.

Situação atual: aguardando julgamento.

31 Patrimônio Líquido

31.1 Capital social

Em 30.06.2020, o capital social integralizado é de R\$ 10.800.000 (R\$ 10.800.000 em 31.12.2019). Sua composição por ações (sem valor nominal) e os principais acionistas estão demonstrações a seguir:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	-	-	85.028.598	31,07
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,26	65.580.781	23,96
Eletrobras	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
B3	19.720.087	13,60	76.783	23,50	77.055.420	60,06	96.852.290	35,39
NYSE	116.345	0,07	-	-	23.734.847	18,50	23.851.192	8,72
Latibex	-	-	-	-	174.711	0,14	174.711	0,06
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,85	3.471	-	191.190	0,07
Outros	158.108	0,11	240.643	73,65	47.088	0,04	445.839	0,17
	145.031.080	100,00	326.752	100,00	128.297.543	100,00	273.655.375	100,00

31.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2020	591.927	591.927
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	-	(46.704)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	15.879
Custo atribuído do imobilizado - equivalência patrimonial, líquida de tributos	(30.825)	-
Em 30.06.2020	561.102	561.102

31.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	30.06.2020	30.06.2019
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações ordinárias	1.073.295	428.900
Ações preferenciais classe "A"	2.666	1.066
Ações preferenciais classe "B"	1.044.399	417.353
	2.120.360	847.319
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	327.477	327.612
Ações preferenciais classe "B"	128.296.818	128.296.683
	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores		
Ações ordinárias	7,40045	2,95730
Ações preferenciais classe "A"	8,14049	3,25303
Ações preferenciais classe "B"	8,14049	3,25303

Controladora		
	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações ordinárias	813.991	176.824
Ações preferenciais classe "A"	2.022	440
Ações preferenciais classe "B"	792.077	172.064
	1.608.090	349.328
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	327.477	327.612
Ações preferenciais classe "B"	128.296.818	128.296.683
	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores		
Ações ordinárias	5,61253	1,21922
Ações preferenciais classe "A"	6,17378	1,34114
Ações preferenciais classe "B"	6,17378	1,34114

32 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						30.06.2020	30.06.2019
Fornecimento de energia elétrica	4.783.007	(386.937)	(1.025.493)	(64.369)	-	3.306.208	3.160.786
Suprimento de energia elétrica	1.778.728	(196.030)	(10.862)	(28.798)	-	1.543.038	1.319.032
Disponibilidade da rede elétrica	4.187.656	(337.460)	(1.051.838)	(806.737)	-	1.991.621	1.955.113
Receita de construção	572.989	-	-	-	-	572.989	543.140
Valor justo do ativo indenizável da concessão	4.348	-	-	-	-	4.348	20.987
Telecomunicações	246.608	(9.489)	(64.884)	-	(229)	172.006	194.989
Distribuição de gás canalizado	344.135	(32.409)	(58.936)	-	(65)	252.725	357.903
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	24.061	(2.329)	-	-	-	21.732	(86.189)
Outras receitas operacionais	166.554	(17.300)	-	-	(1.810)	147.444	95.960
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	809.154	-	-	-	809.154	-
	12.108.086	(172.800)	(2.212.013)	(899.904)	(2.104)	8.821.265	7.561.721

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Fornecimento de energia elétrica	2.186.144	(148.064)	(470.014)	(20.518)	-	1.547.548	1.529.761
Suprimento de energia elétrica	765.640	(80.044)	(5.392)	(13.917)	-	666.287	658.873
Disponibilidade da rede elétrica	1.965.975	(124.918)	(490.029)	(402.189)	-	948.839	906.786
Receita de construção	331.324	-	-	-	-	331.324	253.489
Valor justo do ativo indenizável da concessão	(4.839)	-	-	-	-	(4.839)	7.363
Telecomunicações	122.228	(4.673)	(32.192)	-	(106)	85.257	91.642
Distribuição de gás canalizado	153.660	(14.131)	(25.031)	-	(29)	114.469	192.491
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	88.984	(8.282)	-	-	-	80.702	(18.682)
Outras receitas operacionais	98.292	(8.656)	-	-	(1.053)	88.583	43.992
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	809.154	-	-	-	809.154	-
	5.707.408	420.386	(1.022.658)	(436.624)	(1.188)	4.667.324	3.665.715

32.1 Detalhamento da receita por tipo e/ ou classe de consumidores

Consolidado	30.06.2020	30.06.2019	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Fornecimento de energia elétrica	4.783.007	5.235.289	2.186.144	2.526.777
Residencial	1.547.673	1.661.606	708.516	782.787
Industrial	480.659	648.516	223.280	332.185
Comercial, serviços e outras atividades	886.048	1.110.216	353.434	517.700
Rural	318.767	312.268	139.614	145.819
Poder público	104.355	135.199	41.563	68.248
Iluminação pública	118.947	129.134	59.538	65.020
Serviço público	151.852	161.724	72.614	80.690
Consumidores livres	800.128	672.550	395.227	347.822
Doações e subvenções	374.578	404.076	192.358	186.506
Suprimento de energia elétrica	1.778.728	1.511.806	765.640	756.758
Contratos bilaterais	1.001.507	890.079	444.149	479.772
Contratos regulados	451.000	409.445	233.279	217.105
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	292.666	166.177	74.857	39.316
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 10.3)	33.555	46.105	13.355	20.565
Disponibilidade da rede elétrica	4.187.656	3.905.799	1.965.975	1.893.446
Residencial	1.355.885	1.242.096	630.624	581.576
Industrial	607.325	607.239	281.903	309.862
Comercial, serviços e outras atividades	807.281	750.452	331.947	390.983
Rural	275.849	219.884	122.012	104.082
Poder público	91.900	101.256	37.819	51.229
Iluminação pública	101.772	97.726	50.600	49.003
Serviço público	96.228	79.242	46.979	39.046
Consumidores livres	525.363	486.120	268.251	254.591
Concessionárias e geradoras	27.947	81.933	13.910	(3.298)
Receita de operação e manutenção - O&M	25.055	32.089	5.307	16.188
Receita de juros efetivos	273.051	207.762	176.623	100.184
Receita de construção	572.989	543.140	331.324	253.489
Valor justo do ativo indenizável da concessão	4.348	20.987	(4.839)	7.363
Telecomunicações	246.608	273.971	122.228	130.907
Distribuição de gás canalizado	344.135	486.998	153.660	262.626
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	24.061	(90.610)	88.984	(19.802)
Outras receitas operacionais	166.554	112.601	98.292	51.605
Arrendamentos e aluguéis (32.2)	83.843	69.259	42.640	35.015
Valor justo na compra e venda de energia	34.734	-	31.142	-
Renda da prestação de serviços	21.255	28.096	11.401	8.983
Outras receitas	26.722	15.246	13.109	7.607
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	12.108.086	11.999.981	5.707.408	5.863.169
(-) Pis/Pasep e Cofins	(981.954)	(1.083.561)	(388.768)	(532.101)
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (NE nº 13.2.1)	809.154	-	809.154	-
(-) ICMS	(2.212.013)	(2.302.862)	(1.022.658)	(1.122.569)
(-) ISSQN	(2.104)	(1.906)	(1.188)	(724)
(-) Encargos setoriais (32.3)	(899.904)	(1.049.931)	(436.624)	(542.060)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.821.265	7.561.721	4.667.324	3.665.715

32.2 Arrendamentos e aluguéis

32.2.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	30.06.2020	30.06.2019
Equipamentos e estruturas	83.453	68.651
Compartilhamento de instalações	324	520
Imóveis	66	88
	83.843	69.259

Consolidado	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Equipamentos e estruturas	42.558	34.710
Compartilhamento de instalações	56	260
Imóveis	26	45
	42.640	35.015

32.2.2 Recebíveis de arrendamentos

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 30.06.2020
Compartilhamento de instalações	1.313	5.253	19.095	25.661

32.3 Encargos setoriais

Consolidado	30.06.2020	30.06.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de distribuição de energia (32.3.1)	765.231	937.393
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária	23.402	16.021
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	64.106	60.262
Quota para reserva global de reversão - RGR	29.594	24.665
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de transmissão de energia	12.013	6.353
Taxa de fiscalização	5.558	5.237
	899.904	1.049.931

Consolidado	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de distribuição de energia	382.615	478.712
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária	408	15.852
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	29.936	28.787
Quota para reserva global de reversão - RGR	15.149	12.332
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de transmissão de energia	5.716	3.729
Taxa de fiscalização	2.800	2.648
	436.624	542.060

32.3.1 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - concessão de distribuição de energia

A CDE foi criada pela Lei n.º 10.438/2002, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e, para cumprir seus objetivos, tem entre suas fontes de recursos, quotas pagas pelos agentes que negociam energia com o consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas.

A Companhia realiza pagamentos do encargo CDE-Uso, destinada ao custeio dos objetivos da CDE previstos na lei.

As quotas anuais para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias. O saldo é composto da seguinte forma:

Resoluções	Período	30.06.2020
CDE USO		
Resolução Homologatória nº 2.664/2019	Janeiro a junho	765.857
(-) Liminares	Janeiro a junho	(626)
		765.231

Liminares

Em decorrência de decisões liminares em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace, da Associação Nacional dos Consumidores de Energia - Anace e de outros consumidores, que questionam judicialmente os componentes tarifários da CDE-Uso e CDE-Energia, a Aneel homologou o cálculo tarifário, deduzindo estes encargos das tarifas destes consumidores, enquanto vigorarem as liminares concedidas.

32.4 Reajuste Tarifário Anual da Copel DIS

A Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Copel DIS por meio da Resolução Homologatória nº 2.704, de 23.06.2020, autorizando o reajuste médio de 0,41% (3,41% em 2019) percebido pelos consumidores e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2020.

A recomposição tarifária contempla: 0,79% decorrentes da atualização da Parcela B (custos operacionais, depreciação e remuneração); 7,82% relativos à atualização da Parcela A (energia, transmissão, encargos e receitas irrecuperáveis); 1,81% relativos à inclusão dos componentes financeiros; e -10,01% que refletem a retirada dos componentes financeiros do processo tarifário anterior.

Houve redução para as categorias de clientes: residenciais, de 0,95%; comércio e serviços atendidos em baixa tensão, de 0,83%; e para iluminação pública, de 0,93%. Os clientes atendidos em alta tensão terão reajuste médio de 1,13%.

Este reajuste já considera os impactos da Conta-Covid, de acordo com o Decreto nº 10.350/2020 e Resolução Normativa Aneel nº 885/2020, no montante de R\$ 536.359, cujos recursos foram recebidos em 31.07.2020, conforme divulgado na NE nº 41.1.

33 Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	30.06.2020
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(2.965.718)	-	-	-	(2.965.718)
Encargos de uso da rede elétrica	(563.154)	-	-	-	(563.154)
Pessoal e administradores (33.2)	(432.163)	(5.486)	(175.469)	-	(613.118)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(81.361)	(826)	(31.941)	-	(114.128)
Material	(34.029)	(88)	(3.939)	-	(38.056)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(122.132)	-	-	-	(122.132)
Gás natural e insumos para operação de gás	(181.049)	-	-	-	(181.049)
Serviços de terceiros (33.3)	(214.940)	(7.037)	(82.170)	-	(304.147)
Depreciação e amortização	(533.676)	(3)	(24.207)	(7.678)	(565.564)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	(87.624)	(104.320)	-	(53.260)	(245.204)
Custo de construção (33.5)	(570.056)	-	-	-	(570.056)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(60.323)	(10.313)	(56.406)	(58.190)	(185.232)
	(5.846.225)	(128.073)	(374.132)	(119.128)	(6.467.558)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	1º.04.2020 a 30.06.2020
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(1.468.967)	-	-	-	(1.468.967)
Encargos de uso da rede elétrica	(252.790)	-	-	-	(252.790)
Pessoal e administradores (33.2)	(232.593)	(2.615)	(98.773)	-	(333.981)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(40.201)	(399)	(15.864)	-	(56.464)
Material	(13.531)	(76)	(2.196)	-	(15.803)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	8.339	-	-	-	8.339
Gás natural e insumos para operação de gás	(79.221)	-	-	-	(79.221)
Serviços de terceiros (33.3)	(108.805)	(3.554)	(39.903)	-	(152.262)
Depreciação e amortização	(263.574)	-	(12.631)	(3.841)	(280.046)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	(47.500)	(61.172)	-	(3.131)	(111.803)
Custo de construção (33.5)	(329.852)	-	-	-	(329.852)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(20.139)	(5.344)	(30.882)	(29.315)	(85.680)
	(2.848.834)	(73.160)	(200.249)	(36.287)	(3.158.530)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	30.06.2019
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(2.652.660)	-	-	-	(2.652.660)
Encargos de uso da rede elétrica	(624.243)	-	-	-	(624.243)
Pessoal e administradores (33.2)	(414.711)	(7.064)	(155.509)	-	(577.284)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(84.672)	(1.000)	(32.568)	-	(118.240)
Material	(33.837)	(96)	(4.324)	-	(38.257)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(1.545)	-	-	-	(1.545)
Gás natural e insumos para operação de gás	(286.273)	-	-	-	(286.273)
Serviços de terceiros (33.3)	(205.264)	(12.864)	(69.974)	-	(288.102)
Depreciação e amortização	(452.538)	(4)	(23.805)	(7.040)	(483.387)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	(19.344)	(76.581)	-	(107.143)	(203.068)
Custo de construção (33.5)	(519.069)	-	-	-	(519.069)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(102.601)	(10.554)	(58.737)	(49.626)	(221.518)
	(5.396.757)	(108.163)	(344.917)	(163.809)	(6.013.646)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	1º.04.2019 a 30.06.2019
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(1.242.934)	-	-	-	(1.242.934)
Encargos de uso da rede elétrica	(329.002)	-	-	-	(329.002)
Pessoal e administradores (33.2)	(209.747)	(3.472)	(79.480)	-	(292.699)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(42.063)	(487)	(16.181)	-	(58.731)
Material	(18.099)	(13)	(2.485)	-	(20.597)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(777)	-	-	-	(777)
Gás natural e insumos para operação de gás	(152.144)	-	-	-	(152.144)
Serviços de terceiros (33.3)	(107.696)	(6.280)	(34.928)	-	(148.904)
Depreciação e amortização	(244.620)	(1)	(12.476)	(3.518)	(260.615)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	(13.982)	(46.753)	-	(39.796)	(100.531)
Custo de construção (33.5)	(252.972)	-	-	-	(252.972)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(51.986)	(4.477)	(26.085)	(28.173)	(110.721)
	(2.666.022)	(61.483)	(171.635)	(71.487)	(2.970.627)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.06.2020
Pessoal e administradores (33.2)	(10.717)	-	(10.717)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(1.146)	-	(1.146)
Material	(695)	-	(695)
Serviços de terceiros	(18.053)	-	(18.053)
Depreciação e amortização	(319)	(561)	(880)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(4.323)	(4.323)
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.316)	(5.765)	(16.081)
	(41.246)	(10.649)	(51.895)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1º.04.2020 a 30.06.2020
Pessoal e administradores (33.2)	(6.831)	-	(6.831)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(485)	-	(485)
Material	(396)	-	(396)
Serviços de terceiros	(9.856)	-	(9.856)
Depreciação e amortização	(159)	(281)	(440)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(982)	(982)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.238)	(1.240)	(5.478)
	(21.965)	(2.503)	(24.468)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.06.2019
Pessoal e administradores (33.2)	(7.945)	-	(7.945)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(1.148)	-	(1.148)
Material	(194)	-	(194)
Serviços de terceiros	(6.873)	-	(6.873)
Depreciação e amortização	(521)	(561)	(1.082)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(5.727)	(5.727)
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.197)	3.176	(2.021)
	(21.878)	(3.112)	(24.990)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1º.04.2019 a 30.06.2019
Pessoal e administradores (33.2)	(4.079)	-	(4.079)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(580)	-	(580)
Material	(132)	-	(132)
Serviços de terceiros	(4.040)	-	(4.040)
Depreciação e amortização	(147)	(280)	(427)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(3.282)	(3.282)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.688)	1.329	(1.359)
	(11.666)	(2.233)	(13.899)

33.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado	30.06.2020	30.06.2019
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.472.950	1.370.213
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	324.340	429.875
Itaipu Binacional	845.140	642.926
Contratos bilaterais	468.018	335.739
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	110.650	133.219
Micro e mini geradores e recompra de clientes	66.676	13.836
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(322.056)	(273.148)
	2.965.718	2.652.660

Consolidado	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	694.993	639.352
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	137.867	166.611
Itaipu Binacional	465.513	333.672
Contratos bilaterais	235.947	163.404
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	55.079	66.330
Micro e mini geradores e recompra de clientes	38.496	7.932
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(158.928)	(134.367)
	1.468.967	1.242.934

33.2 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Pessoal				
Remunerações	2.921	2.484	312.276	333.949
Encargos sociais	1.013	866	112.724	120.111
Auxílio alimentação e educação	711	572	54.014	56.416
Provisões por desempenho e participação nos lucros	2.844	523	121.727	56.152
	7.489	4.445	600.741	566.628
Administradores				
Honorários	1.980	2.731	8.877	7.813
Encargos sociais	56	727	1.152	2.728
Outros gastos	1.192	42	2.348	115
	3.228	3.500	12.377	10.656
	10.717	7.945	613.118	577.284

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Pessoal				
Remunerações	1.921	1.271	158.430	170.416
Encargos sociais	487	443	55.403	61.007
Auxílio alimentação e educação	388	275	26.680	28.278
Provisões por desempenho e participação nos lucros	2.409	247	86.225	28.010
	5.205	2.236	326.738	287.711
Administradores				
Honorários	699	1.496	4.742	3.948
Encargos sociais	(244)	327	203	986
Outros gastos	1.171	20	2.298	54
	1.626	1.843	7.243	4.988
	6.831	4.079	333.981	292.699

33.3 Serviços de terceiros

Consolidado	30.06.2020	30.06.2019
Manutenção do sistema elétrico	92.386	79.451
Comunicação, processamento e transmissão de dados	43.652	59.588
Manutenção de instalações	50.179	52.124
Atendimento a consumidor	30.196	24.842
Leitura e entrega de faturas	23.994	22.357
Consultoria e auditoria	23.615	9.903
Outros serviços	40.125	39.837
	304.147	288.102

Consolidado	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Manutenção do sistema elétrico	48.231	41.769
Comunicação, processamento e transmissão de dados	20.223	26.428
Manutenção de instalações	24.179	27.423
Atendimento a consumidor	14.013	16.731
Leitura e entrega de faturas	12.218	11.189
Consultoria e auditoria	13.026	6.421
Outros serviços	20.372	18.943
	152.262	148.904

33.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Provisão para litígios	4.323	5.727	54.986	108.431
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (NE nº 10.5)	-	-	(1.729)	(1.475)
Imobilizado - segmento de geração (NE nº 18.5)	-	-	104.287	20.819
Imobilizado - segmento de telecomunicações (NE nº 18.6)	-	-	(22.903)	-
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	-	-	104.320	76.581
Perdas estimadas em créditos tributários	-	-	(1.726)	(1.288)
Provisão para perdas em participações societárias (NE nº 17.1)	-	-	7.969	-
	4.323	5.727	245.204	203.068

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Provisão para litígios	982	3.282	2.484	40.181
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (NE nº 10.5)	-	-	(1.729)	(609)
Imobilizado - segmento de geração	-	-	72.132	14.591
Imobilizado - segmento de telecomunicações	-	-	(22.903)	-
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	-	-	61.172	46.753
Perdas estimadas em créditos tributários	-	-	647	(385)
	982	3.282	111.803	100.531

33.5 Custo de construção

Consolidado	30.06.2020	30.06.2019
Material	327.860	270.044
Serviços de terceiros	168.817	149.979
Pessoal	60.540	56.618
Outros	12.839	42.428
	570.056	519.069

Consolidado	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Material	192.936	115.417
Serviços de terceiros	97.000	73.812
Pessoal	32.397	25.683
Outros	7.519	38.060
	329.852	252.972

33.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

Consolidado	30.06.2020	30.06.2019
Perdas na desativação e alienação de bens, líquidas (a)	39.290	53.296
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	20.113	56.314
Tributos	21.542	40.599
Taxa de arrecadação	24.024	25.342
Indenizações	26.599	39.452
Propaganda e publicidade	15.594	7.305
Arrendamentos e aluguéis	7.009	4.712
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	31.061	(5.502)
	185.232	221.518

(a) Do total das perdas, R\$ 17.486 em 30.06.2020 e R\$ 32.960 em 30.06.2019 referem-se a baixas do ativo imobilizado da Copel Telecomunicações (NE nº 18.6).

Consolidado	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Perdas na desativação e alienação de bens	22.144	23.449
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	6.372	29.002
Tributos	6.909	16.798
Taxa de arrecadação	11.673	12.758
Indenizações	18.183	19.124
Propaganda e publicidade	7.744	3.956
Arrendamentos e aluguéis	3.830	1.040
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	8.825	4.594
	85.680	110.721

34 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Receitas financeiras				
Reconhecimento de crédito tributário (NE 13.2.1)	-	-	936.524	-
Acréscimos moratórios sobre faturas	-	-	104.383	113.920
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8.1)	98.582	104.857	98.582	104.857
Renda de aplicações financeiras	534	9.679	53.576	67.237
Variação cambial sobre cauções de empréstimos	-	-	41.322	-
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (NE nº 36.2.3 - b)	-	-	21.066	-
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.2)	-	-	15.510	29.289
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	17.038	17.001
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 27.1)	-	-	833	1.004
Outras receitas financeiras	821	3.248	36.266	54.643
	99.937	117.784	1.325.100	387.951
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	32.886	82.647	352.328	475.042
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 27.1)	-	-	55.822	54.711
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	62.923	9.331
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 26.2)	-	-	7.943	12.617
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.2)	-	-	62	2.968
Outras despesas financeiras	1.889	3.172	36.368	59.238
	34.775	85.819	515.446	613.907
Líquido	65.162	31.965	809.654	(225.956)

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019	1º.04.2020 a 30.06.2020	1º.04.2019 a 30.06.2019
Receitas financeiras				
Reconhecimento de crédito tributário	-	-	936.524	-
Acréscimos moratórios sobre faturas	-	-	48.065	51.903
Juros e variação monetária sobre repasse CRC	54.350	48.105	54.350	48.105
Renda de aplicações financeiras	343	3.884	23.989	34.886
Variação cambial sobre cauções de empréstimos	-	-	12.598	(6.594)
Valor justos dos derivativos - contrato a termo	-	-	(3.541)	-
Remuneração de ativos e passivos setoriais	-	-	8.605	15.964
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	10.165	4.112
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão	-	-	51	636
Outras receitas financeiras	(595)	3.210	18.436	32.295
	54.098	55.199	1.109.242	181.307
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	13.628	40.073	133.233	232.300
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão	-	-	29.767	27.955
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	24.173	3.477
Juros sobre P&D e PEE	-	-	3.506	6.638
Remuneração de ativos e passivos setoriais	-	-	(973)	1.507
Outras despesas financeiras	860	1.844	15.296	37.173
	14.488	41.917	205.002	309.050
Líquido	39.610	13.282	904.240	(127.743)

35 Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

35.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pelas diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

No primeiro semestre de 2020, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional.

Não foi identificado na Companhia ou em suas controladas cliente algum que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no primeiro trimestre de 2020.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4, das demonstrações financeiras de 31.12.2019.

35.2 Segmentos reportáveis da Companhia

De acordo com o CPC 22/IFRS 8, os segmentos reportáveis da Companhia são:

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada;

Distribuição de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

Telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado;

Comercialização (COM) - tem como atribuição a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos; e

Holding (HOL) - tem como atribuição a participação em outras empresas.

35.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	Energia elétrica			TEL	GÁS	HOL	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET	DIS	COM					
30.06.2020								
ATIVO TOTAL	19.611.472	19.544.915	881.292	1.526.787	837.509	3.207.661	(1.267.681)	44.341.955
ATIVO CIRCULANTE	2.268.559	5.352.637	289.140	573.275	271.373	1.178.442	(1.248.957)	8.684.469
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.342.913	14.192.278	592.152	953.512	566.136	2.029.219	(18.724)	35.657.486
Realizável a Longo Prazo	5.202.860	8.288.775	591.745	136.921	551.705	1.855.324	(384.434)	16.242.896
Investimentos	2.433.954	817	179	-	-	148.412	-	2.583.362
Imobilizado	9.457.312	-	74	791.776	-	22.958	-	10.272.120
Intangível	231.132	5.811.485	148	19.899	-	1.607	365.710	6.429.981
Direito de uso de ativos	17.655	91.201	6	4.916	14.431	918	-	129.127

ATIVO	Energia elétrica			TEL	GÁS	HOL	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET	DIS	COM					
31.12.2019								
ATIVO TOTAL	19.457.551	13.434.522	690.372	1.527.098	904.993	3.183.677	(885.662)	38.312.550
ATIVO CIRCULANTE	2.039.443	4.631.991	229.630	528.754	313.896	1.127.469	(961.987)	7.909.196
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.418.108	8.802.531	460.742	998.344	591.097	2.056.208	76.325	30.403.354
Realizável a Longo Prazo	5.054.560	3.051.058	460.312	137.770	576.190	1.879.619	(296.879)	10.862.630
Investimentos	2.371.374	813	247	-	-	150.746	-	2.523.179
Imobilizado	9.735.093	-	53	833.974	-	22.983	-	10.592.103
Intangível	233.973	5.703.686	123	19.844	-	1.781	373.204	6.332.611
Direito de uso de ativos	23.108	46.974	7	6.756	14.907	1.079	-	92.831

35.4 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Energia Elétrica				TEL	GÁS	HOL	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET		DIS	COM					
	GER	TRA							
30.06.2020									
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.769.469	490.689	5.896.156	1.052.364	190.829	263.553	-	(841.795)	8.821.265
Receita operacional líquida com terceiros	1.113.839	351.084	5.870.406	1.052.338	173.006	260.592	-	-	8.821.265
Receita operacional líquida entre segmentos	655.630	139.605	25.750	26	17.823	2.961	-	(841.795)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.079.152)	(200.488)	(4.566.557)	(1.011.530)	(170.120)	(227.922)	(53.584)	841.795	(6.467.558)
Energia elétrica comprada para revenda	(38.927)	-	(2.583.438)	(1.000.041)	-	-	-	656.688	(2.965.718)
Encargos de uso da rede elétrica	(236.656)	-	(476.566)	-	-	-	-	150.068	(563.154)
Pessoal e administradores	(111.454)	(68.121)	(366.643)	(6.468)	(31.548)	(17.614)	(11.270)	-	(613.118)
Planos previdenciário e assistencial	(18.789)	(11.910)	(73.853)	(726)	(5.604)	(2.070)	(1.176)	-	(114.128)
Material	(4.118)	(1.517)	(30.858)	(6)	(587)	(270)	(700)	-	(38.056)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(125.139)	-	-	-	-	-	-	3.007	(122.132)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-	(181.049)	-	-	(181.049)
Serviços de terceiros	(57.041)	(13.193)	(195.116)	(1.171)	(34.434)	(5.779)	(18.467)	21.054	(304.147)
Depreciação e amortização	(292.127)	(4.916)	(180.893)	(23)	(73.911)	(12.638)	(1.056)	-	(565.564)
Provisão (reversão) para litígios	(20.275)	9.291	(38.393)	(714)	(530)	(23)	(4.342)	-	(54.986)
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	(102.558)	-	-	-	22.903	-	-	-	(79.655)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(9.418)	195	(91.039)	(1.234)	(7.911)	(1.156)	-	-	(110.563)
Custo de construção	-	(100.647)	(464.794)	-	-	(4.615)	-	-	(570.056)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(62.650)	(9.670)	(64.964)	(1.147)	(38.498)	(2.708)	(16.573)	10.978	(185.232)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	6.083	20.371	-	(68)	-	-	991	-	27.377
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO									
FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	696.400	310.572	1.329.599	40.766	20.709	35.631	(52.593)	-	2.381.084
Receitas financeiras	49.669	16.459	1.130.390	4.562	12.082	8.787	103.296	(145)	1.325.100
Despesas financeiras	(178.782)	(39.483)	(193.144)	(68)	(23.416)	(11.603)	(69.095)	145	(515.446)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	567.287	287.548	2.266.845	45.260	9.375	32.815	(18.392)	-	3.190.738
Imposto de renda e contribuição social	(194.543)	(81.376)	(769.157)	(15.563)	(3.395)	(12.017)	(8.831)	-	(1.084.882)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	372.744	206.172	1.497.688	29.697	5.980	20.798	(27.223)	-	2.105.856

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Energia Elétrica				TEL	GÁS	HOL	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET		DIS	COM					
	GER	TRA							
30.06.2019									
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.649.367	415.208	4.891.456	216.862	371.007	736.961	-	(719.140)	7.561.721
Receita operacional líquida com terceiros	1.080.489	315.675	4.868.578	195.715	371.007	730.257	-	-	7.561.721
Receita operacional líquida entre segmentos	568.878	99.533	22.878	21.147	-	6.704	-	(719.140)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(804.004)	(216.124)	(4.443.915)	(191.977)	(336.121)	(713.327)	(27.318)	719.140	(6.013.646)
Energia elétrica comprada para revenda	(43.849)	-	(2.462.649)	-	-	(722.126)	-	575.964	(2.652.660)
Encargos de uso da rede elétrica	(219.856)	-	(511.920)	-	-	-	-	107.533	(624.243)
Pessoal e administradores	(95.890)	(58.895)	(358.034)	(33.045)	(17.659)	(5.362)	(8.399)	-	(577.284)
Planos previdenciário e assistencial	(18.775)	(12.158)	(77.691)	(5.649)	(2.101)	(686)	(1.180)	-	(118.240)
Material	(5.170)	(1.974)	(28.929)	(1.045)	(935)	(8)	(196)	-	(38.257)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(1.545)	-	-	-	-	-	-	-	(1.545)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	(286.273)	-	-	-	(286.273)
Serviços de terceiros	(59.525)	(15.900)	(174.124)	(47.642)	(6.260)	(733)	(7.785)	23.867	(288.102)
Depreciação e amortização	(244.009)	(6.358)	(169.314)	(44.212)	(18.235)	(21)	(1.238)	-	(483.387)
Provisão (reversão) para litígios	(7.681)	(4.176)	(87.982)	(2.332)	(344)	11	(5.927)	-	(108.431)
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	(19.282)	-	-	-	-	-	(62)	-	(19.344)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	22.725	(23.995)	(69.076)	(4.028)	(919)	-	-	-	(75.293)
Custo de construção	-	(81.872)	(431.664)	-	(5.533)	-	-	-	(519.069)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(111.147)	(10.796)	(72.532)	(54.024)	2.138	15.598	(2.531)	11.776	(221.518)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	8.786	(628)	-	-	-	(48)	(415)	-	7.695
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO									
FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	854.149	198.456	447.541	24.885	34.886	23.586	(27.733)	-	1.555.770
Receitas financeiras	40.839	12.347	189.972	6.841	6.999	10.780	120.374	(201)	387.951
Despesas financeiras	(256.808)	(76.433)	(131.887)	(25.342)	(9.235)	(85)	(114.318)	201	(613.907)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	638.180	134.370	505.626	6.384	32.650	34.281	(21.677)	-	1.329.814
Imposto de renda e contribuição social	(228.816)	(42.127)	(174.294)	(2.089)	(14.703)	(11.619)	(3.263)	-	(476.911)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	409.364	92.243	331.332	4.295	17.947	22.662	(24.940)	-	852.903

35.5 Adições no ativo não circulante por segmento reportável

30.06.2020	Energia elétrica			TEL	GÁS	HOL	Consolidado
	GET	DIS	COM				
Ativos de contrato	-	504.961	-	-	8.151	-	513.112
Imobilizado	206	-	28	54.472	-	87	54.793
Intangível	3.753	-	41	405	-	48	4.247
Direito de uso de ativos	-	56.368	-	-	623	-	56.991

36 Instrumentos Financeiros

36.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE	Nível	30.06.2020		31.12.2019	
	nº		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	2.902.007	2.902.007	2.941.727	2.941.727
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	745	745	2.429	2.429
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	288.369	288.369	279.652	279.652
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (c)	10.1 e 10.2	3	1.192.912	1.192.912	1.161.203	1.161.203
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	10.5	3	71.160	71.160	69.182	69.182
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (e)	12	3	19.863	19.863	-	-
Valor justo na compra e venda de energia (e)	12	3	610.626	610.626	460.635	460.635
Outros investimentos temporários (f)		1	13.604	13.604	15.566	15.566
Outros investimentos temporários (f)		2	11.142	11.142	12.168	12.168
			5.110.428	5.110.428	4.942.562	4.942.562
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			154	154	147	147
Caução STN (g)	22.1		139.754	121.599	98.433	94.671
Clientes (a)	7		2.929.005	2.929.005	3.182.567	3.182.567
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (h)	8		1.299.255	1.440.096	1.350.685	1.488.456
Ativos financeiros setoriais (a)	9		758.889	758.889	473.989	473.989
Contas a receber vinculadas à concessão - RBSE (c)	10.4		721.465	721.465	739.269	739.269
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (i)	10.3		646.371	735.607	647.984	738.483
			6.494.893	6.706.815	6.493.074	6.717.582
Total dos ativos financeiros			11.605.321	11.817.243	11.435.636	11.660.144
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (e)	29	3	367.230	367.230	251.973	251.973
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (e)	29	3	-	-	1.203	1.203
			367.230	367.230	253.176	253.176
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	9		393.187	393.187	102.284	102.284
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil (g)	13.2		-	-	18.063	18.001
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (g)	13.2		480.355	436.970	497.207	439.519
PIS e Cofins a restituir para consumidores (a)	13.2.1		3.903.782	3.903.782	-	-
Fornecedores (a)	21		1.662.617	1.662.617	1.873.193	1.873.193
Empréstimos e financiamentos (g)	22		3.057.051	3.093.586	3.168.710	3.110.104
Debêntures (j)	23		7.828.475	7.828.475	8.540.366	8.540.366
Passivo de arrendamentos (a)	28.2		134.135	134.135	96.604	96.604
Contas a pagar vinculadas à concessão (k)	27		634.428	716.074	612.587	690.326
			18.094.030	18.168.826	14.909.014	14.870.397
Total dos passivos financeiros			18.461.260	18.536.056	15.162.190	15.123.573

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Os critérios estão divulgados na NE nº 4.4 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2019.

- d) Os ativos de geração têm valores justos similares aos valores contábeis, conforme NE nº 4.4 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2019.
- e) Os ativos e passivos equivalem ao seu respectivo valor contábil conforme NE nº 4.15 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2019.
- f) Investimentos em outras empresas, avaliados ao valor justo, o qual é calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo, para os ativos classificados como nível 1, e apurado por meio de modelo de avaliação comparativa para os ativos classificados como nível 2.
- g) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 120,0% do CDI, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- h) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, a NTN-B Principal com vencimento em 15.08.2026, que paga em torno de 2,15% a.a. mais IPCA.
- i) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).
- j) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 30.06.2020, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.
- k) Utilizada a taxa de desconto real e líquida, de 8,26% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

36.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

36.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		
Exposição ao risco de crédito	30.06.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2.902.007	2.941.727
Títulos e valores mobiliários (a)	289.114	282.081
Cauções e depósitos vinculados (a)	139.908	98.580
Clientes (b)	2.929.005	3.182.567
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.299.255	1.350.685
Ativos financeiros setoriais (d)	758.889	473.989
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (e)	1.192.912	1.161.203
Contas a receber vinculadas à concessão - RBSE (f)	721.465	739.269
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (g)	646.371	647.984
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (h)	71.160	69.182
Outros investimentos temporários (i)	24.746	27.734
	10.974.832	10.975.001

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está diretamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- c) A Administração considera o risco desse crédito reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos provenientes de dividendos.
- d) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.
- e) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto, que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.
- f) A Administração considera o risco de crédito reduzido para o saldo relativo aos ativos RBSE, tendo em vista a Resolução Homologatória nº 2.715 da Aneel, que fixou o reposicionamento tarifário de modo que tais valores serão recebidos a partir do quarto ciclo tarifário, iniciado em julho de 2020 até junho de 2025, conforme descrito na NE nº 10.4.
- g) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração – RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.
- h) Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do VNR, para fins de indenização. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.
- i) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da volatilidade do mercado de ações. Esse tipo de risco envolve fatores externos e vem sendo administrado através de acompanhamento periódico das variações ocorridas no mercado.

36.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2024, repetem-se os indicadores de 2023 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.06.2020							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	30.747	66.337	545.707	1.745.346	1.525.879	3.914.016
Debêntures	NE nº 23	56.163	44.768	883.905	6.699.401	1.564.742	9.248.979
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	6.175	12.350	61.174	356.385	1.406.664	1.842.748
Fornecedores	-	1.275.324	130.865	59.922	196.506	-	1.662.617
PIS e Cofins a restituir para consumidores	-	-	-	120.648	3.783.134	-	3.903.782
Pert	Selic	4.185	8.388	38.051	219.232	299.062	568.918
Passivos Financeiros Setoriais	Selic	32.866	65.956	299.629	-	-	398.451
Passivo de arrendamentos	NE nº 28	4.632	9.271	35.190	113.832	9.583	172.508
		1.410.092	337.935	2.044.226	13.113.836	4.805.930	21.712.019

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 22.5 e 23.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

Em 30.06.2020, a Copel apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 95.917 no balanço da Controladora. A Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, destacando-se: redução do programa de investimentos da Companhia e manutenção das ações de reduções de custos, bem como o alongamento da dívida, já previsto pela Administração.

36.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel DIS.

O risco cambial na compra de gás decorre da possibilidade de a Compagás computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações.

Análise de sensibilidade do risco cambial - dólar

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.06.2020 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 5,20) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2020 do Relatório Focus do Bacen de 24.07.2020. Para os cenários 1 e 2, foi considerada deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco cambial	Risco	Base 30.06.2020	Cenários projetados - dez.2020		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	139.754	(7.044)	(40.222)	(73.399)
		139.754	(7.044)	(40.222)	(73.399)
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - STN	Alta do dólar	(147.210)	7.420	(27.528)	(62.476)
Fornecedores					
Eletrobras (Itaipu)	Alta do dólar	(313.237)	15.788	(58.575)	(132.937)
Aquisição de gás	Alta do dólar	(64.113)	3.231	(11.989)	(27.209)
		(524.560)	26.439	(98.092)	(222.622)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações trimestrais, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.06.2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

b) Risco cambial - euro

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio com reflexos no valor justo das operações com instrumentos financeiros derivativos de compra a termo de moeda sem entrega física (NDF - *Non Deliverable Forward*), cujos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado da Companhia.

Baseado nos valores nominais de 16 milhões de euros, em aberto em 30.06.2020, o valor justo foi estimado pela diferença entre os valores contratados nos respectivos termos e as cotações futuras da moeda (taxas referenciais da B3), trazidos a valor presente pela taxa pré na mesma data. O saldo ativo, registrado em 30.06.2020, está apresentado na NE nº 12. O saldo passivo, em 31.12.2019, está apresentado na NE nº 29.

Análise de sensibilidade sobre as operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da exposição à variação da cotação do Euro (€).

As análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nas cotações futuras, aplicados sobre a cotação futura de 30.06.2020. Os resultados obtidos são estes:

Consolidado	Variação na taxa cambial	Base 30.06.2020	Cenários projetados	
			Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) em operações com instrumentos financeiros derivativos	Elevação	19.863	41.422	63.894
	Queda	19.863	(3.524)	(25.996)

c) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.06.2020 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 2,00%, IPCA - 1,67%, IGP-DI - 7,40%, IGP-M - 7,96% e TJLP - 5,11%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2020 do Relatório Focus do Bacen de 24.07.2020, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2020		
		30.06.2020	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	289.114	2.877	2.161	1.443
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	154	2	1	1
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.299.255	47.215	35.567	23.818
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	758.889	7.551	5.670	3.785
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	2.560.748	21.294	15.987	10.669
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	71.160	-	-	-
		4.979.320	78.939	59.386	39.716
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(640.200)	(6.370)	(7.953)	(9.532)
BNDES	Alta TJLP	(2.112.912)	(53.356)	(66.491)	(79.547)
BNDES	Alta IPCA	(4.012)	(33)	(42)	(50)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(89.859)	(2.269)	(2.828)	(3.383)
Caixa Econômica Federal	Alta TJLP	(248)	(6)	(8)	(9)
Outros	Sem Risco	(62.610)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(5.759.639)	(57.311)	(71.551)	(85.756)
Debêntures	Alta IPCA	(1.949.928)	(16.214)	(20.247)	(24.272)
Debêntures	Alta TJLP	(118.908)	(3.003)	(3.742)	(4.477)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(393.187)	(3.912)	(4.884)	(5.854)
Pert	Alta Selic	(480.355)	(4.780)	(5.967)	(7.152)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IGP-M	(581.992)	(22.720)	(28.268)	(33.765)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(52.436)	(436)	(544)	(653)
		(12.246.286)	(170.410)	(212.525)	(254.450)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações trimestrais, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.06.2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

36.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Aproximadamente 64% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

A partir de 2014, os reservatórios das regiões Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste enfrentaram situações climáticas adversas, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento à carga. No primeiro trimestre de 2020, os reservatórios do Nordeste e Norte tiveram boas recuperações em seus níveis, o que praticamente reduz a zero o risco de racionamento nestes subsistemas. Como o sistema é interligado, os subsistemas do Sul e do Sudeste/Centro-Oeste, apesar de estarem em níveis armazenamentos menores, também acabam por ter baixo risco de falta de energia uma vez que podem fazer uso da energia armazenada nos outros dois subsistemas.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança, nas projeções de curto prazo. O mesmo posicionamento é adotado pelo ONS em relação ao risco de déficit no médio prazo, conforme apresentado no Plano da Operação Energética 2019-2023 - PEN 2019.

Embora os estoques nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos reguladores, quando combinados com outras variáveis, como o menor crescimento do consumo, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

36.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas afluências registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos, abordagem atualmente adotada pela Companhia.

Para os contratos no ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro da carga, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Santa Clara, Fundão, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra e das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013, bem como nos custos dos contratos por disponibilidade celebrados com usinas térmicas. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

36.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

Atualmente, a prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013. As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

A concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 60 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou receita inicial.

Contudo, em 2019 foi publicado o Decreto nº 10.135/2019 que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização através de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, alterando o regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 18 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

A Copel possui 2 usinas com o vencimento da concessão nos próximos 5 anos.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1676 MW), que terá sua concessão vencida em 2023, a Companhia não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos.

Com relação à UHE São Jorge, cuja concessão vence em 2024, a Copel não manifestou interesse na renovação e pretende, ao final da concessão, solicitar à Aneel a conversão da outorga em registro.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a Companhia aguarda a conclusão do processo, que se encontra em trâmite na Aneel, para celebração de eventual Termo Aditivo. A usina encontra-se em processo de modernização e terá como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta.

Conforme a lei, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar a concessão da UHE Apucarantina até outubro de 2020 e das UHEs Guaricana e Chaminé até agosto de 2021. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, as concessões, ao seu termo, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente.

A Copel GeT não tem nenhuma concessão de transmissão a vencer nos próximos dez anos.

36.2.7 Risco de não manter a concessão de distribuição de energia elétrica

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel DIS impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECI e FECI). O descumprimento das condições acarretará na extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
Até 2020	Eficiência econômico-financeira e de qualidade	2 anos consecutivos ou ao final do período de 5 anos (2020)	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	2 anos consecutivos ou 3 vezes em 5 anos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
	Eficiência econômico-financeira	no ano base	Aporte de capital (a) Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
A partir do 6º ano (2021)	Eficiência econômico-financeira	2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	3 anos consecutivos	

(a) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

Metas definidas à Copel Distribuição nos primeiros cinco anos após a prorrogação do contrato de concessão

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites ^(a)		Qualidade - realizado	
			DECI ^(b)	FECI ^(b)	DECI	FECI
2016			13,61	9,24	10,80	7,14
2017	LAJIDA ≥ 0 ^(c)	661.391	12,54	8,74	10,41	6,79
2018	LAJIDA (-) QRR ≥ 0 ^(d)	550.675	11,23	8,24	10,29	6,20
2019	{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (0,8 * SELIC) ^(e)	822.386	10,12	7,74	9,10	6,00
2020	{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (1,11 * SELIC) ^(e)		9,83	7,24	-	-

(a) Conforme NT 0335/2015 Aneel.

(b) DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FECI - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora.

(c) Lajida regulatório ajustado por eventos não recorrentes (PDV, benefício pós emprego, provisões e reversões) conforme subcláusula sexta, anexo III, do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

(d) QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, acrescido do IGPM entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira.

(e) Selic: limitada a 12,87% a.a.

36.2.8 Risco de não prorrogação da concessão de distribuição de gás

Conforme apresentado na NE nº 2.1.1, a data de vencimento da concessão de distribuição de gás da controlada Compagás está em discussão junto ao poder concedente.

Em caso de não prorrogação da concessão, a Compagás terá direito à indenização pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, conforme previsão contratual.

36.2.9 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, que determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado. Entretanto, caso as distribuidoras apurem níveis de contratação inferiores ou superiores aos limites regulatórios, estas ainda poderão manter a garantia de neutralidade caso se identifique que tal violação decorre de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, os quais não permitem gerenciamento por parte do comprador.

Em relação à contratação de 2020, os cenários de oferta e demanda considerados em grande parte do primeiro trimestre apontavam que neste ano a Copel DIS atingiria nível de contratação dentro dos limites regulatórios. Entretanto, após a adoção de medidas governamentais para conter os efeitos da Covid-19, implementadas a partir da segunda quinzena de março, foi observada uma redução importante do consumo de energia elétrica no Estado do Paraná, fenômeno também verificado em praticamente todos os demais estados brasileiros.

Este cenário atual, além de inédito, guarda incertezas sobre sua evolução e reflexos futuros. Por conta disto, embora seja esperado o aumento do nível de contratação, ainda não é possível afirmar que resultará em sobrecontratação, tampouco mensurar este risco. A publicação do Decreto nº 10.350, de 18.05.2020, alterou o Decreto nº 5.163, de 30.07.2004, reconhecendo como involuntárias as sobras contratuais advindas da redução de carga decorrentes dos efeitos da pandemia da Covid-19, cujos critérios de apuração aguardam regulamentação da Aneel.

Adicionalmente, é importante destacar que todas as distribuidoras têm encaminhado à Aneel, diariamente, informações dos seus mercados realizados, para que o órgão regulador tenha acesso de forma independente e isonômica aos efeitos das medidas de isolamento social. Neste sentido, a Copel DIS entende que devido ao caráter extraordinário desta situação, deverá manter preservada a garantia de neutralidade da compra de energia e envidará esforços para que uma eventual sobrecontratação seja reconhecida como involuntária.

36.2.10 Risco quanto à escassez de gás

O mercado de gás natural no Paraná é composto pelos consumidores da Compagás (mercado não termelétrico) e pela Usina Termelétrica de Araucária (UEG Araucária). Este mercado atualmente é suprido por contratos com a Petrobras que utiliza a infraestrutura de transporte do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). A Compagás possui contrato de suprimento de gás natural até dezembro de 2021, gás este proveniente da Bolívia, e está realizando uma chamada pública para consulta ao mercado sobre propostas para suprimento de gás natural a partir de janeiro de 2022. Já a UEG Araucária negocia contratos de gás natural de curta duração por não ter energia elétrica gerada contratada no ambiente regulado.

Na atual conjuntura do setor de gás natural no Brasil, tem-se o programa Novo Mercado de Gás coordenado pelo Ministério de Minas e Energia em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Economia, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Agência Nacional do Petróleo e a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, cuja finalidade é a abertura do mercado de gás natural de forma a torná-lo dinâmico, competitivo, integrado com o setor elétrico e industrial, com uma regulação aperfeiçoada.

No âmbito do Novo Mercado de Gás, a oferta de gás natural já demonstra crescimento e diversificação, tendo-se como alternativas a importação de gás da Bolívia, importação de gás natural liquefeito (GNL) que possui grande oferta mundial, utilização de gás natural explorado em bacias *onshore* e maior aproveitamento de gás natural do pré-sal o qual possui grandes volumes a serem explorados.

Em relação à malha de transporte, as mudanças na regulação para possibilitar o acesso de novos agentes, as chamadas públicas oportunamente realizadas pela TBG (transportador do Gasbol) que tem como finalidade o estabelecimento de regime de contratação de capacidade no gasoduto e o Plano Indicativo de Gasodutos (PIG) coordenado pela EPE, dão uma visão de melhor estruturação do setor e planejamento adequado para atendimento às demandas atuais e futuras, ainda que para estas últimas sejam necessários investimentos.

Uma eventual escassez no fornecimento de gás poderia implicar em prejuízos à Copel em razão de redução de receita com o serviço de distribuição de gás natural pela Compagás, bem como de eventual penalização advinda do descumprimento das obrigações constantes no contrato de concessão. Além disso, neste cenário a UEG Araucária provavelmente seria mantida fora de operação. No entanto, considera-se baixo este risco tendo em vista a conjuntura do Novo Mercado de Gás.

36.2.11 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. Em 30.06.2020 o saldo consolidado da provisão registrado no passivo referente a não performance é de R\$ 74.683 (R\$ 65.790, em 31.12.2019), que poderá ser compensado com uma maior produção futura, medida dentro do ciclo contratual anual e/ou quadrienal.

36.2.12 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

Baseado nos valores nocionais de R\$ 5.059.552 para contratos de compra e de R\$ 5.296.097 para contratos de venda de energia elétrica, em aberto em 30.06.2020, o valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia na última semana de junho de 2020, que representavam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-B divulgada pela Anbima, em 30.06.2020, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais, referentes à estas transações em aberto em 30.06.2020, estão abaixo apresentados.

Consolidado	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	44.204	(40.890)	3.314
Não circulante	566.422	(326.340)	240.082
	610.626	(367.230)	243.396

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

As análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08. Para o cenário provável consideraram-se os saldos atualizados com a curva de preços de mercado e taxa NTN-B em 05.08.2020. Para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% foram aplicadas sobre os preços futuros considerados no cenário provável. Os resultados obtidos são estes:

Consolidado	Variação no preço	Base 30.06.2020	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	243.396	256.104	285.703	315.302
	Queda	243.396	256.104	226.505	196.905

36.2.13 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (*clearing house*), de modo que o risco de *default* é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõe limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico.

Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o *default* de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

36.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida consolidada ajustada, dividido pelo Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização - Lajida (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - Ebitda*) consolidado ajustado dos últimos doze meses. O limite corporativo estabelecido nas escrituras de dívida prevê a manutenção anual do índice abaixo de 3,5, sendo que a eventual expectativa de não conformidade daquele indicador enseja ações por parte da Administração no intuito de corrigir o curso das apurações até o final de cada exercício.

36.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos	787.410	788.959	3.057.051	3.168.710
Debêntures	806.035	1.118.284	7.828.475	8.540.366
(-) Caixa e equivalentes de caixa	49.799	25.304	2.902.007	2.941.727
(-) Títulos e valores mobiliários	90	90	289.114	282.081
Dívida líquida	1.543.556	1.881.849	7.694.405	8.485.268
Patrimônio líquido	19.372.774	17.252.414	19.649.759	17.598.212
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,08	0,11	0,39	0,48

37 Transações com Partes Relacionadas

Consolidado	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
Parte Relacionada / Natureza da operação	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Controlador								
Estado do Paraná - dividendos			95.332	190.664	-	-	-	-
Repasse CRC (NE nº 8)	1.299.255	1.350.685	-	-	98.582	104.857	-	-
Programa Luz Fraterna (a)	936	7.478	-	-	-	-	-	-
Programa Tarifa Rural Noturna (a)	11.784	7.639	-	-	-	-	-	-
Programa Morar Bem Paraná (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	39	33	-	-	-	-	-	-
Serviços de telecomunicações (c)	17.012	16.312	-	-	21.138	21.107	-	-
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar (d)	-	-	280	185	-	-	(1.141)	(1.080)
Entidades com influência significativa								
BNDDES e BNDESPAR - dividendos (e)			65.102	130.204	-	-	-	-
Financiamentos (NE nº 22)	-	-	2.137.363	2.231.409	-	-	(73.972)	(91.348)
Debêntures - Compagás (NE nº 23)	-	-	8.834	11.783	-	-	(1.155)	(676)
Debêntures - eólicas (NE nº 23) (f)	-	-	244.587	253.877	-	-	(11.036)	(14.987)
Entidade controlada pelo Estado do Paraná								
Sanepar (c) (g)	312	294	316	311	2.533	2.258	(3.258)	(2.803)
Empreendimentos controlados em conjunto								
Voltalia São Miguel do Gostoso - dividendos	1.032	1.032	-	-	-	-	-	-
Caiuá Transmissora de Energia (c) (h) (i) (j)	518	256	1.473	1.512	1.543	1.250	(7.907)	(6.524)
Dividendos	4.443	4.443	-	-	-	-	-	-
Integração Maranhense Transmissora (i) (j)	-	-	128	161	-	-	(965)	(940)
Dividendos	-	4.306	-	-	-	-	-	-
Matrinchã Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	705	829	-	-	(5.101)	(5.041)
Dividendos	30.651	31.793	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	344	383	-	-	(2.545)	(2.409)
Dividendos	16.173	14.846	-	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	510	638	-	-	(3.823)	(3.486)
Dividendos	5.962	5.962	-	-	-	-	-	-
Cantareira Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	371	467	-	-	(2.816)	(1.088)
Dividendos	-	7.286	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissão (i) (j) (k)	5.158	2.035	678	10	7.645	9.760	(2.079)	(15)
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (l)	14	40	1.389	1.436	83	-	(8.428)	(8.384)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda. (c) (m)	218	209	-	-	1.270	1.053	-	-
Sercomtel S.A. Telecomunicações (c) (n)	5.579	4.436	-	-	4.202	4.193	(2)	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 33.2)	-	-	-	-	-	-	(12.377)	(10.656)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24.3)	-	-	-	-	-	-	(280)	(510)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel (c)	30	9	-	-	128	153	-	-
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	6.876	14.662	-	-	(888)	(1.754)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24.3)	-	-	1.208.305	1.194.936	-	-	-	-
Lactec (c) (o)	5	4	3.382	1.507	391	-	(1.249)	(990)

- a) O Programa Luz Fraterna, instituído e alterado pelas leis estaduais nºs 491/2003 e 17.639/2013, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 3.º e 4.º desta lei.

Em março de 2018 foi quitado o montante de R\$ 159.274. Sobre o valor do principal houve incidência de juros, multa e atualização monetária, no total de R\$ 158.849. Para esses encargos, incidentes sobre as faturas de consumo de energia elétrica do período de setembro de 2010 a junho de 2015, foi ajuizada, em 05.11.2018, ação monitória em face do Estado do Paraná, responsável pelo pagamento das faturas nos termos da Lei Estadual nº 14.087/2003. Ressaltamos que apesar das tratativas mantidas pela Administração, buscando o equacionamento desta dívida, ainda persistem incertezas

quanto à realização deste ativo e, portanto este valor não foi contabilizado, em atendimento ao que dispõem as normas contábeis vigentes. Considerando o tratamento tributário a ser aplicado, conforme determina a Receita Federal do Brasil na Instrução Normativa nº 1.753/2017, a Companhia efetuou a tributação sobre essa receita.

A Administração reforça que está envidando todos os esforços necessários e tomando todas as medidas cabíveis para preservação dos interesses da Companhia.

O Programa Tarifa Rural Noturna do Governo do Estado do Paraná regulamentado pelo Decreto nº 1.288 de 30.04.2019, compreende a concessão de desconto especial mensal na tarifa de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, referente ao consumo noturno para as unidades consumidoras consideradas nesse decreto. Esse programa prevê o pagamento pelo Governo Estadual à Copel Distribuição do valor correspondente a 60% do consumo de energia elétrica ativa da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no Decreto 1.288 de 30.04.2019.

- b)** Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- c)** Receita da Copel TEL proveniente de serviços de telecomunicações e arrendamentos de equipamentos e infraestrutura. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- d)** O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampicidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- e)** O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel (NE nº 31.1). Em 22.12.2018 encerrou a vigência do acordo de acionista entre o Estado do Paraná e o BNDESPAR, assinado em 22.12.1998.
- f)** O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel.
- g)** Saneamento básico prestado pela Sanepar.
- h)** Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção prestados pela Copel GeT, com vencimento em 09.05.2021. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmado pela Copel DIS, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.
- i)** Encargos de uso do sistema de transmissão devidos pela Copel GeT, UEG Araucária e parques eólicos.

- j) A Copel DIS mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - Cust com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- k) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 1º.02.2023, prestação de serviços de engenharia do proprietário, assessoria e consultoria, já encerrados em junho de 2020, e compartilhamento de instalações com vencimento em 1º.01.2043.
- l) Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste e Marumbi, com vencimentos a partir de 17.08.2031 até 21.07.2048. Contrato de compra e venda de energia realizado pela Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025.
- m) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2025, e conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- n) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel DIS.
- o) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Osci, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, UEGA e com a Copel DIS, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Copel COM presta serviços e vende energia ao instituto.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

37.1 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel às suas controladas na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs nºs 22 e 23.

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra e transporte de energia elétrica efetuados pela Copel GeT e suas subsidiárias, no total de R\$ 4.307 (R\$ 4.005 em 31.12.2019) e efetuados pela Copel Energia, no total de R\$ 105.124 (R\$ 21.846 em 31.12.2019).

Os avais e garantias concedidos pela Copel e pela Copel GeT na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo 30.06.2020	% participação	Valor aval/fiança
(1) Caiuá Transmissora (a)	Financiamento	23.12.2013	15.02.2029	84.600	53.892	49,0	5.956
(2) Guaraciaba Transmissora	Financiamento	28.09.2016	15.01.2031	440.000	363.521	49,0	178.125
(3) Guaraciaba Transmissora	Debêntures	15.07.2018	15.12.2030	118.000	119.820	49,0	58.712
(4) Mata de Santa Genebra	Financiamento	30.11.2017	15.07.2033	1.018.500	1.086.641	50,1	544.407
(5) Mata de Santa Genebra	Debêntures	15.04.2019	15.11.2030	210.000	208.416	50,1	104.416
(6) Cantareira Transmissora de Energia (a)	Financiamento	28.12.2016	15.09.2032	426.834	443.250	49,0	28.175
(7) Cantareira Transmissora de Energia	Debêntures	09.01.2018	15.08.2032	100.000	99.849	49,0	48.926
							968.717

(a) Instrumento de garantia com valor fixo, conforme previsão contratual e manifestação formal da instituição financeira.

Instituição financeira financiadora: BNDES: (1) (2) (4) (6)

Destinação: programa de investimentos

Aval / Fiança: prestado pela Copel GeT: (1); prestado pela Copel: (2) (3) (4) (5) (6) (7).

Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT nos empreendimentos.

Seguro Garantia de Fiel Cumprimento Empresa	Término da vigência	Importância segurada	% aval Copel GeT	Valor do aval
Matrinchã Transmissora	30.09.2020	90.000	49,0	44.100
Mata de Santa Genebra	31.10.2020	78.300	50,1	39.228
				83.328

38 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nas informações trimestrais, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	30.06.2020	31.12.2019
Contratos de compra e transporte de energia	130.401.236	137.279.155
Aquisição de ativo imobilizado		
Construção de linhas de transmissão e subestações	50.008	115.732
Construção das usinas do empreendimento eólico Jandaíra	340.589	-
Construção da PCH Bela Vista	56.966	111.481
Obras de telecomunicações	69.650	90.769
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.026.477	428.441
Obrigações de compra de gás	830.675	859.211

39 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais - UHE Baixo Iguaçu	30.05.2021	2.250.207
Riscos Operacionais - UHE Colíder	01.11.2020	2.166.984
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2021	2.165.557
Riscos Nomeados	24.08.2020	2.069.590
Riscos Operacionais - UEG Araucária (a)	31.05.2021	929.440
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	27.06.2021	914.610
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	23.11.2020	799.290
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2020	662.791
Riscos Operacionais - São Bento	27.06.2021	571.848
Riscos Operacionais - Elejor	11.03.2021	302.984

(a) O valor da importância segurada de Riscos Operacionais - UEG Araucária foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.06.2020, de R\$ 5,4760.

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro D&O, responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento, riscos diversos, seguro de vida, seguro aeronáutico e seguro de veículos. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

40 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

40.1 Transações que não envolvem caixa

Dentre as movimentações ocorridas na rubrica de ativos de contrato, especificadas nas NEs nº 11.1 e 11.2, as aquisições totalizaram R\$ 556.499 (R\$ 466.230 em 30.06.2019). Deste valor, R\$ 87.646 (R\$ 58.399 em 30.06.2019) correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

De acordo com as informações constantes na NE nº 18.2, as aquisições de imobilizado totalizaram R\$ 136.462 (R\$ 273.828 em 30.06.2019). Deste valor, R\$ 12.573 (R\$ 57.150 em 30.06.2019) correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

Conforme a NE nº 28.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 57.060 (R\$ 8.967 em 30.06.2019), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

41 Eventos subsequentes

41.1 Adesão à Conta-covid

Em 02.07.2020 a Copel comunicou ao mercado da decisão de protocolar o Termo de Aceitação às Disposições do Decreto nº 10.350/2020 (Conta-Covid) junto à Aneel. O valor total requerido foi de R\$ 869.516 sendo que, em 25.06.2020, a Copel DIS já havia se pronunciado sobre a antecipação de R\$ 536.359 referentes à CVA constituída, o qual fez parte de seu reajuste tarifário anual.

Os recursos da Conta-Covid vem sendo repassados às distribuidoras através de operação financeira sob coordenação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 31.07.2020 a Copel DIS recebeu o total requerido, no montante de R\$ 869.516.

41.2 Desinvestimento da Copel Telecomunicações

Em 15.07.2020, o Conselho de Administração da COPEL, em sua 204ª Reunião Ordinária, aprovou o início do desinvestimento de 100% da participação da Companhia na sua subsidiária integral Copel Telecomunicações S.A., com base na conclusão dos estudos os quais foram validados por assessores externos independentes. Consequentemente, como parte do processo de desinvestimento, também foi aprovado o início da respectiva etapa externa que engloba, entre outros: (i) a abertura de um Virtual Data-Room com informações detalhadas do desinvestimento; (ii) o envio do processo completo para análise pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR; e (iii) o agendamento e realização de uma audiência pública virtual sobre o desinvestimento, a ser operacionalizada em conjunto com a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O preço mínimo e demais condições de negociação serão divulgados oportunamente na publicação do edital.

Em 07.08.2020, conforme Comunicado ao Mercado 23/20, a Copel informou que abrirá audiência pública em 19.08.2020, com objetivo de apresentar os principais aspectos do negócio e da estrutura de venda relativa ao leilão para potencial alienação das ações de emissão da Copel Telecomunicações S.A.

A Administração aguarda as etapas ainda pendentes do processo de desinvestimento, algumas das quais necessárias para o atingimento dos critérios exigidos pela norma (CPC 31/IFRS 5), para classificar o ativo como disponível para venda e refletir a operação como descontinuada nas demonstrações financeiras consolidadas da Copel.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

em 30 de junho de 2020

em milhares de reais

1 Linhas de Distribuição

Redes Compactas - A Copel Distribuição S.A. vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores e melhora a qualidade do fornecimento, pois reduz o número de desligamentos. Ao final de junho de 2020, a extensão das redes compactas instaladas era de 12.332 km (10.931 km em junho de 2019), representando um acréscimo de 1.401 km, ou de 12,8%, em doze meses.

Rede Secundária Isolada - A Copel Distribuição também está investindo em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220 V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, dificultar o furto de energia, melhorar as condições do meio ambiente, reduzir as áreas de podas, aumentar a segurança, reduzir a queda de tensão ao longo da rede e aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de junho de 2020, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 19.599 km ante 18.666 km em junho de 2019, um acréscimo de 933KM, ou 5,0%, em doze meses.

2 Mercado de Energia

Comportamento do mercado - A geração de energia da Copel Geração e Transmissão S.A. e parques eólicos no primeiro semestre de 2020 - 1S20 foi de 3.943GWh (9.847GWh no mesmo período de 2019). Essa diferença deve-se ao longo período de estiagem que atingiu a região Sul do país em 2020. Com isso, as usinas hidráulicas da região Sul, dentre elas as da Copel, foram poupadas do despacho pela ONS, sendo suas obrigações contratuais atendidas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A seguir, apresentamos o fluxo de energia do grupo Copel no 1S20:

Fluxo de energia (GWh)			janeiro a jun de 2020		
Geração própria					
	3.943	16,6%			
Energia comprada					
	19.829	83,4%			
CCEAR	5.741				
Itaipu	2.734				
Dona Francisca	70				
CCEE (MCP)	54				
Angra	481				
CCGF	3.039				
MRE	4.909				
Elejor	22				
Proinfa	218				
Outros ¹	2.561				
Disponibilidade					
	23.772				
			Mercado Cativo	9.734	40,9%
			Concessionárias²	39	0,2%
			Suprimento concessionária CCEE³	81	0,3%
			Cessões MCSD EN⁴	344	1,4%
			Consumidores livres	3.762	15,8%
			Energia suprida	8.761	36,9%
			Contratos bilaterais	4.606	
			CCEAR	1.746	
			CER	456	
			CCEE (MVE)	218	
			CCEE(MCP)	1.708	
			MRE	27	
			Perdas e diferenças	1.051	4,4%
			Perdas rede básica	313	
			Perdas distribuição	904	
			Alocação de contratos no CG	(166)	

CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

CER: Contrato de Energia de Reserva.

CCEE (MVE): Liquidação financeira de excedentes de energia da distribuidora ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes.

CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).

MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.

CG: Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG).

¹Outros: Energia comprada pela Copel Comercialização.

²Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano.

³Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR.

⁴Cessões MCSD EN - Cessões contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova.

Venda de energia - Na tabela a seguir são apresentadas as vendas totais de energia da Copel:

Classe	Em GWh		
	jan a jun 2020	jan a jun 2019	Variação
Copel Distribuição			
Mercado cativo	9.734	10.081	-3,4%
Residencial	3.914	3.795	3,1%
Industrial	1.145	1.334	-14,2%
Comercial	2.171	2.445	-11,2%
Rural	1.292	1.243	3,9%
Outras	1.212	1.264	-4,1%
Concessionárias e permissionária	39	129	-69,8%
CCEE (Cessões MCS D EN)	342	447	-
CCEE (MVE)	218	82	-
CCEE (MCP) (a)	970	814	19,2%
Total da Copel Distribuição	11.303	11.553	-2,2%
Copel Geração e Transmissão (com FDA)			
CCEAR (Copel Distribuição)	60	61	-1,6%
CCEAR (outras concessionárias)	1.103	1.087	1,5%
Consumidores livres	1.611	2.003	-19,6%
Contratos bilaterais (Copel Comercialização)	3.555	2.351	51,2%
Contratos bilaterais ¹	1.404	1.728	-18,8%
CCEE (MCP) ²	634	483	31,3%
Total da Copel Geração e Transmissão	8.367	7.713	8,5%
Parques Eólicos			
CCEAR (Copel DIS)	16	16	0,0%
CCEAR (outras concessionárias)	640	636	0,6%
CER	456	453	0,7%
Total dos Parques Eólicos	1.112	1.105	0,6%
Copel Comercialização			
Consumidores Livres	2.150	1.281	67,8%
Contratos Bilaterais (empresas do grupo)	-	61	
Contratos Bilaterais	3.284	2.531	
CCEE (MCP)	103	25	312,0%
Total Copel Comercialização	5.537	3.898	42,0%
Total	26.319	24.269	8,4%

Observação: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

¹ Inclui Contratos de Venda no Curto Prazo.

² Garantia Física alocada no período, após impacto do GSF.

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado / MCP: Mercado de Curto Prazo / CER: Contrato de Energia de Reserva.

Mercado fio da Copel Distribuição (TUSD) - O mercado fio da Copel Distribuição, composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão, ajustado pela saída dos consumidores em 230 kV da base de comparação, apresentou queda de 2,6% no consumo de energia no 1S20. Este resultado decorre, principalmente, da redução da atividade econômica no segundo trimestre do ano, em diversas áreas, em função dos efeitos da pandemia da Covid-19. A produção industrial do Paraná, por exemplo, teve queda de 30,6% no mês de abril e de 18,1% no mês de maio.

Mercado cativo da Copel Distribuição - A venda de energia para o mercado cativo da Copel Distribuição totalizou 9.734GWh no 1S20, representando uma redução de 3,4%. A seguir, apresentamos o consumo por classe de consumidores:

A classe residencial consumiu 3.914GWh no 1S20, um crescimento de 3,1% em relação ao 1S19, reflexo do aumento do consumo médio mensal, influenciado, principalmente, pelas medidas de isolamento social implementadas a partir da segunda quinzena de março que motivaram as pessoas a permanecerem em suas casas. Ao final de junho de 2020, a classe residencial representou 41,5% do consumo do mercado cativo, com 3.868.967 consumidores.

- A classe industrial consumiu 1.145GWh no 1S20, uma redução de 14,2% em relação ao 1S19, reflexo, principalmente, da forte diminuição do nível de atividade econômica, efeito da pandemia da Covid-19, em diversas áreas, sendo que os segmentos de fabricação de produtos de minerais não-metálicos e fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias foram os que mais impactaram nesse resultado. Ao final de junho de 2020, a classe industrial representou 12,1% do consumo do mercado cativo, com 71.209 consumidores.

- A classe comercial consumiu 2.171GWh no 1S20, uma redução de 11,2% em relação ao 1S19, também decorrente da redução do nível de atividade econômica, efeito da pandemia da Covid-19, sendo que as atividades de serviços para edifícios e atividades paisagísticas e construção civil foram as que mais impactaram nesse resultado. Ao final do segundo trimestre de 2020, essa classe representava 20,4% do consumo do mercado cativo, com 405.560 consumidores.

- A classe rural consumiu 1.292GWh no 1S20, um crescimento de 3,9% em relação ao 1S19, devido ao bom desempenho do agronegócio no Paraná, apesar dos efeitos negativos da pandemia da Covid - 19. Ao final de junho de 2020, a classe representou 13,1% do consumo do mercado cativo da Copel com 348.758 consumidores.

- As outras classes (poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio) totalizaram 1.212 GWh no 1S20, uma queda de 4,1% em relação ao 1S19, em decorrência, principalmente, da redução na classe “poderes públicos”, o que também foi motivado pelos efeitos da pandemia da Covid-19. Em conjunto, essas classes representaram 12,9% do consumo do mercado cativo, com 59.212 consumidores.

Número de consumidores - O número de consumidores finais (cativos da Copel Distribuição e consumidores livres atendidos pela Copel GeT, Copel Comercialização e por outros fornecedores dentro da área de concessão da Copel Distribuição) faturados em junho de 2020 foi de 4.755.259, representando um crescimento de 1,7% sobre o mesmo mês de 2019.

Classe	jun 2020	jun 2019	Variação
Residencial	3.868.967	3.791.809	2,0%
Industrial	71.209	72.621	-1,9%
Comercial	405.506	402.570	0,7%
Rural	348.758	351.698	-0,8%
Outras	59.212	58.114	1,9%
Total cativo	4.753.652	4.676.812	1,6%
Suprimento Fio (a)	7	7	0,0%
Consumidores livres (b)	1.600	1.218	31,4%
Total geral	4.755.259	4.678.037	1,7%

(a) Total do suprimento fio no mercado cativo (concessionárias e permissionárias) e livre.

(b) Total de consumidores livres atendidos dentro da área de concessão da Copel Distribuição.

3 Administração

Quadro de empregados

Empregados	jun 2020	jun 2019
Copel e subsidiárias integrais		
Copel	104	71
Copel Geração e Transmissão	1.605	1.675
Copel Distribuição	4.927	5.304
Copel Telecomunicações	377	448
Copel Comercialização	42	40
	7.055	7.538
Controladas		
Compagás	149	159
Elejor	7	7
UEG Araucária	15	17
	171	183

4 Relações com o Mercado

De janeiro a junho de 2020, as ações ordinárias nominativas (ON - código CPLE3) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB - código CPLE6) da Copel estiveram presentes em 100% dos pregões da Brasil Bolsa Balcão (B3). As ações em circulação totalizaram 68,93% do capital da Companhia. Ao final de junho de 2020, o valor de mercado da Copel, considerando as cotações de todos os mercados, ficou em R\$ 16.604 milhões.

Na B3, as ações ON (CPLE3) fecharam o período cotadas a R\$ 60,44, com variação negativa de 12,53%; as ações PNB (CPLE6) fecharam o período cotadas a R\$ 60,82, com variação negativa de 11,94%. No mesmo período o Ibovespa teve variação negativa de 17,80%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as ações ON são negociadas no “Nível 1” na forma de ADR’s, sob o código ELPVY, e estiveram presentes em 10% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 10,05, com variação negativa de 41,23%. As ações PNB são negociadas no “Nível 3” na forma de ADS’s, sob o código ELP, e estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 11,36, com variação negativa de 32,94 %. Neste mesmo período o índice Dow Jones teve variação negativa de 9,55%.

No Latibex (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB da Companhia são negociadas sob o código XCOP, e estiveram presentes em 65% dos pregões, fechando o período cotadas a € 10,90 com variação negativa de 28,29%. No mesmo período o índice Latibex *All Shares* teve variação negativa de 38,60%.

A tabela a seguir sintetiza as negociações das ações da Copel no 1S20:

Negociação das ações - jan a jun 2020	ON		PNB	
	Total	Média diária	Total	Média diária
B3				
Negócios	193.093	1.570	866.547	7.045
Quantidade	39.003.500	317.102	167.763.700	1.363.933
Volume (R\$ mil)	2.392.213	19.449	10.396.486	84.524
Presença nos pregões	123	100%	123	100%
Nyse				
Quantidade	28.074	2.160	91.304.099	730.433
Volume (US\$ mil)	332	26	1.201.164	9.609
Presença nos pregões	13	10%	125	100%
Latibex				
Quantidade	-	-	21.586	263
Volume (€ mil)	-	-	252	3
Presença nos pregões	-	0%	82	65%

5 Tarifas

Tarifas de fornecimento de energia

Tarifas médias de fornecimento (a) - R\$/MWh	jun 2020	jun 2019	Variação
Industrial	486,36	461,85	5,3%
Residencial	487,71	494,89	-1,5%
Comercial	569,98	543,17	4,9%
Rural	466,69	416,58	12,0%
Outros	350,96	352,59	-0,5%
Tarifa média de fornecimento e disponibilidade (R\$ / MWh)	525,96	502,16	4,7%
Tarifa média de demanda (R\$ / KW)	23,29	24,78	-6,0%

¹ Não considera bandeiras tarifárias, sem pis/cofins, líquido de ICMS.

¹ Não inclui consumidores livres.

Tarifas de compra de energia

Tarifas de compra de energia* - R\$/MWh	jun 2020	jun 2019	Variação
Itaipu (a)	374,3	271,43	37,9%
Leilão 2010 - H30	236,7	227,65	4,0%
Leilão 2010 - T15 (b)	156,4	165,61	-5,6%
Leilão 2011 - H30	244,2	234,68	4,1%
Leilão 2011 - T15 (b)	200,5	192,82	4,0%
Leilão 2012 - T15 (b)	165,7	168,03	-1,4%
Leilão 2016 - T20 (b)	169,3	163,65	3,5%
Leilão CCEAR 2014 - 2019 (c)	-	164,05	-100,0%
Bilaterais	-	-	0,0%
Angra	282,4	256,76	10,0%
Contrato de cotas de garantia física - CCGF (d)	109,5	103,47	5,8%
Santo Antonio	151,5	145,69	4,0%
Jirau	133,3	135,05	-1,3%
Demais leilões (e)	188,7	179,73	5,0%
Média	207,78	179,27	15,9%

(a) Transporte de Furnas não incluído.

(b) Preço médio do leilão conforme pagamento bilateral aos vendedores. Não inclui efeitos de contratação contabilizados pela CCEE.

(c) Disponibilidade.

(d) Contrato de cotas de garantia física das UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

(e) Preço médio ponderado dos produtos. Não inclui Proinfa.

*A tabela foi atualizada para todos os períodos conforme nova metodologia de apuração dos preços médios, resultado da 4ª fase da AP 78/2011 da Aneel, aprovada em 28/03/2016.

Tarifas de suprimento de energia

Tarifas de suprimento de energia - R\$/MWh	jun 2020	jun 2019	Variação
Leilão - CCEAR 2011-2040 (UHE Mauá)	229,73	222,24	3,4%
Leilão - CCEAR 2013-2042 (Cavernoso II)	248,29	240,17	3,4%
Leilão - CCEAR 2015 - 2044 (Colíder) (a)	175,79	170,38	3,2%
Leilão - CCEAR 2018 - 2048 (Baixo Iguaçu)	182,90	176,99	3,3%
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	214,51	206,29	4,0%

Com PIS/COFINS e Líquida de ICMS.

(a) Para o ano de 2018, a energia de Colíder foi submetida ao MCSD de Energia Nova. O atendimento dos CCEARs está sendo realizado parcialmente na proporção da entrada em operação comercial das suas unidades, conforme liminar sob a ação n.º 1018935-95.2017.4.01.3400.

6 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 32)

A Receita operacional líquida, acumulada até junho de 2020, atingiu R\$ 8.821.265 montante 16,7% superior aos R\$ 7.561.721 registrados no mesmo período de 2019.

Essa variação decorreu, principalmente, pelos seguintes fatos:

- aumento de 4,6% na Receita de fornecimento de energia elétrica, em virtude principalmente do aumento de 1,0% no volume de energia vendida aos consumidores finais com o efeito da retração econômica provocada pela pandemia do coronavírus que impactou fortemente as classes industrial e comercial.
- aumento de 17,0% na Receita de suprimento de energia elétrica, sobretudo pelo aumento de energia

comercializada de contratos bilaterais e contratos no ambiente regulado, pelo despacho da UEGA — que não havia operado em 2019, compensado pelos impactos do MRE devido a restrição hídrica no Sul do País;

- c) aumento de 1,9% na Receita de disponibilidade da rede elétrica, devido essencialmente ao resultado positivo da revisão tarifária periódica do contrato 060/2001 de transmissão, compensado pela redução no mercado fio da Distribuidora em 2,6% e pela menor atualização sobre o saldo do ativo de contrato e Bônus de outorga da usina GPS.
- d) redução de 11,8% na Receita de telecomunicações, decorrente principalmente do decréscimo do número de circuitos, sobretudo no mercado de varejo;
- e) redução de 29,4% na Receita de Distribuição de gás canalizado impactado pelo menor volume comercializado de gás, reflexo da pandemia do coronavírus que atingiu, principalmente, os segmentos industrial, comercial e veicular;
- f) efeito positivo de R\$ 809.154 em decorrência do trânsito em julgado da ação que reconheceu o direito da Copel DIS de excluir da base de cálculo do PIS e Cofins o valor integral do ICMS.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 33)

O total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 6.467.558 no primeiro semestre de 2020, valor 7,5% superior aos R\$ 6.013.646 registrados no mesmo período de 2019. Os principais destaques foram:

- a) aumento de 11,8% em Energia elétrica comprada para revenda decorrente sobretudo da maior compra da energia de Itaipu e de contratos bilaterais para fazer frente ao maior volume de energia vendida no mercado livre no primeiro semestre de 2020;
- b) aumento de 6,2% na remuneração de Pessoal e administradores em virtude, principalmente, do acréscimo em provisão por desempenho e participação nos lucros e do reajuste salarial de 2,92% em outubro de 2019, conforme acordo coletivo, compensados parcialmente pela redução do quadro de empregados e política de redução de custos;
- c) aumento de R\$ 120.587 em matéria prima e insumos para produção de energia, devido ao despacho da UEGA em 2020.
- d) redução de 36,8% nas despesas com Gás natural e insumos para operação de gás decorrente do menor volume de aquisição para revenda;
- e) aumento de 17,0% na conta de depreciação e amortização decorrente do início da operação comercial em 2019 das usinas de Colíder, Cutia e Baixo Iguaçu e também dos ativos de telecomunicações;
- f) aumento de 20,7% em Perdas de crédito, provisões e reversões decorrente do *impairment* no segmento de geração e do acréscimo em Perdas de créditos esperadas no período, compensados pela reversão de provisão de litígios; e

g) redução de 16,4% em Outros custos e despesas operacionais devido ao menor valor em perdas na desativação de bens e em compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

Resultado da Equivalência Patrimonial

Aumento de R\$ 19.682 em junho de 2020, comparado com mesmo período de 2019, decorrente, principalmente, do resultado positivo da equivalência na controlada em conjunto Mata de Santa Genebra que compensou o resultado negativo das controladas em conjunto Caiuá e Cantareira.

Resultado Financeiro (NE nº 34)

O acréscimo de R\$ 1.035.610 no resultado financeiro, correspondente a 458,3% comparado com o mesmo período de 2019, deve-se principalmente ao reconhecimento de crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins no montante de R\$ 936.524 em junho de 2020, detalhado na NE nº 13.2.1.

Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda*) está demonstrado a seguir:

Consolidado	30.06.2020	30.06.2019	Variação	31.12.2019
Cálculo do Lajida/Ebitda				
Lucro líquido do período	2.105.856	852.903	146,90%	2.062.869
IRPJ e CSLL diferidos	64.203	26.812	139,46%	205.771
Provisão para IRPJ e CSLL	1.020.679	450.099	126,77%	433.555
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(809.654)	225.956	-458,32%	488.486
Lajir/Ebit	2.381.084	1.555.770	53,05%	3.190.681
Depreciação e Amortização	565.564	483.387	17,00%	1.093.836
Lajida/Ebitda	2.946.648	2.039.157	44,50%	4.284.517
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	2.924.436	1.990.654	46,91%	4.131.734
Atribuído aos acionistas não controladores	22.212	48.503	-54,20%	152.783
Cálculo da Margem do Ebitda				
Ebitda	2.946.648	2.039.157	44,50%	4.284.517
Receita Operacional Líquida - ROL	8.821.265	7.561.721	16,66%	16.244.274
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	33,4%	27,0%	23,7%	26,4%

O Lajida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527/2012. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	MARCEL MARTINS MALCZEWSKI
Membros	ADRIANA ANGELA ANTONIOLLI CARLOS BIEDERMANN DANIEL PIMENTEL SLAVIERO GUSTAVO BONINI GUEDES LEILA ABRAHAM LORIA LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO OLGA STANKEVICIUS COLPO

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente	MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membros	CARLOS BIEDERMANN LEILA ABRAHAM LORIA LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA OLGA STANKEVICIUS COLPO

CONSELHO FISCAL

Presidente	DEMETRIUS NICHELE MACEI
Membros Titulares	HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO LETÍCIA PEDERCINI ISSA MAIA ROBERTO LAMB

Membros Suplentes	ESTEVÃO DE ALMEIDA ACCIOLY GILBERTO PEREIRA ISSA JOÃO LUIZ GIONA JUNIOR OTAMIR CESAR MARTINS
-------------------	---

DIRETORIA

Diretor Presidente	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Diretora de Gestão Empresarial	ANA LETÍCIA FELLER
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor de Desenvolvimento de Negócios	CASSIO SANTANA DA SILVA
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor de Governança, Risco e <i>Compliance</i>	VICENTE LOIÁCONO NETO
Diretor Adjunto	DAVID CAMPOS

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0	RONALDO BOSCO SOARES
-------------------	----------------------

Informações sobre este relatório:

Relações com investidores:	Fone: +55 (41) 3222-2027 ri@copel.com
----------------------------	--

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em

30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed

by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de

uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas

nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Ênfase

Assuntos relacionados à COVID-19

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional

IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de agosto de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO SEGUNDO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam à revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 2º trimestre de 2020 aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião desta data. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos conselheiros antecipadamente à reunião e discutidas previamente com a Administração e com a auditoria independente. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do trimestre, nas análises efetuadas, no acompanhamento das discussões sobre os controles internos e nos esclarecimentos prestados pela Administração e a auditoria independente, e, considerando ainda o Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais do Período de Seis Meses Findo em 30 de Junho de 2020, da auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Limited, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2020, e opinam que tais demonstrações podem ser divulgadas.

Curitiba, 13 de agosto de 2020

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

LETÍCIA PEDERCINI ISSA MAIA

ROBERTO LAMB

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.817/0001-20, para fins do disposto no inciso II, parágrafo 1º, do artigo 29 da Instrução CVM nº 480/2009, declaramos que::

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativamente às informações financeiras intermediárias da Copel, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, de 30.06.2020; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras intermediárias da Copel, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, de 30.06.2020.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 13 de agosto de 2020

Daniel Pimentel Slaviero
Diretor Presidente

Ana Letícia Feller
Diretora de Gestão Empresarial

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores

Cassio Santana da Silva
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de
Relações Institucionais

Vicente Loíacono Neto
Diretor de Governança, Risco e
Compliance